



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA – UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
UFC-UNILAB

MONA LISA DA SILVA

DAS RUAS AO CIBERESPAÇO: ATIVISMO E CIBERATIVISMO DE MULHERES
NEGRAS NA ERA VIRTUAL

REDENÇÃO/CE

2019

MONA LISA DA SILVA

DAS RUAS AO CIBERESPAÇO: ATIVISMO E CIBERATIVISMO DE MULHERES
NEGRAS NA ERA VIRTUAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Ceará e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr^a. Vera Regina Rodrigues da Silva.

REDENÇÃO/CE

2019

Silva, Mona Lisa da.

S586d

Das ruas ao ciberespaço: ativismo e ciberativismo de mulheres negras na era virtual / Mona Lisa da Silva. - Redenção, 2019. 110f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado Acadêmico em Antropologia, Mestrado em Antropologia, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2019. Orientador: Profa. Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva.

1. Mulheres negras. 2. Ciberespaço. 3. Feminismo. 4.

Movimentos sociais. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 305.4

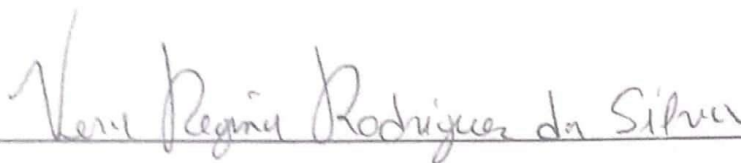
MONA LISA DA SILVA

**DAS RUAS AO CIBERESPAÇO: ATIVISMO E CIBERATIVISMO DE
MULHERES NEGRAS NA ERA VIRTUAL.**

Dissertação apresentada ao Programa Associado De Pós-Graduação Em Antropologia- PPGA, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Antropologia.

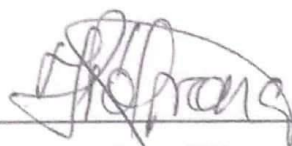
Aprovada em: 02/09/2019

BANCA EXAMINADORA



Vera Regina Rodrigues da Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)
Presidente



Jacqueline Brito Pólvora

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)
Examinadora Interna ao Programa

Participação por Videoconferência

Zelinda dos Santos Barros

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)
Examinadora Externa ao Programa

À todas as mulheres negras presentes neste trabalho, símbolos de resistência e luta antirracista.

À todas as mulheres negras que ao longo de minha existência foram referência e representatividade negra.

À todas as mulheres negras que ousaram ser as primeiras e derrubaram, à força, as portas fechadas que nos impediam de ocupar todos os espaços, inclusive o de pensamento.

À todas as mulheres negras, por caminharem comigo até aqui.

À Marielle Franco [in memoriam].

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, pelo apoio, carinho e paciência comigo em meus momentos de afastamento por conta da escrita. Assim, agradeço as três mulheres negras que me criaram e me ensinaram o que era ser mulher, negra e favelada nessa sociedade que cotidianamente nos rotula e exclui. A minha, mãe Maria Dimas da Silva, exemplo de mulher negra aguerrida e que mudou sua condição de vida depois de anos trabalhando enquanto diarista através da educação e se tornando hoje a pedagoga que sempre sonhou ser, mas que a vida, por adversidades de uma sociedade estruturalmente racista, machista e classista a impediam. A minha Vó, Adelaide de Araújo da Silva, pelos ensinamentos ancestrais, A minha madrinha Medioneira Braga da Silva, pelo acolhimento e momentos de afetos e a Minha irmã, Cristina da Silva pelo amor incondicional, meus sinceros agradecimentos. Agradeço ainda aos afetos gratuitos e despretensiosos de meu sobrinho Roger Júnior e Heloíse Maria, sem os quais os dias não teriam sido tão leves.

A minha orientadora Prof^a. Dr^a. Vera Rodrigues Regina da Silva, pela excelente orientação, pela amizade, credibilidade e por acreditar em mim e em meu potencial enquanto jovem pesquisadora negra. Pela paciência e por sempre me inspirar e instigar a sonhar e fazer voos até então não imaginados.

As professoras participantes da banca examinadora, Prof^a. Dr^a. Zelinda dos Santos Barros e Jacqueline Britto Pólvora pelo tempo que disponibilizaram e pelo carinho em aceitarem fazer parte da banca examinadora desta dissertação e pelas valiosas colaborações e sugestões feitas na qualificação.

As minhas amigas Regilene Alves Vieira, Rhonyele Maciel da Silva, Leila Araújo de Lima, Marcela Chaves Ribeiro e Beatriz Ricarte Santos e Ariadne Rios pelas trocas afetivas e acadêmicas, pelos risos, lágrimas e pelos diversos momentos compartilhados durante a construção dessa dissertação que me fortaleceram e me fizeram chegar até aqui.

Aos professores racistas que encontrei no meio do caminho e que insistiam em afirmar, olhando em meus olhos e de minha colega negra no Programa de Pós-Graduação Associado em Antropologia UFC/Unilab que o problema da educação brasileira eram as práticas populistas e os alunos cotistas que enfraqueciam a educação. Obrigada por não me deixarem esquecer o motivo de estar ocupando aquele espaço que durante muito tempo me foi negado, isso me ajudou a permanecer de punhos serrados.

À Maria do Cais e Maria Padilha, pelas mensagens e conselhos que me foram enviadas.

À CAPES, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio.

*Sometimes, I fear writing, writing turns into fear,
for I cannot escape so many colonial
constructions.*

*In this world, I am seen as a body, that cannot
produce knowledge, as a body 'outside' place.*

*I know that while I write, each word I choose will
be examined and maybe even invalidated. So, why
do I write? I have to.*

*I am embedded in a history of imposed silences,
tortured voices, disrupted languages, forced
idioms and interrupted speeches.*

*And I am surrounded by white spaces, I can
hardly enter or stay. So, why do I write? I write,
almost as an obligation, to find myself.*

*While I write, I am not the 'other' but the self, not
the object but the subject. I become the describer
and not the described. I become the author and
the authority on my own history. I become the
absolute opposition of what the colonial project
has predetermined. I become me.*

– Grada Kilomba

RESUMO

A partir da constituição de 1988 e do processo de redemocratização do país em meados dos anos de 1980-1990, o Brasil se encontrava em um período sócio-histórico-político e econômico que possibilitou o surgimento de diversas Organizações não governamentais (ONGs) e movimentos sociais – inclusive o de mulheres negras –. O Ciberespaço, a partir da segunda metade dos anos noventa, propiciou para as ONGs e os Movimentos Sociais um espaço onde narrativas contra hegemônicas advindas desses grupos ganhassem mais força, atingissem outras pessoas e chegassem em outros contextos a partir de processos técnico-comunicacionais que facilitavam a interação e a mobilização política desses movimentos. Isto posto, esta dissertação busca compreender, a partir da Rede de Ciberativistas Negras-CE, como o ciberativismo de mulheres negras contribui e/ou pode contribuir com as mobilizações políticas do feminismo negro, de forma específica e do movimento negro, de forma geral. Optou-se pela metodologia de pesquisa de cunho qualitativo de base antropológica, onde utiliza-se a etnografia em ambientes online ou netnografia de Robert V. Kozinets (2014). Para se chegar nos objetivos propostos, apresentou-se uma discussão sobre a base do pensamento feminista negro norte-americano a partir de mulheres negras tidas como pioneiras negras. Em seguida, traçou-se a trajetória do movimento de mulheres negras brasileiras, a partir de movimentos ainda no pré-abolição até chegarem ao ciberespaço. Por fim, apresentou-se o movimento das mulheres negras no ciberespaço, a partir da Rede de Ciberativistas Negras.

Palavras-chave: Mulheres Negras. Ciberativismo. Feminismo Negro. Movimentos Sociais.

ABSTRACT

From the 1988 constitution and the redemocratization process of the country in the mid-1980s-1990s, Brazil was in a socio-historical-political and economic period that allowed the emergence of many Non-governmental organization (NGOs) and social movements - including the Black women political movement. Cyberspace, from the second half of the nineties onwards, provided NGOs and Social Movements with a space where counter-hegemonic narratives from these groups would gain strength, reach other people and other contexts through technical-communicational processes that facilitated interaction and political mobilization of these movements. That said, this dissertation seeks to understand, from the Network of Black Cyberactivists-CE, how the cyberactivism of black women contributes and / or can contribute to the black feminism, specifically, as well as to the political mobilizations of the black movement, in general. In order to reach the goal established in this study, we opted for the research methodology of qualitative nature and anthropological basis, which uses the ethnography in online environments, also known as netnography, of Robert V, Kozinets (2014). To reach the proposed objectives, a discussion was initially presented on the basis of black American feminist thinking from black women considered to be black pioneers. Then, the trajectory of the Brazilian black women's movement was traced through movements from the pre-abolition to cyberspace. Finally, the movement of black women in cyberspace was presented through the Black Cyberactivists Network.

Keywords: Black Women. Cyberactivism. Black feminism. Social movements.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Página Eu, Empregada Doméstica.....	82
Figura 2 - Relato Joyce Fernandes - Preta Rara	83
Figura 3 - #quemmandoumatarmariellefranco	84
Figura 4 - Campanha: Ah, branco, dá um tempo! Ex.1.....	85
Figura 5 - Campanha: Ah, branco, dá um tempo! Ex.2.....	86
Figura 6 - Página inicial Plataforma Alyne	88
Figura 7 - Plataforma Alyne - Seção: (Por) sua causa.....	88
Figura 8 - Formulário da Seção (Por) sua causa.....	89
Figura 9 - Página Criola. Acesso ao antigo Curso EAD Mulheres e Ciberativismo	92
Figura 10 - Convite Lançamento Rede de Ciberativistas Negras CE - Fortaleza.	95
Figura 11 - Convite Lançamento Rede Ciberativistas Negras Cariri	95
Figura 12 - Foto tirada no Final do Lançamento da Rede de Ciberativistas Negras em Fortaleza.	96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Grupos Negros no Pós Abolição	54
Quadro 2 - Eventos que marcaram a trajetória do Movimento de Mulheres Negras.	61
Quadro 3 - Grupos de Mulheres Negras Brasileiras.....	74

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	13
2 - “NÃO SOU EU UMA MULHER? ”: PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO.....	24
2.1 Pioneiras Negras e as bases do pensamento feminista negro	25
3 - “NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE”: DAS ONGS AO CIBERESPAÇO	42
3.1 Breve Panorama dos Movimentos Sociais no Brasil.....	43
3.2 Mulheres Negras e Movimento Negro	48
3.2 Feminismo Negro: rearticulando raça, gênero e outros marcadores sociais	62
3.4 - Das ONGs ao Ciberespaço	66
4 – FORMANDO REDES DE LUTA: A CRIAÇÃO DA REDE DE CIBERATIVISTAS NEGRAS	77
4.1 Surgimento da Rede de Ciberativistas Negras	90
4.2 Rede de Ciberativistas Negras – Ceará.....	93
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS	106

1 - INTRODUÇÃO

“O que nós conquistamos não foi porque a sociedade abriu porta, mas porque forçamos a passagem”

– Conceição Evaristo.

Esta dissertação é resultado de estudos realizados durante o processo de escrita do trabalho de conclusão de curso em Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, no qual desenvolvi algumas reflexões a respeito da forma de resistência que as blogueiras negras encontraram para se opor aos estereótipos e aos papéis sociais que lhes são dados pelas mídias tradicionais, utilizando a rede de blogs para a afirmação não só de sua identidade, mas contribuindo também no processo de construção da identidade e empoderamento de suas leitoras, utilizando assim do universo feminino negro para resgatar valores da cultura afro-brasileira.

Naquele momento, o que me motivava a estudar sobre a temática era o fato de, assim como tantas outras mulheres negras, não me sentir e ainda não me sinto representada pelas mídias em geral – jornais, revistas, programas de TV como novelas, séries, cinema, literatura, por exemplo –. Foi dessa forma, através de um descontentamento que é meu – Mona Lisa – mas que também é de muitas outras mulheres negras que adentrei nesse universo de pesquisa. Sobretudo porque despertei em mim uma vontade de tornar a luta dessas mulheres negras na rede – e que de certo modo também é minha – que tanto me inspiraram e inspiram em algo teórico, acadêmico, pois não achava justo que as marcas de seus empoderamentos ficassem apenas dentro de mim.

Assim, a partir dos estudos realizados no trabalho de conclusão de curso, percebi a necessidade de dar continuidade ao estudo anteriormente desenvolvido. Inicialmente, pretendia dar ênfase na trajetória ciberativista das blogueiras negras tratadas no estudo anterior, contudo, no decorrer do primeiro semestre do mestrado houve um acontecimento-chave que acabou por mudar a direção e a forma que pretendia desenvolver esta dissertação.

A saber, estava no Facebook quando fui surpreendida por uma transmissão ao Vivo compartilhada no perfil da ONG CRIOLA (que é uma instituição fundada em 1992 por mulheres negras no Rio de Janeiro) e que tinha como título “RodadaCiber”. A transmissão referia-se ao II Encontro de Ciberativistas Negras que aconteceu no período de 20 a 22 de outubro de 2017. Na ocasião, estavam presentes mulheres negras de diversos estados brasileiros. O objetivo do encontro era fomentar a construção da Rede Nacional de Mulheres

Negras Ciberativistas em defesa da vida e dos direitos das mulheres negras¹. Para além disso, a proposta era de apresentar as mulheres presentes no encontro e pensar conjuntamente estratégias sobre o uso de ferramentas online para o fortalecimento de ações em defesa dos direitos humanos das mulheres negras, bem como debater sobre o ativismo e ciberativismo dessas mulheres.

A transmissão ao vivo durou em torno de três horas. Sendo que a primeira transmissão durou trinta minutos (30min) e foi interrompida por falha na conexão, mas logo retornou e durou duas horas e trinta e cinco minutos (02h35min). Assim, inicialmente, uma das ativistas iniciou a apresentação falando um pouco de si, suas experiências e da proposta do surgimento da rede. Em seguida, as diversas mulheres negras que estavam presentes no II Encontro de Ciberativistas Negras que estavam presentes tiveram um tempo de fala para se apresentarem e falarem um pouco sobre suas atuações locais a partir dos espaços que ocupam em seus estados e cidades.

Ao final da transmissão entrei no site da Criola a fim de encontrar mais informações sobre o encontro, quando tinha acontecido o primeiro, bem como procurei a lista de todas as mulheres que compõem a Rede no site da Criola. Busquei também saber quais eram as mulheres que estavam representando o Ceará a fim de saber se as conhecia e em seguida, se possuíamos amizades em comum, o que foi confirmado depois.

Nesse ínterim, a primeira opção pensada enquanto recorte temático foi questionada, sobretudo porque algumas das blogueiras negras que havia estudado anteriormente compõem a Rede Nacional de Ciberativistas Negras. Questionei-me sobre a possibilidade de alteração da pesquisa e cheguei à conclusão de que era muito mais interessante e significativo buscar perceber e compreender como essas mulheres negras estavam se articulando para promover uma agenda política e cultural de ações de enfrentamento ao racismo, machismo e sexismo enquanto uma rede nacional de ciberativistas do que através de buscar uma trajetória ativista/ciberativista de blogueiras negras que também estavam presentes na mobilização e articulação da rede que estava sendo criada.

Outro fator que contribuiu para a alteração do foco desta pesquisa está relacionado ao que vinha conversando com minha orientadora, onde sentíamos a necessidade de colocar o Ceará em “cena”, no que se refere as questões étnico-raciais, sobretudo pelas contradições percebidas acerca da negação da existência e permanência de uma presença negra no Estado,

¹ A Rede Nacional de Ciberativistas em Defesa das Mulheres Negras em si foi criada em janeiro de 2017, mas as articulações, ampliações e lançamentos das redes regionais, surgiram depois, como será explicitado no quarto capítulo.

de um lado, e do discurso de que o Ceará foi um dos primeiros a abolir a escravidão, de outro.

E foi a partir dessas observações que encaminhei a presente pesquisa para ser realizada no programa associado de pós-graduação em antropologia social UFC-UNILAB. Isso posto, a intenção dessa pesquisa é compreender, a partir da Rede de Ciberativistas Negras – sobretudo o núcleo do Ceará –, como o ciberativismo de mulheres negras contribui (pode contribuir) com as mobilizações políticas do movimento negro, de forma geral, e do feminismo negro, de forma específica.

A partir desse objetivo faz-se necessário compreender como acontece a mobilização política do movimento de feministas negras no ciberespaço, apresentar como surgiu a Rede de Ciberativistas Negras, compreender quais são as estratégias de luta antirracista que a Rede de Ciberativistas Negras-CE utilizam, bem como perceber e identificar como a mesma opera na desconstrução da ideia de que não existe negro no Ceará e perceber quais os impactos do ciberativismo de mulheres negras para a luta antirracista no Ceará.

A escolha pelo aprofundamento da temática apresentada justifica-se pela necessidade de evidenciar iniciativas de mulheres negras que, a partir de seus diferentes enfoques, dão visibilidade ao cotidiano da população afro-brasileira e que vão de acordo com a epígrafe desta introdução. Assim, ainda se faz necessário afirmar e reafirmar que a população afro-brasileira, ao contrário do que ainda paira no imaginário social brasileiro em consequência do racismo estrutural no qual o Brasil se constituiu, nunca foi passiva, posto que a trajetória dos movimentos de mulheres e homens negros nos apontam para o fato de que as lutas travadas na contemporaneidade por esses movimentos “é fruto de uma luta ancestral, onde as velhas estratégias passaram a ser reconfiguradas, dando espaço assim às novas estratégias de resistência e luta antirracista” (SILVA, 2016).

Face ao explicitado, é importante destacar o fato de que os discursos sociais desempenham um papel central na definição de conteúdo discursivos responsáveis tanto pela produção quanto pela reprodução de preconceitos, visto que a mídia acaba participando tanto da produção, quanto da sustentação do racismo – seja ele estrutural ou simbólico – na sociedade brasileira, uma vez que produz e veicula um discurso que naturaliza a superioridade branca, acata o mito da democracia racial e discrimina os negros (SILVA; ROSEMBERG, 2008).

Tal contexto evidencia a necessidade de se elaborar uma reflexão a respeito de como a mulher negra – cuja trajetória é marcada por uma tripla discriminação, uma vez que o racismo e o sexismo geram estereótipos que a colocam no mais baixo nível de opressão (GONZALEZ, 1982) – se apropriam do ciberespaço para se opor aos estereótipos e aos papéis sociais que

lhes são dados pelas mídias tradicionais.

A questão da estereotipia e da invisibilidade do negro na mídia vem sendo tratada com muita frequência no campo acadêmico, no entanto, produzir um trabalho onde o foco de análise principal tem como base as experiências e trajetórias de mulheres negras, atingidas cotidianamente por discriminações raciais, sociais e de gênero, é se comprometer com o registro das experiências daquelas e daqueles que historicamente foram e permanecem sendo excluídos pelos setores hegemônicos (BISPO, 2013).

Assim, faz-se necessário considerar a militância de ciberativistas negras enquanto uma ferramenta de combate ao sexismo, racismo, lesbofobia, homofobia, transfobia e gordofobia, posto que elas estão construindo no ciberespaço um ambiente de troca de vivências e experiências, bem como um espaço de visibilidade, representação, ressignificação, resistência e empoderamento capaz de reverter a ausência da diversidade nas mídias tradicionais e de reconstruir suas histórias no imaginário social brasileiro.

Isso posto, pesquisar sobre ciberativismo de mulheres negras nos ajudará a debater, perceber, registrar e reconhece-las enquanto sujeitos históricos políticos que desde a chegada das/dos africanas/os no território brasileiro – consequência da imigração forçada onde africanas e africanos chegaram ao Brasil para serem escravizados –, tem utilizado estratégias coletivas e individuais de resistência a fim de melhores condições de sobrevivência, bem como de terem voz ativa em contextos sociais onde o racismo, o sexismo e a exploração econômica predominam.

A pesquisa justifica-se também pela necessidade de pautar essas questões a partir de um viés antropológico, sobretudo porque pesquisas no campo da cibercultura mesmo quando partem de uma perspectiva antropológica estão mais interessadas em teorizar sobre o ciberespaço ou cibercultura como mais um campo etnográfico em si do que de perceber como determinadas relações, tais como as raciais e de gênero, operam também no ciberespaço.

Assim, a pesquisa se justifica pela necessidade de perceber como se dá a dinâmica das relações raciais no ciberespaço, bem como de perceber quais são as tentativas de modificação da sociedade a partir de estratégias de utilizem o ciberespaço como mais uma ferramenta de mobilização política, como é o caso da Rede de Ciberativistas Negras.

Nesse sentido, pensar a partir de referenciais étnico-raciais, de forma que se alinhe a isso ao feminismo negro e à relação de gênero é, sem dúvida, tecer uma escrita politicamente posicionada. Torna-se então importante salientar que neste trabalho, a minha visão sobre o tema aqui apresentado reflete o lugar em que me encontro, uma vez que o contexto ou ambiente no qual o pesquisador se coloca ou está acaba por, inevitavelmente, determinar sua

posição enquanto acadêmico. Corroboro com Grada Kilomba (2019) quando ela afirma que:

(...) todas/os nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e uma realidade específicas – não há discursos neutros. Quando acadêmica/os brancas/os afirmam ter um discurso neutro e objetivo, não estão reconhecendo o fato de que, naturalmente, não é neutro nem objetivo ou universal, mas dominante. É um lugar de poder (KILOMBA, 2019, p.58).

Face ao exposto, meu lugar de enunciação – enquanto mulher, preta, pobre, periférica e feminista negra – busca explorar as experiências políticas constitutivas de algumas ciberativistas negras, como parte da história de um grupo social, historicamente lesado por sistemas hierárquicos subalternizastes. Meu lugar de enunciação também revela meu lugar enquanto sujeito político, o que comumente não é aceito dentro da academia, posto que negras e negros são sistematicamente desqualificados e tem suas produções acadêmicas invalidadas ou tidas como não muito científicas.

Recordo-me da aula de Teoria Antropológica II quando um dos colegas apontou minha pesquisa sobre mulheres negras e internet como sendo algo considerado “tosco”. Como se pensar as mobilizações e reflexões on-line e off-line de mulheres negras fosse algo sem nenhuma relevância para o meio acadêmico ou para a sociedade. Na ocasião, fui silenciada de tal forma que sequer me deixaram tomar a palavra e refutar. Posteriormente, o que me foi dito por outra colega que não me permitiu falar foi que ela pretendia, com aquilo – o silenciamento – “era evitar discussões e atritos em sala de aula”. É imprescindível destacar que tanto o colega como a colega do caso citado são brancos.

Naquele momento, senti-me usando a “máscara do silenciamento” da qual Grada Kilomba fala ao relembrar e teorizar sobre o retrato da “Escrava Anastácia”. A autora afirma que a máscara “simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento das/os chamadas/os ‘Outras/os’” (KILOMBA, 2019, p. 33). Retomo então suas palavras para evidenciar o fato de que:

Eu, como mulher negra, escrevo com palavras que descrevem minha realidade, não com palavras que descrevem a realidade de um erudito branco, pois escrevemos de lugares diferentes. Escrevo da periferia, não do centro. Este é também o lugar de onde eu estou teorizando, pois coloco meu discurso dentro da minha própria realidade (KILOMBA, 2019, p. 58-59).

Assim, enquanto mulher negra, pobre e periférica na academia, busco romper com a ideia de neutralidade acadêmica e posiciono-me a partir de um discurso que para além de acadêmico, é também político, tal como nos ensinou bell hooks, Lélia Gonzalez e Frantz Fanon. Nesse sentido, teorizar sobre ciberativismo de mulheres negras no Brasil nos incita a refletir sobre as diversas mobilizações políticas produzidas por mulheres negras ao longo da história, bem como recoloca-las no lugar onde sempre estiveram, o de sujeitos políticos.

Em se tratando dos pressupostos metodológicos e do universo do campo de pesquisa, se torna de necessário apontar algumas questões. Logo, o Ciberespaço – termo cunhado por William Gibson em 1984 e que há tempos vem utilizado na área de ficção científica – é percebido aqui como uma dimensão da vida social contemporânea que nos coloca diante do que se chama de sociedades complexas, categorizadas por Gilberto Velho (1994 *apud* MAXIMO, 2003) como um intenso processo de interação tanto entre segmentos diferenciados como por grande mobilidade material e simbólica. Isso posto, o ciberespaço é caracterizado enquanto um espaço que é socialmente construído por meio das interações que são estabelecidas através da internet, onde novos grupos sociais acabam por emergir e as redes que já tinham sido estabelecidas em outras dimensões da vida social acabam por serem também atualizadas (MAXIMO, 2003).

A cibercultura pode ser compreendida como a cultura contemporânea marcada pelas redes telemáticas, pela troca online e pela navegação em rede global que busca agregar e cambiar informação e material simbólico (LEMOS, 1997).

Utilizo o termo Ciberativismo e não Ciberfeminismo porque corroboro com os argumentos de Barros (2009) que a principal diferença entre Ciberfeminismo e Ciberativismo está no fato de que enquanto o primeiro não defende bandeiras ou se orienta por ideologias, o segundo marca sua posição no ciberespaço por meio “sua filiação ideológica, que pode não ser necessariamente de caráter partidário, mas refere-se à defesa de uma causa em torno da qual pessoas e instituições são intencionalmente mobilizadas” (BARROS, 2009, p. 07-08).

O ciberativismo é entendido como um conjunto estratégias, práticas e ações caracterizadas por Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) para a produção e compartilhamento de discursos contra hegemônicos que são realizadas na Internet e que buscam uma mudança social. Ugarte (2008), afirma que o ciberativismo se baseia em três vias:

1. Discurso: o ciberativismo como um hacking social, busca a mudança do mundo e o empoderamento das pessoas a partir da veiculação de discursos não hegemônicos ou que não estão em pauta na agenda política.;
2. Ferramentas: cultura hacker “faça você mesmo”. Desenvolvimento de instrumentos que viabilizem essas Ações;
3. Visibilidade: reconhecimento entre os ciberativistas e alcance entre o coletivo formado pela sociedade civil.

Para melhor corresponder aos objetivos traçados para este trabalho, optou-se pela metodologia qualitativa (MINAYO, 2012) de base antropológica. A opção pela metodologia

de cunho qualitativo se justifica a partir da necessidade em compreender os significados, motivos, valores e aspirações que compunham o contexto em pauta (MINAYO, 2001), contemplando, ainda, “[...] a importância de trabalhar com a complexidade, a especificidade e as diferenciações internas dos nossos objetos de pesquisa que precisam ser, ao mesmo tempo, contextualizados e tratados em sua singularidade” (MINAYO, 2012, p. 25). Contudo, para se chegar aos objetivos propostos, utilizarei a etnografia em ambientes online ou netnografia de Robert V. Kozinets (2014).

Pensando em acompanhar também os encontros presenciais da Rede de Ciberativistas Negras do Núcleo de Fortaleza e sempre que possível do Cariri, a referência teórico-metodológica de etnografia Multilocal ou multi situada de George Marcus serviu também como eixo orientador da pesquisa de campo. Diferentemente de uma etnografia baseada nos moldes de pesquisa mais Malinowskiano, George Marcus, apresentou a etnografia multilocal, onde o pesquisador realizaria sua etnografia a partir de múltiplos locais de observação e de participação, o que acabaria por permitir a superação da dicotomia existente entre local e global (MARCUS, 2005). Quanto a essa questão, Dias (2011) afirma que:

A ideia da etnografia em ambiente hipermediado exigiria uma superação da “suspeita noção de espaço-definido de uma ‘comunidade’ como um objeto de estudo, seria suplantada pela ideia de Marcus de etnografia multissituada, verdadeiramente mais centrada na mobilidade das forças sociais do que em suas relações de fixidez e ‘habitação’ (DIAS, 2011, p.28).

Isso posto, conforme a citação acima evidencia, esse tipo de etnografia deve-se seguir as trajetórias e os fios que fazem parte de um fenômeno específico e tratar de fazer conjunções ou justaposições de situações, estabelecendo uma conexão ou associação entre elas. E é exatamente nesse sentido de uma etnografia móvel, no sentido de sair de um local específico e acompanhar o fluxo da Rede de Ciberativistas Negras-CE, sobretudo porque o núcleo do Ceará possui dois polos – um em Fortaleza e outro no Cariri – que se fez necessário acompanhar os encontros presenciais e off-line do núcleo cearense da Rede.

No que se refere a etnografia em ambiente online ou netnografia, entendida como uma forma especialidade de etnografia que utiliza comunicações que são mediadas por computador como fonte de dados para se chegar à compreensão e representação etnográfica de um determinado fenômeno cultural na internet, justifica-se pelo fato do trabalho abordar também o campo da cibercultura. Uma vez que meu campo não se restringe apenas à um espaço físico, já que o campo da pesquisa também se encontra em um ambiente online, onde a comunicação, a relação que se consegue estabelecer com os sujeitos de sua pesquisa acontece de forma diferente das pesquisas realizadas de forma “tradicional”, no estilo mais Malinowskiano, por

assim dizer. Quanto a isso, Parreiras (2011) afirma que:

Em um contexto marcado por uma nova ordem de mobilidade mundial (e os meios eletrônicos como a internet estão aí para não deixar dúvida), pensar em um trabalho de campo nos moldes tradicionais da disciplina causa estranheza. Não se está diante de um pesquisador cosmopolita, metropolitano que parte em expedições e longas viagens até terras longínquas ou mesmo exóticas. E os objetos de pesquisa – as antigas periferias – deixam de estar na pauta do dia; os nativos, passam a ser, também eles, produtores de conhecimento e etnógrafos (p.51).

Conforme a citação acima evidencia, não tem como pensar em um trabalho de campo nos moldes tidos como os mais tradicionais. No que se refere a minha pesquisa isso também se dar não apenas pelo fato de abordar o campo da cibercultura, mas também pelo fato das ciberativistas negras, entendidas enquanto sujeitos políticos nesta pesquisa, também serem pensadas enquanto produtoras de conhecimentos e estarem produzindo epistemologias contra hegemônicas.

Ainda no que diz respeito a pesquisas produzidas no campo da cibercultura, parto da perspectiva apresentada por Arturo Escobar (1994) em que o autor afirma que qualquer tecnologia representa uma invenção cultural, posto que ela produz um mundo e como tal, toda tecnologia emerge de condições culturais particulares ao mesmo tempo em que contribui para a criação de novas condições culturais. Assim, ao falar sobre as comunidades virtuais, Escobar afirma que:

A análise antropológica pode ser relevante não apenas para a compreensão do que essas novas “aldeias” e “comunidades” são; mas também é igualmente relevante para que possamos imaginar que tipos de comunidades os grupos humanos podem criar com a ajuda das tecnologias emergentes (ESCOBAR, 1994. p.42).

Nesse sentido, é importante evidenciar o fato de que em ambientes on-line nem sempre a interação entre os sujeitos (tanto o pesquisador quanto os sujeitos pesquisados) acaba por acontecer face-a-face. Sobre essa problemática, é importante apresentar o que Débora K. Leitão traz acerca da realização de pesquisas antropológicas em ambientes digital. Para a autora:

Numa antropologia analógica, na qual a centralidade humana se exerce ainda pela presencialidade baseada na unidade ou integridade corpo/mente, reflexões sobre o “estar lá” podem não considerar o ambiente, o lugar, podendo até tomá-lo como um “efeito” secundário dessa mesma presencialidade. Mas isso não ocorre numa antropologia digital onde a centralidade dos humanos se encontra profundamente desestabilizada, ou seja, a presença humana não é mais direta, mas materializada ou visível apenas por outras formas, e completamente fundida a outras formas de presença igualmente postas em evidência: máquinas, objetos técnicos e tecnologia que, para pesquisar, precisaremos aprender a manipular (LEITÃO; GOMES, 2011, p.26).

Isso posto, embora seja impossível garantir um “*estar lá*, nos termos do trabalho de campo analógico” (p. 25), a pesquisa em ambientes online não se caracteriza como algo com menos rigor teórico-metodológico, mas enquanto uma possibilidade outra de se pesquisar em contextos diferentes do que se costuma pesquisar.

Quanto a essa questão, Segata (2016), aponta-nos para o fato de que as críticas acerca dos trabalhos produzidos no ciberespaço eram carregadas de desconfianças, posto que afirmavam que uma relação etnográfica nesse tipo de ambiente virtual não seria “tão real” assim, posto que não se teria como confiar de fato nos dados, já que a comunicação seria mediada por computadores, o que poderia facilitar que as pessoas manipulassem suas informações. Para Segata (2016):

O argumento amplamente acionado era o de que mediados por computador as pessoas poderiam dissimular, inventarem-se da forma que o quisessem e o antropólogo jamais saberia “da verdade” desse outro, porque lhe faltariam recursos metodológicos, como a análise de uma performance corporal, o contraste entre o dito e algum gesto, que eram prejudicados pela distância física. A questão é que um dos efeitos que essa desconfiança provocou não foi exatamente o desenvolvimento de técnicas etnográficas especiais para o ciberespaço – como era a expectativa e parte da disciplina e de outras que estavam em diálogo, como a comunicação. O que aconteceu foi o reverso: o exagero dessas limitações respaldou a necessidade de revisão de nossa confiança nas formas convencionais de etnografia, já que pareciam ancoradas em uma fé do antropólogo de que o encontro etnográfico face a face estivesse sob o seu controle (diferentemente daquele em interface). Assim, se a etnografia foi fundamental para situar melhor questões em torno da separação entre o real e o virtual, o local e o global, o on-line e o off-line, a pessoa e o personagem, o tradicional e a novidade, o ciberespaço, o cibernauta e a sua antropologia foram fundamentais para repensar a própria etnografia (SEGATA, 2016, p.98).

A citação acima evidencia que não só a pesquisa no ciberespaço é possível, como ela também é importante para ajudar a antropologia a pensar e repensar o fazer etnográfico e suas muitas possibilidades de campo, além de nos ajudar a refletir sobre os diversos tipos de relação que estabelecemos e que somos capazes de estabelecer com os sujeitos de nossas pesquisas.

O ciberespaço além de ter se configurado como uma realidade no qual todas/os nós vivemos, estabelecemos algum tipo de relação ou criamos representações de nós mesmos e dos outros, acabou também promovendo um rearranjo de muitos dos conceitos por nós utilizados, o que de certa forma traz a necessidade de ressituar a etnografia, para que assim, possamos também ser capazes de entender as relações que acontecem no âmbito do ciberespaço (PARREIRAS, 2011).

Outra problemática que percebi ao desenvolver essa pesquisa, refere-se ao fato de que em

minha pesquisa “a diferença entre o local onde os dados são coletados e onde serão analisados e interpretados” (LEITÃO; GOMES, 2011, p.25) acaba por não seguir o modo de pesquisa tradicional, não existindo dessa forma:

(...) uma separação física entre o local onde será realizada a pesquisa e o local onde se vive, o campo e a casa, lá e aqui, marcando essencialmente a diferença entre o local onde dados serão coletados e o local onde esses mesmos dados serão analisados e interpretados (LEITÃO; GOMES, 2011, p.25).

Quanto a essa questão, a própria Leitão (2011) aponta-nos para uma solução, posto que a autora chega a concluir, que no final das contas esse não é exatamente o cerne da questão, pois a autora evidencia que não se fala de fato sobre como se chegou em campo, além disso, a autora aponta-nos que enquanto

(...) o discurso etnográfico separa o estar lá da viagem em si, do chegar lá (...) se tratando de uma antropologia da e na internet, a tecnologia digital é tanto o meio de transporte que executa a viagem quanto o ambiente no qual o campo acontece (LEITÃO; GOMES, 2011, p. 26).

Além disso, Peirano (2008) ao discorrer sobre a tradição antropológica, aponta-nos que é possível fazer pesquisas etnográficas tanto em lugares distantes quanto em próximos com a mesma intensidade, posto que “o campo está dentro de nós” (p.05). Isso posto, o local do campo não seria tão importante quanto se apresenta na antropologia tradicional. O próprio Evans-Pritchard (1976), afirma que para ele, “a batalha decisiva não se trava no campo, mas depois da volta” (p, 245) apontando-nos assim, que a tarefa mais difícil vem quando o pesquisador volta do campo.

Face ao exposto, este trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado: “Não sou eu uma mulher?: Pensamento Feminista Negro” apresento uma discussão acerca da Rede de Intelectuais Negras, a partir das mulheres negras afro-americanas, que dão base teórica e política para o pensamento feminista negro. Busquei assim, mostrar as conexões entre o pensamento produzido por essas intelectuais negras e tentei evidenciar a conexão existentes entre essas mulheres negras norte-americanas e as mulheres negras brasileiras.

Já o segundo capítulo, intitulado: “Nossos Passos vêm de longe”: da Resistência nas ruas ao ciberespaço, apresento a trajetória do movimento de mulheres negras brasileiras, a partir da participação desses sujeitos históricos e políticos em várias etapas da constituição do país. Isso se dá desde o período do pré-abolição até os dias atuais, incluindo assim sua participação nos movimentos sociais, tais como movimentos negros e feministas, a criação de um movimento específico de mulheres negras e sua inserção no ciberespaço.

No terceiro capítulo, intitulado: “Formando Redes de Luta: A criação da Rede de

Ciberativistas Negras”, apresento as formas mais comum de mobilização em rede a partir de exemplos produzidos pela população negra, sobretudo por mulheres negras, em seguida apresento a Rede de ciberativistas Negras, bem como se deu o processo de sua criação. Além disso, contextualizo o Ceará e apresento o Núcleo Cearense da Rede de Ciberativistas Negras.

2 - “NÃO SOU EU UMA MULHER? ”: PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO

“Nós habitamos um tipo de vácuo de apagamento e contradição sustentado pela polarização do mundo em um lado negro e do outro lado, de mulheres.

– Heidi Safia Mirza

Neste capítulo, proponho pensar os eixos comuns no que se refere as ações e reações contra as múltiplas formas de violência e opressão que afetam a vida das mulheres negras, a partir de seus contextos políticos, sociais e econômicos. Busquei apresentar uma discussão sobre o que chamo de Rede de ideias acerca dos ativismos feminino e negro que dão base teórica e política para o movimento de mulheres negras brasileiras.

Partindo assim do pressuposto de que essas mulheres negras estão conectadas em e por uma rede de ativismo feminino e negro, apresento as conexões existente entre as ativistas e intelectuais negras a partir de suas relações com a comunidade negra, tal como sugere Collins (2019) tomando como base o ativismo de mulheres negras afro-americanas tidas como pioneiras do pensamento feminista negro. Isso se deu porque as reflexões, ações e teorias produzidas por elas acabaram por facilitar a expressão de pontos de vista de mulheres negras e transformaram o conhecimento tido como especializado acerca do feminismo negro, posto que elas foram capazes de especializar o conhecimento informal que adquiriam a partir de seus ativismos nas lutas cotidianas (COLLINS, 2019).

Contudo, torna-se imprescindível evidenciar que em nenhum momento busco homogeneizar as mulheres negras enquanto uma categoria única. O que se busca neste capítulo, portanto, é evidenciar as questões comuns à realidade de mulheres negras no mundo, embora saiba que essas questões comuns são vivenciadas de formas distintas, já que classe, idade, preferências sexuais, territoriais, etc interferem na forma que essas mulheres vivenciam essas questões.

Enfatizarei então as experiências e os pensamentos travados por essas mulheres negras pioneiras porque elas travaram lutas por justiça social e analisaram opressões interseccionais que acabavam por limitar suas vidas e a vida das mulheres negras de forma geral. Assim, o trabalho dessas mulheres é trivial, pois demonstra uma tradição que combina ativismo e reflexão teórica, não necessariamente acadêmica.

Corroboro então com Collins (2019) quando a autora aponta que as intelectuais negras são centrais para o pensamento feminista negro, posto que nossas experiências enquanto mulheres negras nos proporcionam uma visão única acerca de nossas condições de vida, bem como somos capazes de compreendermos criticamente as condições de opressões que recam

sobre nós. Também corroboro com Collins (2019) ao apontar que recuperar as ideias das mulheres negras também significa descobrir, reinterpretar e analisar as ideias de subgrupos que foram silenciados.

Quando falo e trato essas mulheres enquanto intelectuais negras, parto da ideia de que “nem todas as intelectuais negras foram atualizadas. Nem todas as mulheres negras estão no meio acadêmico. Por outro lado, nem todas as mulheres negras altamente instruídas, sobretudo as que trabalham em faculdades e universidades [...] são, por isso, *automaticamente* intelectuais” (COLLINS, 2019, p.52). Collins, fala da realidade dos Estados Unidos, mas acredito que essa ideia possa e deva ser ampliada, e assim o faço. A autora também afirma que grande parte da tradição intelectual das mulheres negras se deu em contextos externos a academia. Um exemplo disso pode ser verificado nas canções de blues que mulheres negras de classe trabalhadora das décadas de 1920 e 1930 produziam².

Nessa perspectiva, o pensamento feminista negro enquanto teoria social deve incluir as ideias de mulheres negras que não eram consideradas intelectuais, posto que

as ideias que compartilhamos umas com as outras, como mães de famílias estendidas como mães de criação em comunidades negras, como membros de igrejas negras e professoras de crianças de comunidades negras, constituem uma área fundamental, na qual afro-americanas elaboraram um ponto de vista feminino negro multifacetado (COLLINS, 2019, p.57).

Collins (2019) também apresenta cantoras, poetisas, escritoras entre outras artistas enquanto intelectuais negras, no entanto, por falta de tempo, não irei abordar a contribuição dessas mulheres, embora também concorde com a pontuação da autora.

Para dar conta dos objetivos propostos apresento então, neste capítulo as Pioneiras Negras e os primeiros passos na luta feminista e negra, onde apresento mulheres negras tais como Sojourner Truth, Ida B. Wells Barnett, Harriett Tubman, Frances E. W. Harper, Mary Church Terrel, Maria Stewart, Belle Kinte, Barbara Smith e Bervely Smith, ambas do Coletivo Combahee River, dentre outras que não só pensavam questões raciais, de gênero, classe etc como as interseccionavam e buscavam, a partir de seus lugares de atuação, contribuir com a melhoria nas condições de vida das mulheres negras de forma específica, e da população negra de forma geral. O que pode ser ampliado à realidade de toda a sociedade.

2.1 Pioneiras Negras e as bases do pensamento feminista negro

No que se refere ao surgimento do pensamento feminista negro, Davis (2018) ajuda-

² Quanto a essa questão, ver Angela Davis, *Blues, Legacy and Black Feminism*, 1998.

nos a sintetizar a base conceitual do feminismo negro:

O feminismo negro emergiu como um esforço teórico e prático de demonstrar que raça, gênero e classe são inseparáveis nos contextos sociais em que vivemos. Na época do seu surgimento, com frequência pedia-se às mulheres negras que escolhessem o que era mais importante, o movimento negro ou o movimento de mulheres. A resposta era que a questão estava errada. O mais adequado seria como compreender as intersecções e as interconexões entre os dois movimentos (DAVIS, 2018, p. 21).

A passagem revela que desde o surgimento do feminismo negro as mulheres já alertavam para a problemática em se pensar as categorias estruturais “raça”, “gênero” e “classe” de forma desconexas. Corroborando com esse pensamento, Patrícia Hill Collins cita a historiadora feminista negra E. Frances White (1984) para falar sobre essa questão. Assim, sugere-se que “as ideias das mulheres negras têm sido aprimoradas na junção com movimentos pela igualdade racial e sexual. Segundo a autora, mulheres afro-americanas têm sido empurradas por ‘sua marginalização em ambas as arenas’ para criar o feminismo negro” (COLLINS, 2016, p. 100).

Avtar Brah em seu artigo: “Diferença, diversidade, diferenciação” discorre sobre o que representava o feminismo negro, após a inclusão do termo “negro” no feminismo.

O negro do “feminismo negro” inscrevia uma multiplicidade de experiências ainda que articulasse uma posição particular de sujeito feminista. Além disso, ao trazer para o primeiro plano uma ampla gama de experiências diaspóricas em sua especificidade tanto local quanto global, o feminismo negro representava a vida negra em toda sua plenitude, criatividade e complexidade (BRAH, 2006, p.357).

Essa observação de Brah é pertinente porque nos ajuda a entender como o sujeito político do feminismo negro descentralizou categorias que até então estavam sendo pensadas enquanto categorias únicas, ao passo que refutava a ideia de que tais categorias eram mais relevantes que outras. A autora segue dizendo que:

O feminismo negro escancarou discursos que afirmavam a primazia, digamos, da classe ou do gênero sobre os demais eixos de diferenciação, e interrogava as construções de tais significantes privilegiados enquanto núcleos autônomos unificados. A questão é que o feminismo negro não só representava um sério desafio aos racismos centrados na cor, mas sua significação ultrapassa esse desafio. O sujeito político do feminismo negro descentra o sujeito unitário e masculinista do discurso eurocêntrico, e também a versão masculinista do “negro” como cor política, ao mesmo em que perturba seriamente qualquer noção de “mulher” como categoria unitária. Isso quer dizer que, embora constituído em torno da problemática da “raça”, o feminismo negro desafia performativamente os limites de sua constituição (BRAH, 2006, p.357-358).

Face ao explicitado, o feminismo negro, entendido enquanto um movimento político e de construção teórica de mulheres negras comprometidas com a mudança social, é um

conceito criado na luta pelo reconhecimento das especificidades do grupo no contexto do combate ao racismo e da luta feminista (SEBASTIÃO, 2010).

Segundo Jabardo (2012), o movimento feminista negro surgiu da tensão entre dois movimentos. O movimento abolicionista e o movimento sufragista. Isso se deu pelo fato da combinação do racismo e do sexismo ter excluído as mulheres negras de ambos os movimentos, o que acabou por conferir ao discurso “Ain’t I a Woman?” (E eu não sou uma mulher?), de Sojourner Truth, uma relevância dentro do feminismo negro. Sua fala foi proferida durante a Convenção dos Direitos da Mulher na cidade de Akron, em Ohio, Estados Unidos em 1851.

De acordo com Davis (2016) em seu livro “Mulheres, Raça e Classe”, não se sabe ao certo se Truth apareceu no evento por conta própria ou se foi convidada. O que se sabe é que a plateia era composta por homens e mulheres brancas, onde os homens diziam, mesmo estando em uma convenção sobre o direito das mulheres, que elas (as mulheres) não deveriam ter os mesmos direitos que eles, já que eram mais frágeis. Contudo, Davis (2016) afirma que: “A sua presença e os seus discursos simbolizaram nas subseqüentes reuniões de direitos de mulheres a solidariedade das mulheres negras com a nova causa. Elas aspiravam a liberdade não apenas da opressão racista como da dominação sexista” (2016, p.70).

A autora segue dizendo que Truth, sozinha foi capaz de salvar a convenção ao discursar contra as palavras hostis que eram proferidas pelos homens que lá se encontravam, pois foi capaz de responder as rudes provocações e os argumentos de supremacia masculina. Assim, Sojourner Truth toma a palavra e discursa:

Muito bem crianças, onde há muita algazarra alguma coisa está fora da ordem. Eu acho que com essa mistura de negros (negrões) do Sul e mulheres do Norte, todo mundo falando sobre direitos, o homem branco vai entrar na linha rapidinho.

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari 3 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?

Daí eles falam dessa coisa na cabeça; como eles chamam isso... [alguém da audiência sussurra, “intelecto”]. É isso querido. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres e dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, porque você me impediria de completar a

minha medida?

Daí aquele homenzinho de preto ali disse que a mulher não pode ter os mesmos direitos que o homem porque Cristo não era mulher! De onde o seu Cristo veio? De onde o seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com isso.

Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de conserta-lo, colocando-o do jeito certo novamente. E agora que elas estão exigindo fazer isso, é melhor que os homens as deixem fazer o que elas querem.

Agradecida a vocês por me escutarem, e agora a velha Sojourner não tem mais nada a dizer.³

Sojourner Truth (1797-1883), cujo nome de registro é Isabella Baumfree, foi escravizada desde sua nascença e tornou-se, posteriormente, abolicionista, escritora, palestrante e ativista afro-americana do direito das mulheres, sobretudo das mulheres negras. Conforme foi explicitado anteriormente, Truth é apontada como a primeira mulher negra que se destacou por enfrentar e denunciar publicamente o racismo e o sexismo norte-americano e seu discurso é considerado como um dos fundadores do feminismo negro afro-americano.

Quanto a essa afirmação, bell hooks não só a comprova como também relata a tentativa de silenciamento que Truth sofreu durante seu discurso:

“Não a deixem falar! Não a deixem falar! Não a deixem falar!” Sojourner aguentou os seus protestos e tornou-se uma das primeiras feministas a chamar a atenção para o destino da mulher negra escrava que, forçada pela circunstância de trabalhar lado a lado com os homens negros, era uma viva personificação da verdade que as mulheres podiam ser iguais aos homens no trabalho (HOOKS, 1981, p. 115).

A citação acima demonstra que Sojourner Truth, em sua fala, indicava assim o não-lugar da mulher negra na sociedade de sua época. Isso se dava pelo fato já apontado por Djamila Ribeiro (2017) em seu livro “O que é lugar de fala?”, onde a autora ao analisar o discurso de Sojourner Truth, afirma que ainda no século XIX, Truth já evidenciava o dilema que o feminismo hegemônico iria enfrentar. A saber: a universalização da categoria mulher. A autora segue afirmando que “esse debate de se perceber as várias possibilidades de ser mulher, ou seja, do feminismo abdicar da estrutura universal ao se falar de mulheres e levar em conta as outras intersecções, como raça, orientação sexual, identidade de gênero, foi atribuído mais fortemente à terceira onda do feminismo, sendo Judith Butler um dos grandes nomes” (RIBEIRO, 2017, p. 21).

No entanto, o que pode ser percebido com o discurso proferido em 1851 é que já naquela época se tinha a necessidade de pensar as questões a partir da interseccionalidades de

³ GELEDES. Sojourner Truth. Tradução do discurso por Osmundo Pinho. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acessado em: 18 de maio de 2019.

raça, gênero, classe social, etc e era exatamente isso que mulheres negras como Truth estavam fazendo. Até porque ela, enquanto mulher negra, ex-escravizada, se quer era concebida enquanto “mulher”. Isso se dava, sobretudo, porque enquanto trabalhadora, Truth era vista como unidade de trabalho.

No que se refere à essa questão, Davis (2016) ao pensar sobre o legado da escravidão e sobre as condições de vida das mulheres negras, nos aponta alguns pontos importantes. Primeiro que o espaço que o trabalho acaba por ocupar hoje em dia na vida das mulheres negras é reflexo de um padrão que foi estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Assim, enquanto escravizadas – e ex-escravizadas – os outros aspectos da vida dessas mulheres acabavam por serem ofuscados pelo trabalho compulsório. Segundo, as mulheres em muitos casos – apenas quando isso favorecia os escravizadores – eram desprovidas de gênero. Dessa forma, trabalhavam tanto quanto os homens. E por fim, embora trabalhassem tanto quanto e sofressem as mesmas opressões que os homens negros, elas também sofriam de forma diferente. Isso se dava porque sofriam abusos sexuais e outros maus-tratos que lhes eram infligidos. Isso posto:

A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (Davis, 2016, p 19).

O estupro era então tido como uma forma de dominação, posto que “o estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadora” (DAVIS, 2016, p. 20). A autora também afirma que o objetivo oculto do estupro era de extinguir o desejo das mulheres negras escravizadas de resistirem e, nesse processo, também desmoralizar seus companheiros.

Face ao exposto, o discurso de Sojourner Truth não só desconstrói a categoria hegemônica “mulher” como também refuta a ideologia da feminilidade – derrubando assim as alegações de que a fragilidade feminina era incompatível com o sufrágio – e reivindicava sua própria identidade enquanto mulher negra. O que vem demonstrando que esse tipo de discussão e reivindicação já vinha sendo feita por mulheres negras como Sojourner Truth a muito tempo. Além disso, demonstra que as mulheres negras a tempos vêm produzindo discursos contra hegemônicos. O que acontece, então, é que essas mulheres acabaram por serem invisibilizadas. Assim, os eixos teórico-práticos do feminismo branco acabaram sendo amplamente contestados pelas feministas negras:

Los ejes teórico-prácticos del feminismo blanco fueron ampliamente contestados por parte de las feministas negras. Lo que denunciaban era el

propio concepto de género, en la medida en que formaba parte del sistema de relaciones jerárquicas de «raza». Denunciándolo, comenzaban a escuchar su propia voz, una voz que había estado oscurecida en un sistema de dominación que las había construido con las herramientas de los grupos hegemónicos (JABARDO, 2012, p.).

No que se refere à invisibilidade das mulheres negras, Ribeiro (2017) também nos alerta para essa questão. A autora apresenta o artigo denominado “Feminismo: direitos autorais de uma prática linda e preta”, de Giovana Xavier para apontar essa invisibilidade. Assim, Giovana Xavier *apud* Ribeiro (2017) afirma:

Nesse diálogo, que também se refere ao protagonismo, capacidade de escuta e de fala, façamo-nos as perguntas: Que histórias não são contadas? Quem, no Brasil e no mundo, são as pioneiras na autoria de projetos e na condução de experiências em nome da igualdade e da liberdade? De quem é a voz que foi reprimida para que a história única do feminismo virasse verdade? (XAVIER *apud* RIBEIRO, 2017, p.22).

Já Davis (2016), afirma que quando Truth discursou a cegueira das mulheres brancas também foi revelada. A autora também aponta que sua fala foi uma resposta à supremacia racista e uma lição para as mulheres brancas que ali se encontravam, posto que estavam preocupadas apenas com a conquista de seus direitos e esqueciam que nem todas as mulheres eram brancas. Quanto à essas questões, Ribeiro (2017) analisa que o discurso de Truth, para além de apresentar as inquietações e necessidade de existir das mulheres negras de sua época, também evidenciou que as vozes que foram esquecidas pelo feminismo hegemônico já falavam a muito tempo.

Assim, a voz da ativista não era apenas uma dissonância em relação à história dominante do feminismo, mas era também a urgência por existir e a importância de comprovar que historicamente as mulheres negras sempre estiveram produzindo e promovendo insurgências contra o modelo dominante, além de promoverem disputas de narrativas (RIBEIRO, 2017).

Embora o discurso de Truth seja lembrado até hoje por Feministas Negras afro-americanas e também brasileiras, é imprescindível evidenciar o fato de que a primeira mulher negra nascida nos Estados Unidos a falar publicamente foi Maria W. Stewart⁴. Na ocasião, ela respondeu aos ataques contra seu direito de discursar publicamente, de modo a questionar: “E daí que eu sou uma mulher?” (DAVIS, 2016).

Maria W. Stewart trabalhou na casa da família de um clérigo como trabalhadora doméstica desde os cinco anos de idade, quando ficou órfã. Ela lutou para se educar e acabou por ser a primeira mulher nos Estados Unidos a proferir discursos nos Estados Unidos, influenciando as mulheres negras afro-americanas a rejeitarem as imagens negativas da

⁴ Para mais informações ver Gerda Lerner, *Black Women in White America*, p. 83.

condição de mulher negra. Seus questionamentos acabaram por serem retomados por outras feministas negras que vieram depois dela. Stewart apontava também que as opressões de raça, gênero e classe eram o que fundamentavam a pobreza dessas mulheres negras e as incentivou a criar definições próprias de autoconfiança e independência. Ela também incentivou as mulheres negras a usarem o seu papel específico enquanto mães para criar mecanismos poderosos de ação política. Assim, ela incentivava as mulheres negras à cultivarem a educação, bem como foi uma das primeiras feministas negras dos Estados Unidos que valorizou a importância das relações das mulheres negras umas com as outras a fim de criar uma comunidade própria de ativismo e autodeterminação (COLLINS, 2019).

Interessante perceber que enquanto Maria W. Stewart perguntava: “E daí que eu sou uma mulher?”, a pergunta de Sojourner Truth era: “E eu não sou uma mulher?” Essas duas perguntas nos ajudam a perceber a importância da interseccionalidade e como não podemos colocar categorias como “gênero” e “raça” como se uma fosse mais importante que a outra, pois isso geraria hierarquias que na prática não nos ajudam a chegar ao cerne da questão. A indagação de Stewart nos faz perceber que quando era conveniente, ela era vista enquanto mulher, assim era impedida de discursar por esse motivo e quando colocamos sua indagação ao lado da de Truth, mulher negra e ex-escravizada, percebemos que a categoria raça era utilizada para silenciá-la. O que estas duas mulheres têm em comum era o fato de serem mulheres negras e estarem questionando as estruturas que queriam as impedir de discursar e revelar a necessidade de se pensar realidades outras.

Outra referência negra afro-americana importante para o Feminismo Negro foi a editora/jornalista, socióloga e ativista negra Ida B. Wells Barnett. Importante destacar que assim como Sojourner Truth, ela também nasceu no período da escravidão, em 1862 no estado de Mississippi – Holly Springs – e foi uma das fundadoras da primeira agremiação de mulheres negras de Chicago, além de ter contribuído com a criação de outros clubes/ movimentos associativos de mulheres negras afro-americanas tanto no Sul como no Nordeste dos Estados Unidos, como pode ser percebido na citação a seguir:

Ida B. Wells era muito mais do que um chamariz para as mulheres negras recrutadas para ingressar no movimento associativo. Também era uma organizadora ativa, que teve a iniciativa de criar e que presidiu a primeira agremiação de mulheres negras de Chicago. Depois da sua primeira excursão pelo exterior na campanha contra os linchamentos, ela colaborou com Frederick Douglass na organização de um protesto contra a Feira Mundial de 1893. Graças a seus esforços, um comitê de mulheres foi instituído para arrecadar dinheiro para a publicação de um folheto a ser distribuído na feira, intitulado “The Reason Why the Colored American is not in the World’s Columbia Exposition” [O motivo pelo qual o estadunidense de cor não está na Exposição Columbiana Mundial]. Depois da Feira Mundial de Chicago,

Wells persuadiu as mulheres a criarem uma agremiação permanente, tal como as mulheres negras haviam feito no Nordeste (DAVIS, 2016, p.137).

Essa passagem ilustra a importância e o papel desempenhado por Ida B. Wells Barnett na criação e participação no movimento associativo de Mulheres Negras. O primeiro encontro organizado por mulheres negras de forma independente, por exemplo, aconteceu em decorrência dos ataques racistas que Wells Barnett sofreu. Na ocasião, a redação de seu jornal em Memphis foi destruída por uma gangue racista que era contra o trabalho que ela desempenhava no combate aos linchamentos que aconteciam contra a população negra. Em decorrência dessa reunião, foram criadas organizações permanentes no Brooklyn e em Nova York. Essas organizações ganharam o nome de União da Lealdade Feminina (DAVIS, 2016).

Destaca-se também nesse período a Agremiação de Mulheres Era, de Boston que embora fizesse parte da Federação Geral de Agremiações de Mulheres [A General Federation of Women's Clubs] teve sua representante – Josephine St. Pierre Ruffin⁵ – impedida de participar do encontro que aconteceu em 1890 da federação. O que fez com que a primeira convenção nacional convocada por mulheres negras acontecesse cinco anos depois, em 1895. Assim, se reuniram para deliberar estratégias de resistência frente às investidas feitas por propagandas que eram contrárias as mulheres negras e à validade da lei de linchamento (DAVIS, 2016).

Wells Barnett foi uma ativista assídua e que “às vésperas da sua morte ela permanecia a mesma militante de sempre, liderando um protesto de mulheres negras contra as políticas segregacionistas de um grande hotel de Chicago” (DAVIS, 2016, p. 141-142).

Wells Barnett foi então uma ativista negra que lutava contra os linchamentos sistemáticos que a população negra (sobretudo os homens negros) de Memphis, Tennessee sofriam ao serem acusadas de crimes violentos, tais como estupro sem de fato terem cometido esses crimes. Wells Barnett se deu conta disso quando viu três de seus amigos serem acusados de tais atos e linchados por este motivo. A partir disso, começou a investigar essas acusações e os atos de linchamentos que aconteciam no Sul dos Estados Unidos. Para isso, utilizava uma metodologia que só recentemente foi reconhecida científica (JABARDO, 2012).

Ida B. Wells Barnett usou as únicas fontes que existiam naquele período, as do opressor, baseando-se, dessa forma, das histórias de linchamentos que encontrou em jornais brancos, analisando, então, as fontes secundárias do Chicago Tribune e fazendo um trabalho

⁵ Josephine St. Pierre Ruffin foi a primeira presidenta fundadora da Agremiação Nacional das Associações de Mulheres de Cor. Ela era esposa de um bacharel de Harvard que se tornou o primeiro juiz negro do estado de Massachusetts e era conhecida pelas mulheres brancas da Federação Geral de Agremiações de Mulheres enquanto uma mulher muito culta (DAVIS, 2016).

de campo logo após os linchamentos. Posteriormente, desenvolveu e publicou estatísticas que acabaram por destruir as falsas provas que pairavam sobre a população negra acusada (JABARDO, 2012). Isso posto, Wells Barnett:

(...) mostro que entre 1880 y 1891 en torno a 100 negros fueron linchados. En el año 1892, año en el que mataron a sus amigos, otros 160 hombres fueron linchados, la mayoría por asesinato (58) y por violación (46). Denuncio que los linchamientos se utilizaban para frenar el posible ascenso social de la población negra en el Sur. Señalando las lógicas desde las que se denunciaba como violación cualquier contacto (a veces meramente verbal) entre un hombre negro y una mujer blanca, Wells introdujo uno de los temas que sería central en el feminismo negro: la forma en la que la intersección entre «raza» y género construye de forma desigual la sexualidad de la población blanca y de la población negra. Lo hizo subrayando los mecanismos a través de los cuales se demonizan las relaciones raciales entre hombres negros y mujeres blancas — usando el término de violación para cualquier tipo de contacto o acercamiento entre unos y otras — y la forma en la que se naturaliza cualquier forma de agresión sexual (violación) de hombres blancos a mujeres negras (JABARDO, 2012, p.31).

Para além de denunciar os linchamentos sistemáticos que os homens negros sofriam, Wells Barnett também desempenhou um papel extremamente importante para a definição do conceito de interseccionalidade⁶, posto que destacou os mecanismos pelos quais as relações raciais entre negros e brancas e brancos e negras eram vistas de maneiras distintas. Onde os homens negros eram tidos como estupradores e linchados por isso, por outro lado, os homens brancos nada sofriam ao abusarem das mulheres negras.

Quanto a essa questão, é importante ressaltar que conforme enfatiza Davis (2016), os linchamentos que aconteciam e que Wells se empenhou em investigar e denunciar os casos, acabaram por tornar visível o Mito do homem negro tido como violador – foi isso que justificou o assassinato de milhares de homens negros –, bem como a naturalização da ideia de que as mulheres negras eram (estavam) sexualmente disponíveis, daí o fato dos casos de abusos contra mulheres negras não serem tratadas da mesma forma que os casos que continuam falsas acusações de agressões e estupro por parte de homens negros.

Ida B. Wells Barnett percebeu que na verdade os linchamentos contra os homens negros era uma forma de punição por não pagarem suas dívidas, não darem lugar aos brancos

⁶ Embora o termo “Interseccionalidade” enquanto conceito da teoria crítica de raça tenha sido cunhado por Kimberlé Crenshaw, o “conceito é uma sensibilidade analítica, pensada por feministas negras, cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros” (AKOTIRENE, 2018, p. 13). E conforme esse capítulo for apresentado, será cada vez mais nítido que as mulheres negras sempre estiveram pensando a intersecção entre raça, gênero, classe etc.

nas estradas ou por estarem sendo mais bem-sucedidos nos negócios que os homens brancos.⁷ Na atualidade, podemos pensar a questão do linchamento contra os homens negros e o mito do homem negro enquanto estuprador a partir da série “Olhos que condenam”[When They See Us],⁸ que apresenta o caso real de cinco jovens negros do Harlem que foram acusados e presos injustamente de cometerem abusos contra uma mulher branca.

No que se refere à Sojourner Truth, Maria W. Stewart e Ida B. Wells Barnett, as destaco por serem consideradas enquanto as pioneiras na luta feminista e negra afro-americana. Isso se deu pelo fato de que essas mulheres, a partir de suas estratégias de mobilização e de suas falas e questionamentos foram fundamentais para se pensar futuramente nas bases do feminismo negro. A saber, a aliança entre reflexão teórica e as estratégias de mobilização. O que pode ser percebido pela trajetória de vida dessas mulheres, bem como de tantas outras mulheres negras, que a partir de seus lugares de atuação, contribuíram na luta antirracista e antissexista.

Anna Julia Cooper também era uma intelectual negra que desde o século XIX já discutia e problematizava as problemáticas referentes à questão de raça e gênero, comprovando que diferentes formas de opressão deveriam ser percebidas como interdependentes. Cooper também foi a responsável pelo primeiro volume de pensamento feminista negro nos Estados Unidos [no original: *A Voice from the South by a Black Woman of the South*] de 1892.

Outra referência feminina negra que deve ser lembrada é Mary Church Terrell que foi presidenta da Liga Nacional das Mulheres de Cor, criada em 1896 e que posteriormente se fundiu com a Associação Nacional das Agremiações de Mulheres de cor – sua concorrente –. Terrell era filha de um homem negro que havia sido escravizado e que acabou por receber, após sua emancipação, uma herança que veio do seu pai, um “senhor de escravo”. Conforme enfatiza Davis (2016), foi devido à esse dinheiro que sua família herdou que ela teve acesso a oportunidades educacionais que nem toda população negra conseguia ter. Assim, após passar quatro anos na Faculdade de Oberlin, se tornou a terceira mulher negra com formação universitária do país, bem como estudou em outras instituições de ensino superior no exterior, se tornando professora do ensino médio, a princípio, e posteriormente, professora universitária, se tornando a primeira mulher negra indicada ao Conselho de Educação do

⁷ Fonte: <https://nossacausa.com/o-que-marcou-historia-de-ida-b-wells-e-porque-o-brasil-precisa-saber-dela/>. Acessado em: 24 de maio de 2019.

⁸ A série foi criada, dirigida e escrita por Ava DuVernay - diretora e roteirista afro-americana premiada - e distribuída pela plataforma de Streaming Netflix.

distrito de Columbia (DAVIS, 2016).

Davis (2016) aponta-nos para o fato de que se assim quisesse, Terrel poderia ter buscado prosperidade e realizações pessoais por meio da carreira política ou acadêmica, mas que seu interesse estava na libertação coletiva de seu povo. E foi isso que a fez devotar toda sua vida adulta à luta pela libertação negra. Dessa forma, “Mary Church Terrell foi a força motriz que transformou o movimento associativo de mulheres negras em um grupo político forte” (DAVIS, 2016, p. 141). Tal qual Ida B. Wells Barnett, Mary Church Terrell manteve-se ativa até o ano de sua morte, que veio a acontecer já com noventas anos. Relata-se que em um dos seus últimos atos contra o racismo, ela marchou em Washington aos 89 anos de idade.

Poderíamos incluir também outras mulheres negras que manifestavam o seu compromisso com a liberdade e igualdade. Quanto a isso, Davis (2016) aponta que mesmo no período da escravidão, mulheres negras criavam estratégias de resistência e desafiavam a escravidão. Dessa forma, “elas envenenavam os senhores, realizavam ações de sabotagem e, como os homens, se juntavam à comunidade de escravos fugidos, seguindo com frequência rumo ao Norte em busca de liberdade” (DAVIS, 2016, p. 31). A autora ainda afirma que as mulheres negras escravizadas normalmente não aceitavam com passividade as repressões violentas que os feitores as infligiam e que as mulheres negras que aceitavam essa sina eram na verdade a exceção e não a regra (DAVIS, 2016).

Podemos citar também exemplos mais sutis de resistência, tais como o desempenhado por Belle Kinte e Charlotte Forten. Belle Kinte, por exemplo, aprendeu sozinha e de forma clandestina a ler e escrever. Após aprender a ler, passou a ler os jornais que encontrava manter-se informada dos eventos políticos que estavam acontecendo e transmitir para seu povo. Com o tempo, passou também a ensiná-los a ler e escrever. As aulas aconteciam por volta das onze horas da noite até às duas da madrugada. Importante ressaltar que Belle Kinte conseguiu ensinar centenas de pessoas. Já Charlotte Forten foi uma ativista abolicionista que se tornou uma educadora negra no período pós-Guerra Civil e também ensinava a população negra a ler e escrever (DAVIS, 2016).

A rota chamada de “*Underground Railroad*”⁹ envolveu muitas dessas mulheres negras do Norte, tais como Jane Lewis, que morava em New Lebanon, Ohio e regularmente remava pelo rio Ohio para resgatar escravizadas e escravizados em fuga. Outro exemplo de mulher

⁹ Davis (2016) aponta que a *Underground Railroad* era o nome que se dava a um conjunto de rotas secretas e pontos de paradas clandestinos que escravizadas/os utilizavam para chegar ao Canadá e México por meio da ajuda de abolicionistas. O termo “underground” era usado no sentido secreto e “railroad” foi utilizado porque o código baseava-se na terminologia das ferrovias, embora as rotas de fuga não fossem nem subterrâneas, nem férreas.

negra na luta e resistência à escravidão é o de Harriet Tubman, que assim como Jane Lewis, conduziu mais de trezentas pessoas à fuga através da *Underground Railroad*.

Tubman começou resgatando seus parentes e em seguida, passou a resgatar também outras pessoas que se encontravam na mesma condição que seus familiares. Durante a Guerra Civil, Tubman liderou uma expedição armada na guerra, o ataque em Combahee River que libertou mais de setecentos escravizados e acabou por se tornar a única mulher nos Estados Unidos a liderar tropas em uma batalha. Além disso, Harriet Tubman acabou por se envolver também com o movimento pelo sufrágio feminino (DAVIS, 2016).

Frances E. W. Harper também foi uma ativista feminista e poeta negra de meados do século XIX que atuava no movimento antiescravagista. Podemos destacar também Sarah Remond, que discursou na Irlanda, Escócia e Inglaterra contra a escravidão nesses países e acabou por influenciar a opinião pública, impedindo inclusive que os Tories (Membros do Partido Conservador Britânico) intervissem a favor dos Confederados.

Além do nome de mulheres negras e movimentos associativos já citados, torna-se imprescindível destacar a importância do Manifesto do Coletivo Combahee River de 1974 [no original, The Combahee River Collective Statement]. Isso posto, faz-se necessário destacar a participação das Irmãs Barbara Smith e Beverly Smith que estavam entre as fundadoras do Coletivo Combahee River. Elas foram também editoras dos livros escritos por mulheres de cor, lésbicas e teóricas feministas (AKOTIRENE, 2018).

O coletivo era integrado por feministas negras e lésbicas que inicialmente se encontraram pela primeira vez na conferência regional da Organização Feminina Negra Nacional (NBFO, sigla em original) em 1973. Um ano depois (1974), as mulheres começaram a se reunir regularmente em Boston, Massachusetts. E foi em uma dessas reuniões que elas escolheram seu nome baseado na invasão do rio Combahee River de 1863, liderada por Harriet Tubman. As fundadoras do coletivo escolheram o nome não apenas porque centenas de escravos conseguiram escapar, mas porque essa foi a primeira estratégia militar criada por uma mulher – além de tudo, negra! –.

Inicialmente, o que as uniu foi um posicionamento que combinava a luta antirracista e antissexista. No entanto, na medida que elas foram se desenvolvendo politicamente, se voltaram também as questões referentes ao heterossexismo e à opressão econômica sob o capitalismo.

No verão de 1974, o coletivo se separou da Organização Feminina Negra Nacional para se tornar um grupo feminista negro separado. Isso se deu pelo fato das fundadoras do Coletivo Combahee River sentirem que a Organização Feminina Negra Nacional não

transmitia a importância do lesbianismo negro e sentiam que não eram radicais o suficiente para fazer com que o impacto que sentiam fosse necessário para a mudança. Os objetivos do coletivo eram fazer do feminismo negro e do lesbianismo uma parte do movimento das mulheres, porque antes desse grupo o movimento feminista se baseava unicamente nas mulheres heterossexuais da classe média branca.

A política do coletivo surgiu, inicialmente, “...da convicção compartilhada de que as mulheres negras são inerentemente valiosas...” (PEREIRA; GOMES, 2019, p. 199). Assim, a libertação das mulheres negras era tida enquanto uma necessidade, mas não só isso; era uma necessidade que vinha de suas próprias vontades de autonomia enquanto seres humanos.

Em seu manifesto, definiram o feminismo negro enquanto o movimento político lógico para combater as múltiplas e simultâneas opressões que todas as mulheres de cor enfrentam. Isso se dá pelo fato delas entenderem “que a política sexual sob o patriarcado é tão pervasiva nas vidas das mulheres negras quanto são as políticas de raça e classe” (PEREIRA; GOMES, 2019, p. 198). Esse é também um dos motivos que as impedem de separar raça, classe e opressão sexual, posto que percebem que na vida das mulheres negras todas essas opressões são sentidas simultaneamente. Assim, seguem enfatizando que sabem que existe uma opressão que é tanto racial quanto sexual, o que pode ser percebido nas histórias de estupros de mulheres negras por homens brancos que Davis (2016) apresentou enquanto uma arma de repressão política.

Para além disso, evidenciou-se que o feminismo negro é o resultado das incontáveis gerações de sacrifício pessoal, da militância e do trabalho de nossas mães e irmãs negras. Assim, ao discutirem sobre a gênese do feminismo negro, as ativistas do Coletivo Combahee River afirmaram que encontraram suas origens na realidade histórica da luta contínua de vida e morte das mulheres afro-americanas, na luta pela sobrevivência e pela liberação. Em seu manifesto, enfatizaram também que a relação entre as mulheres negras e o sistema político americano sempre foi determinada pelas questões raciais e de gênero (PEREIRA; GOMES, 2019).

Outra importante contribuição que o manifesto do Coletivo Combahee River trouxe foi sobre a política feminista negra. Quanto a esta questão, aponta-se que:

A política feminista negra também tem uma conexão óbvia com os movimentos de libertação dos negros, particularmente aqueles das décadas de 1960 e 1970. Muitas de nós fomos militantes nesses movimentos (pelos direitos civis, no nacionalismo negro, nos Panteras Negras), e tivemos nossas vidas muito afetadas e alteradas por suas ideologias, objetivos e táticas mobilizadas para alcançar seus objetivos. Foi nossa experiência e desilusão dentro desses movimentos de libertação, bem como a experiência na

periferia da esquerda branca masculina, que nos compeliu a desenvolver uma política antirracista, diferente daquela de mulheres brancas, e antissexista, ao contrário daquela de homens negros e brancos. É inegável, também, a existência de uma gênese pessoal para o feminismo negro, isto é, a percepção política que vem das experiências aparentemente pessoais da vida individual de mulheres negras. Feministas negras, além de muitas outras mulheres negras que não se definem como feministas, experimentam e experimentaram a opressão sexual como um fator perene em suas existências cotidianas (PEREIRA; GOMES, 2019, p.198).

A passagem acima nos ajuda a entender melhor a política feminista negra, empenhada na luta contra a opressão racial, sexual, heterossexual e de classe – o que fez com que o movimento feminista negro desenvolvesse uma política antirracista e antissexista –. Quanto a gênese do feminismo negro, elas acabaram por definir enquanto uma percepção política que está relacionada com as experiências que aparentemente parecem pessoais/individuais na vida de mulheres negras.

O Manifesto do Coletivo Combahee também nos apresenta a questão da solidariedade das mulheres negras para com os homens negros, posto que o feminismo negro, embora parta das questões relacionadas sobretudo a mulher negra, busca também pensar a condição de toda a população negra e dos povos oprimidos. Assim, as ativistas do Combahee River afirmam que:

Apesar de sermos feministas e lésbicas, nós nos solidarizamos com os homens negros progressistas; não defendemos a fragmentação que mulheres brancas separatistas exigem. Nossa situação, como pessoas negras, exige solidariedade a respeito da questão racial, o que não é uma necessidade no caso da relação entre mulheres brancas e homens brancos, a menos que seja em termos de uma solidariedade negativa enquanto opressores raciais. Nós lutamos junto de homens negros contra o racismo, enquanto também nos confrontamos com eles a respeito do sexismo. Percebemos que a libertação de todos os povos oprimidos exige a destruição dos sistemas político-econômicos capitalistas e imperialistas, bem como do patriarcado (PEREIRA; GOMES, 2019, p.200).

O Coletivo também apresenta em seu manifesto uma crítica à Karl Max, pois para elas, a revolução socialista só garantirá a liberdade das mulheres negras se ela também for uma revolução feminista e antirracista. Assim, tiveram que desenvolver uma compreensão de que as relações de classe, também precisam levar em consideração a posição específica das mulheres negras, sobretudo porque faz-se necessário articular a situação real de classe de pessoas que não são meramente trabalhadoras sem raça e gênero, muito pelo contrário, posto que tanto a raça quanto o gênero são determinantes no que se refere a questão econômica e de trabalho na vida das pessoas negras. Elas seguem apontando que embora concordem com a teoria de Marx, sabem que sua análise deve ser expandida para que só assim se possa compreender a situação específica de mulheres negras.

Face ao explicitado, Patrícia Hill Collins (2016) em “Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro”, afirma que o pensamento feminista negro consiste em ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista *de* e *para* mulheres negras. A autora vai seguir evidenciando as diversas premissas que fundamentam essa definição que ela aponta enquanto estando em processo de construção.

Primeiro, a definição sugere que é impossível separar estrutura e conteúdo temático de pensamento das condições materiais e históricas que moldam as vidas de suas produtoras (Berger & Luckmann, 1996; Mannheim). Dessa forma, enquanto o pensamento feminista negro pode ser registrado por outras pessoas, ele é produzido por mulheres negras. Em segundo lugar, a definição assume que mulheres negras defendem um ponto de vista ou uma perspectiva singular sobre suas experiências e que existirão certos elementos nestas perspectivas que serão compartilhados pelas mulheres negras como grupo. Em terceiro lugar, embora o fato de se viver a vida como mulher negra possa produzir certas visões compartilhadas, a variedade de classe, região, idade e orientação sexual que moldam as vidas individuais de mulheres negras tem resultado em diferentes expressões desses temas comuns. Portanto, temas universais que são incluídos nos pontos de vista de mulheres negras podem ser experimentados e expressos de forma distinta por grupos diferentes de mulheres afro-americanas. Por último, a definição pressupõe que, embora o ponto de vista de mulheres negras exista, seus contornos podem ainda não se dar de forma clara para as próprias mulheres negras. Logo, um papel para mulheres negras intelectuais é o de produção de fatos e de teorias sobre a experiência de mulheres negras que vão elucidar o ponto de vista de mulheres negras para mulheres negras. Em outras palavras, o pensamento feminista negro contém observações e interpretações sobre a condição feminina afro-americana que descreve e explica diferentes expressões de temas comuns. (COLLINS, 2016, p. 101-102).

A citação acima revela pontos fundamentais para o entendimento do pensamento feminista negro. Ela nos ajuda a entender, por exemplo, que embora mulheres negras compartilhem experiências e visões ou pontos de vistas em comum, suas experiências podem não ser exatamente iguais, posto que certas experiências serão moldadas por outros marcadores sociais, tais como o geracional, de classe, orientação sexual e regional.

Nos ajuda a refletir sobre a função das mulheres negras intelectuais, que para a autora, tem o papel de produzir fatos e teorias que vão ajudar as mulheres negras a compreender melhor seus pontos de vista – sempre na perspectiva de mulheres negras para mulheres negras –. E por fim, Collins apresenta o pensamento feminista negro como cheio de observações e interpretações acerca da condição feminina e negra de afro-americanas que vai descrever e explicar as diversas expressões dos temas em comum que acabam por serem elos nas vidas das mulheres negras. Importante ressaltar que embora ela esteja falando apenas das afro-americanas, de modo geral, isso pode ser estendido para mulheres negras de outros lugares.

Outra questão importante levantada por Collins (2016), refere-se ao fato de embora

não exista uma plataforma feminista negra por meio da qual se possa medir o quão precisa é uma pensadora, existe uma extensa e rica tradição de um pensamento feminista negro. Pensamento esse que vem sendo produzido e reproduzido sobretudo de forma oral por mulheres comuns que no seu cotidiano, enquanto mães, professoras, músicas, pastoras, etc vão expandido essa rede de ideias e ações teórico-políticas. O que fez com que desde o movimento dos direitos civis e do feminismo, essas ideias de mulheres negras tenham ganhado o mundo e esteja cada vez mais sendo compartilhadas, divulgadas, documentadas e esteja atingindo públicos cada vez mais amplos (COLLINS, 2018).

Isso posto, o resultado dessa rede de divulgação de ideias e ações políticas de ativismos feminino e negro, por exemplo, que muitas produções de intelectuais negras estão sendo traduzidas para diversos idiomas, como é o caso dos diversos livros de intelectuais como a própria Patrícia Hill Collins, Angela Davis, bell hooks e Grada Kilomba, que no que se refere ao contexto brasileiro, apenas recentemente tiveram traduções “oficiais” publicadas em grandes editoras. Se pensarmos também na literatura escrita por mulheres negras, poderíamos ampliar essa lista e incluir o nome de Toni Morrison, Maya Angelou, Octávia Butler, Tomi Adeyemi, Chimamanda Ngozi Adichie, Imboo Mbue, Djaimilia Pereira, etc.

Iniciei este capítulo apresentando a participação de inúmeras mulheres negras que estavam engajadas nas lutas ou que inicialmente não estavam dentro de nenhum movimento, mas foram capazes de questionar as estruturas patriarcais, racistas e sexistas desses movimentos. Também fomos capazes de perceber o importante papel do Manifesto do Coletivo Combahee River, que nos ajudou a sistematizar alguns pontos-chaves para entender a base do pensamento feminista negro.

Apresentou-se também a forma como as mulheres negras criavam estratégias de resistências e desafiavam à escravidão, bem como manifestavam seu compromisso com a liberdade e igualdade. Isso se dava tanto através de ações mais enfáticas como fugas, como ações estratégicas mais sutis, onde ensinava-se a população negra a ler e escrever.

Reverberou nos discursos dessas mulheres alguns pontos-chaves que nos ajudam a pensar o feminismo negro, tais como a questão da solidariedade das mulheres negras para com os homens negros e até mesmo para com as mulheres brancas, mesmo em casos onde elas eram excluídas e impedidas de participarem de alguns eventos organizados por feministas brancas e questão da interseccionalidade, presente em praticamente todos os discursos e de fundamental importância para compreendermos que as categorias estruturais de raça, gênero, classe, orientação sexual, geracional, regional não devem ser vistas de forma desconexa.

Evidenciou-se ainda o questionamento acerca da supremacia branca no pensamento

feminista e o silenciamento que mulheres negras sofriam por parte desse movimento quando simplesmente eram desconsideradas pelas pautas feministas que pensavam apenas a partir da categoria “mulher”.

Isso posto, buscando dar continuidade à essa longa caminhada de ativismos femininos e negro que hoje em dia se expandem através do ciberativismo de mulheres negras, no próximo capítulo intitulado de “Nossos passos vêm de longe: da resistência nas ruas ao ciberespaço”, apresento a caminhada do movimento de mulheres negras brasileiras até o ciberespaço.

3 - “NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE”: DAS ONGS AO CIBERESPAÇO

“Nossos passos vêm de longe, vem de uma terra da qual fomos arrancados para servimos de mão de obra, para servimos de peças de reposição para criar um mundo a imagem do colonizador. Essas terras colonizadas só existem porque foram criadas por mãos pretas. Foram as mãos escuras que fizeram todo esse país. São as mãos escuras que se juntam agora para fazer a mudança que precisa acontecer”. – Dandara Baçã

A proposta deste capítulo é traçar a caminhada das organizações de mulheres negras brasileiras que resulta hoje na experiência do ativismo em rede ou ciberativismo. Conforme a epígrafe que introduz esse capítulo sugere, parto da ideia de que a luta aqui descrita iniciou-se muito tempo atrás, quando negras e negros saíram forçados do continente africano para o Brasil com o intuito de serem escravizadas/os. Tendo assim de criar estratégias de sobrevivência e resistência.

Evidenciar que elas estiveram presentes na linha de frente do combate – mesmo quando não ocupavam cargos de lideranças –, empreendendo diferentes estratégias de mobilização e luta feminista e antirracista é imprescindível para este trabalho, pois as reposicionam enquanto sujeitos políticos que nunca se conformaram com a condição de subalternidade na qual foram impostas.

Antes de traçar a caminhada das mulheres negras ao longo da história, torna-se essencial discutir sobre movimentos sociais, bem como apresentar suas divisões a fim de percebermos onde o movimento de feministas negras – e seu ciberativismo – se localiza hoje em dia. Além disso, é fundamental trazer para a discussão outros movimentos sociais, tais como o Movimento Negro e o Movimento feminista.

A importância de trazer esses movimentos se justifica pelo fato de ter sido dentro destes movimentos que ativistas negras perceberam a necessidade da criação de um movimento que não só desse conta, mas que percebesse como os marcadores sociais da diferença – tais como raça, gênero, classe, idade, etc. – se articulam e operam na vida das mulheres negras.

Isto posto, este capítulo está estruturado da seguinte forma: 3.1 – Breve panorama dos movimentos sociais no Brasil; 3.2 – Mulheres Negras e Movimento Negro; 3.3. O Movimento de Mulheres Negras brasileira; e por fim, 3.4 – das ONGs ao Ciberespaço.

3.1 Breve Panorama dos Movimentos Sociais no Brasil

Neste tópico discutiremos sobre Movimentos sociais e as divisões entre velhos e novos movimentos sociais no cenário Brasileiro, a fim de percebemos onde o movimento de feministas negras, bem como seu ciberativismo, se enquadra. Dito isto, torna-se necessário evidenciar que não se pretende, com este tópico, buscar uma tentativa de criar definições do que é movimento social, quais suas causas e/ou quem são seus agentes – ou seja, seus sujeitos políticos, bem como sua relação com o Poder Público, a relação entre o Estado e a Sociedade –, posto que o que interessa, de fato, é entender como funcionam os movimentos sociais e não o entender em sua origem.

Dito isso, o que nos interessa é perceber que os movimentos sociais correspondem a um momento histórico específico, assim, a ação dos movimentos sociais acaba por também ir se modificando ao longo do tempo. E é exatamente isso que aconteceu quando as feministas negras começaram a se apropriarem do ciberespaço, local onde as velhas estratégias passaram a ser reconfiguradas, dando espaço assim às novas estratégias de resistência e luta antirracista e fazendo com que suas vozes ecoassem por lugares onde antes não conseguiam chegar.

Alvarez et al (2000), apontam-nos para o fato de que os movimentos sociais surgem no contexto da democratização. Logo no início do texto, questiona-se sobre que futuro aguarda as sociedades latino-americanas, posto que os níveis de violência, pobreza, discriminação e exclusão apontando para o fato de que o “desempenho” e o projeto das “novas” democracias da América Latina não são satisfatórias. Assim, afirma-se que boa parte das lutas políticas travadas na América Latina de hoje são travadas exatamente por causa desses possíveis projetos alternativos para a democracia.

Isso posto, torna-se essencial evidenciar o contexto em que esta dissertação está sendo desenvolvida, pois não temos como deixar de falar desse momento em que todos os direitos conquistados a partir de muita luta, por parte de todos os movimentos sociais – inclusive os movimentos de negras e negros –, estão sendo ameaçados pela conjuntura política na qual o Brasil se encontra, onde estamos presenciando nossa democracia ser ameaçada por um projeto político fascista. Isso vem acontecendo a partir do momento que a Presidenta Dilma Rousseff sofreu um golpe de Estado e foi impedida de concluir seu mandato.

No que se refere a novos projetos alternativos para a democracia, Goldman (2009) nos ajuda a pensar sobre isso quando apresenta, por exemplo, Identidade e Cultura como um mecanismo capaz de mobilizar ou engajar participantes em suas reivindicações. O que acaba contribuindo com que os movimentos sociais desenvolvessem uma “concepção alternativa de

cidadania”, onde as lutas democráticas fossem então vistas como lutas pela redefinição global da sociedade em todas as suas esferas e para todos os seus segmentos.

Alvarez et al (2000) sustenta que os movimentos sociais acabam por desempenhar um papel crítico nessa luta, já que o que está em disputa são os parâmetros da democracia e as próprias fronteiras do que deve ser definido como arena política, ou seja, seus participantes, instituições, processos, agenda e campo de ação. Além disso, deve-se considerar a Influência do Neoliberalismo, posto que Políticas liberais introduziram um novo tipo de relação distintiva da esfera pública e seus participantes, e, que são baseadas numa concepção minimalista do Estado e da Democracia – ou seja, o Estado e a democracia tinha pouca importância –.

Já Angela Alonso (2009), afirma que as teorias dos movimentos sociais se constituíram diferentemente do quadro do Ocidente dos anos de 1960, época em que o termo “movimento social” foi cunhado para designar multidões que protestavam por mudanças pacíficas – aqui entra o tão famoso slogan: “Faça amor, não faça guerra” –. Nesse contexto, percebia-se um certo desinteresse pelo poder do Estado.

Assim, é nos apresentado o que a autora chama de: A era clássica das teorias dos movimentos sociais, que vai de 1930 a 1960. Destacava-se aqui, a teoria de desmobilização política, onde a cultura aparecia como chave explicativa. Nos anos de 1960, a mudança de cenário fez essa tese ser posta à prova e percebeu-se que a mobilização coletiva que havia eclodido não cabia nos sistemas teóricos do século XX, o marxismo e o funcionalismo, já que não se baseava em classes, mas sobretudo em etnia, gênero e estilo de vida. Além disso, também não visavam a revolução política, ou seja, como foi dito anteriormente, não tinha interesse pelo poder do Estado (ALONSO, 2009).

A ruptura estava no próprio nome que ganhou, já que tratava de “movimentos” protagonizados por mulher, estudantes, jovens, profissionais liberais dentre outros, que tinham novos princípios, voltados para a qualidade de vida e a afirmação da diversidade de estilos de vida. Essas demandas acabavam por complementar com a opção de formas diretas de ação política e por demanda de mudanças na socialidade e na cultura, assim, eram tidas como movimentos sociais.

Nos anos de 1970 surgiram três teorias dos movimentos sociais, a saber, são elas: Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), Teoria do Processo Político (TPP) e Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). A autora apresenta três autores – Touraine, Habermas e Melucci – a fim de discutir sobre essas três teorias, por fim, afirma que apesar de possuírem teorias particulares, elas confluem para o mesmo postulado central, o da especificidade dos

movimentos sociais da segunda metade do século XX, uma vez que para todos os três autores, uma mudança macrossocial teria gerado uma nova forma de dominação, eminentemente cultural, o que acabou por diminuir as distinções entre público e privado, o que ocasionou mudanças nas subjetividades e uma nova zona de conflito (ALONSO, 2009).

Dessa forma, as reivindicações se deslocaram do mundo do trabalho para a vida cotidiana, o que demandou a democratização de suas estruturas e afirmou novas identidades e valores. Os movimentos de classes passaram a dar lugar para os novos movimentos expressivos, simbólicos, identitários, tais como os movimentos feministas, ambientalistas, estudantis entre outros. Assim, para Touraine, Habermas e Melucci citados por Angela Alonso, os novos movimentos sociais são pautados pela ênfase cultural (ALONSO, 2009).

Em acordo com essa afirmação, Alvarez et al (2000), afirma que embora nos anos de 1980 houvesse uma divisão entre movimentos sociais “novos” e “velhos, na América Latina de hoje, todos os movimentos sociais põem em prática uma política cultural. Os chamados novos movimentos sociais eram aqueles onde a identidade era considerada como algo importante. Assim, destacam-se os movimentos indígenas, étnicos, femininos, ecológicos, homossexuais e de direitos humanos. Em contrapartida, os movimentos urbanos, camponeses, operários e de bairros, entre outros, eram tidos como os chamados velhos movimentos sociais, posto que lutavam por necessidades básicas (ALVAREZ et al 2000).

Para Maria da Glória Gohn (2008), além das duas formas de movimentos sociais existirem na atualidade, muitas vezes eles também se entrecruzam. A autora segue afirmando que os dados empíricos indicam que essas duas modalidades continuarão existindo por muito tempo. E que são apenas duas formas de protagonismo civil que atuam por polos diferenciados da ação social, embora a solidariedade exista nas duas, apesar de existir de forma diferente.

Além disso, para a autora, as transformações que aconteceram recentemente no mundo também influenciaram as mudanças de foco dos movimentos social em geral e isso inclui a América Latina. Isso posto, os movimentos sociais não estão mais, como já foi apontado anteriormente, limitados apenas à política, demandas trabalhistas e socioeconômicas, uma vez que também se busca reconhecimento identitário e cultural (GOHN, 2008).

Outra questão importante, refere-se ao fato de existir diferentes abordagens teóricas dos movimentos sociais. Gohn (2008) argumenta que em cada paradigma interpretativo, somos capazes de encontrar várias teorias, tais como as Teorias construídas a partir de eixos culturais, Teorias focadas no eixo da justiça social, Teorias que destaca a capacidade de resistência dos movimentos sociais e Teorias que canalizam todas as atenções para os

processos de institucionalização das ações coletivas.

A autora traz ainda a questão das redes, tendências que surgiu no Brasil a partir dos anos de 1990. Segundo a mesma, na medida que o cenário social se alterou, novos sujeitos sociais entraram em cena, é o caso das ONGS e das entidades do Terceiro Setor. Dessa forma, a sociedade civil organizada começou a ser orientada por outros eixos. Focou-se então em vínculos sociais comunitários organizados por critérios de cor, raça, idade, gênero, habilidades e capacidades humanas. Para Gohn (2008), é dessa articulação que surgem as redes sociais e temáticas, os fóruns, as câmaras entre outras coisas. Para a autora, os “velhos” e “novos” movimentos sociais, bem como as ONGS, utilizam das redes de formas distintas.

Da mesma forma como a definição e utilização dos termos “novos” e “velhos” movimentos sociais é cheia de conflitos, os debates acerca da definição de rede também apresenta vários conflitos. A autora apresenta-nos o fato de que alguns autores diferenciam redes associativas movimentistas e redes de mobilização cívica, onde a primeira estaria relacionada ao passado, ou seja, a fase de organização dos cidadãos por categorias de trabalhadores ou de moradores, posto que o termo mobilização refere-se ao que a autora chama de associacionismo moderno, que seria criado num cenário de políticas globalizadas, de cidadãos que participam das políticas públicas, onde o termo movimento aparece como resultado de uma ação e não como seu sujeito principal (GOHN, 2008). Além disso, a autora subdivide o universo dos movimentos sociais em três frentes de ações –que nos ajudam a localizar o movimento de feministas negras e seu ciberativismo –, são elas:

1) Movimentos identitários que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais. Segundo a autora, geralmente são movimentos de segmentos sociais excluídos, usualmente pertencem às camadas populares. Assim, incluem-se nesse formato as lutas das mulheres, dos afrodescendentes, dos índios, dos grupos geracionais, portadores de necessidades especiais e imigrantes sob a perspectiva de direitos. Segundo a definição de “novos” e “velhos” movimentos, esse grupo seria enquadrado nos chamados “novos” movimentos sociais;

2) Movimentos de luta por melhores condições de vida e de trabalho, no meio urbano e no rural, que demandam acesso e condições por terra, moradia, alimentação, educação, saúde, transporte, lazer, emprego, salário etc. Já esse segundo grupo, por apresentar o que chamam de demandas “mais básicas”, poderia ser enquadrado nos chamados velhos movimentos sociais;

3) Movimentos globais ou globalizantes. Como o Fórum Social Mundial. Seriam lutas que atuam em redes sociopolíticas e culturais, por meio de fóruns, plenárias, colegiados,

conselhos etc. Essas lutas são também responsáveis pela articulação e globalização de muitos movimentos sociais locais, regionais e nacionais ou transnacionais.

É em meio a todo esse debate que a Rede de Ciberativistas Negras-CE se encontra, posto que quando se pensa na atuação política que a Rede de Ciberativistas Negras propões – que atua de forma a unir lutas de movimentos identitários e de movimentos de lutas por melhores condições de vida da população negra de forma geral, e da mulher negra de forma específica, além de integrar fóruns e de atuar também, enquanto um movimento globalizante capaz de articular as diversas demandas das organizações locais e globais –, percebe-se que, assim como Gohn (2008) afirma, não existe de fato uma distinção clara desses movimentos, ou melhor ainda, do que caracteriza o que chamam de “novos” e “velhos” movimentos sociais, posto que eles podem não só coexistir como se entrecruzam. É o caso da Rede de Ciberativistas-CE.

Isso posto, é necessário não só ponderar, para não se cair em generalizações, como adotar uma perspectiva etnográfica que além de não se caracterizar apenas pela não limitação e exploração das práticas e concepções nativas, também se recuse a isolar essas dimensões do conjunto dos processos materiais, sociais e simbólicos onde os grupos estão envolvidos (GOLDMAN, 2009).

Goldman tece ainda uma crítica a literatura sobre movimentos sociais ou culturais que tentam a todo custo enquadrar determinados movimentos neste ou naquele lugar, uma vez que na prática, essas generalizações e enquadramentos não funcionam, posto que Movimentos sociais se flexibilizam e ganham a cena e são atravessados de acontecimentos que os distingue de outros modelos. Principalmente em relação ao pertencimento étnico e a política. Temos como exemplo, o movimento indígena no Brasil e porque ele não é, muitas vezes, considerado enquanto movimento social (GOLDMAN, 2009). O autor critica também o fato da literatura sobre movimentos sociais ou culturais está mais interessada e dedicada às noções de sociedade ou cultura do que de fato aos aspectos de movimento dos “movimentos”.

Outra questão que o autor apresenta e que merece destaque refere-se ao processo de literalização – embora seja importante evidenciar que o autor é enfático ao dizer que precisa ter cuidado para que isso não seja usado como denúncia contra o que os grupos e movimentos em questão –, bem como o cuidado que se deve ter com o uso normativo e impositivo das categorias de forma a as projetar sobre os contextos estudados. É nesse sentido que Goldman afirma que precisamos nos perguntar sobre que tipo de realidade estamos lidando e do que estamos falando, pois como afirma o autor, não se trata apenas de conceitos ou realidades empiricamente dadas, mas de modos históricos de pensar, articular e desenvolver práticas e

experiências vividas.

Além disso, o autor alerta para o fato de que nem sempre a realidade vai coincidir com as ideias de representações e conceitos que se tem estabelecido sobre determinadas questões. Assim, o que o autor propõe ao discutir sobre identidade, cultura e cidadania é que levemos em conta que essas categorias, são bem mais que conceitos, posto que se apresentam enquanto dispositivos históricos, sociais e políticos de campos e realidades distintas.

Buscou-se, através deste tópico, trazer à tona algumas discussões acerca das divisões dos movimentos sociais entre “velhos” e “novos” movimentos a fim de enfatizar que não se pode generalizar, nem particularizar demais as experiências dos movimentos sociais, posto que se constituem como múltiplos e complexos, cada um com suas demandas e particularidades.

Além disso, é preciso atentar para o fato de que o modo como os movimentos sociais, muitas vezes, são definidos – por meio de categorias tão restritas e que acabam por esquecer que os movimentos sociais, são modificados ao longo do tempo, uma vez que ocorre alterações nas formas de organizações políticas e nos sujeitos políticos que o integram – acaba por os engessar em determinadas “caixas” que nem sempre condizem com a realidade para além da teoria. A Rede de Ciberativistas Negras-CE aparece como um exemplo de movimento que não se encaixa em uma divisão específica, pois une elementos de ambas as divisões em seu campo de atuação.

O tópico a seguir buscar dar um passo a mais no que diz respeito ao entendimento da Rede de Ciberativistas-CE e seu funcionamento. Para isso, outro referencial que deve ser lembrado, pois considero os feitos do movimento negro importantes para a luta antirracista. Nesse sentido, o tópico a seguir busca apresentar a participação das mulheres negras dentro do movimento negro.

3.2 Mulheres Negras e Movimento Negro

Os movimentos negros são entendidos neste trabalho como movimentos promovidos por negras e negros tanto no período pré-abolição como no período pós-abolição a fim de lutar contra a escravidão, o preconceito e o racismo, bem como luta pela valorização e resgate de sua cultura, memória e identidade negra. Corroboro então com a definição de Nilma Lino Gomes (2017) quando ela enfatiza que:

Entende-se como Movimento Negro as mais diversas formas de organização e articulação das negras e negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o objetivo explícito de superação do racismo e da

discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negras no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade (GOMES, 2017, p.23-24).

Dessa forma, deve ser compreendido como uma organização social que busca articular o desenvolvimento da cidadania e da democracia da sociedade brasileira e como tal, destaque-se como sujeito político cujas reivindicações são capazes de sensibilizar e influenciar o governo brasileiro em prol de garantir direitos à população negra. O que pode ser percebido através da Lei nº 10.639/2003¹⁰, que altera a Lei nº 9.394/1996, para que seja incluída no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, bem como da lei de cotas raciais e ações afirmativas – Lei Federal 12.711/2012 que vem garantindo o acesso de negras e negros nas universidades brasileiras –. Junto com a lei, conseguiu-se instituir o dia nacional da consciência negra – a data escolhida foi dia 20 de novembro em homenagem a Zumbi dos Palmares –.

Outro fato importante referente ao movimento negro é que ele parte do pressuposto de que é preciso negar a história oficial, uma vez que a história que é difundida na sociedade brasileira parte de uma lógica eurocêntrica onde a população negra é sub representada, vista sempre como uma população “inferior”, “submissa” e “oprimida”. Assim, o movimento negro também afirma que é necessário, após a negação da história oficial, construir uma nova representação do povo negro na sociedade brasileira. No que se refere a negação de estereótipos negativos naturalizados e a construção de uma nova representação da população negra, Gomes (2017) afirma que:

Ao politizar a raça, o Movimento Negro desvela a sua construção no contexto das relações de poder, rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos; retira a população negra do lugar da suposta inferioridade racial pregada pelo racismo e interpreta afirmativamente a raça como construção social; coloca em xeque o mito da democracia racial (p.22).

Isso posto, para o movimento negro, a raça é entendida como potência de emancipação, já que ao ressignificar e politizar raça, o movimento acaba por indagar a própria história brasileira e da população negra. A categoria raça aparece então, para essa população, enquanto um fator determinante de organização em torno de um projeto comum de nação (DOMINGUES, 2007).

Explicitado algumas questões acerca do movimento negro, pretende-se apresentar alguns exemplos de movimentos negros que ao decorrer do tempo foram fundamentais para a

¹⁰Mais detalhes sobre a Lei 10.639 estão disponíveis em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.html>. Acesso em: 17 jul. 2018.

construção e afirmação identitária da população afro-brasileira na luta pelos direitos de cidadania.

Conforme enfatizei no início deste capítulo, parto da ideia de que as lutas que foram travadas iniciaram muito tempo atrás, no período pré-abolição. Algumas personalidades negras também se apresentam como importantes no que se refere aos modos de resistência das mulheres negras nos primeiros séculos da história do Brasil.

Assim, Aqualtune – uma importante liderança no Quilombo dos Palmares em Alagoas no século XVII –, entre tantas outras são referências importantes no que diz respeito a organização quilombola. Já em relação a Revoltas, temos a participação de Luiza de Mahin que participou na revolta dos Malês na Bahia do século XIX como exemplo (CARNEIRO, 2004). Contudo, estes são apenas uns poucos exemplos, existiram outras inúmeras mulheres negras que participaram destes processos de resistência. Quanto a isso, Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil (2006), no livro intitulado “Mulheres Negras no Brasil” afirmam que:

Ao chegarem como escravas ao Brasil, as africanas recebiam nomes cristãos e, da noite para o dia, viravam Marias, Evas, Felicidades. Uma repentina metamorfose simbolizava a passagem da condição de africana para a de cativas. Mas muitas delas procuravam, a todo custo, preservar seus velhos nomes étnicos ou religiosos, conservando uma parte importante e muito significativa de sua memória pessoal [...]. Vivendo ‘no meio dos seus’, as africanas, preservando seus nomes próprios, continuavam a fazer sentido para o grupo, pertenciam a uma família, possuíam uma história em comum, que podia incluir tanto a captura na África como a condução e a vida nas cidades brasileiras. Ao se reunirem em casas particulares, nos seus locais de trabalho, em irmandades religiosas ou entre as famílias de santo inicialmente reorganizadas nas senzalas, podiam ser identificadas pelos demais como alguém que veio de determinada cidade ou, ainda que simbolicamente, eram tidas como filhas, irmãs, companheiras ou mães de outros membros da comunidade. Mulheres africanas que não eram simplesmente uma mão-de-obra cativa que alimentava as engrenagens de um cruel sistema escravista. De suas Áfricas, elas traziam histórias, experiências e saberes de vida e liberdade, preservadas e estrategicamente transmitidas a seus descendentes, marcando e pulsando a história e as identidades negras das gerações futuras (p.22-23).

Ao trazerem à tona a presença e os feitos dessas mulheres nos primeiros séculos do Brasil, quando africanas e africanos vieram traficadas, os autores não só ratificam a frase que é slogan da Marcha das Mulheres Negras e título deste capítulo –“nossos passos vêm de longe” –, como também evidenciam quais foram as primeiras estratégias de resistência que essas mulheres utilizaram para sobreviver – a saber, a preservação de seus nomes e a criação de espaços que pudessem se reunir e criar um sentido de família em uma época onde eram destituídas de humanidade e vistas apenas enquanto mão-de-obra cativa –.

Os autores apontam outras formas de resistências coletivas mais diretas, tais como rebeliões e formação de quilombos e até mesmo estratégias mais astuciosas, como fugas e compra de alforrias, onde as mulheres negras eram capazes de identificar rapidamente as brechas abertas no regime escravagista e acabavam por levar seus senhores aos tribunais em defesa dos poucos direitos que lhes eram garantidos por lei (SCHUMAHER; VITAL BRAZIL, 2006).

Antes de chegarmos de fato as organizações de mulheres negras é necessário evidenciar o papel desempenhado pelas Quitandeiras, pois ao recusarem sistematicamente os lugares que lhes eram destinados pela escravidão, elas foram responsáveis pela formação de uma aristocracia comercial negra (SCHUMAHER; VITAL BRAZIL, 2006). No que diz respeito a presença das mulheres negras religiosas, Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil (2006) enfatizam que:

o conjunto formado pelas sacerdotisas das religiões afro-brasileiras, o das mães-de-santo, merece ênfase em razão do contexto histórico discriminatório e exclusivo em que sua atuação se deu pelas múltiplas esferas da cultura em que esta se inscreveu. Além disso, durante os últimos quatro séculos, o sentimento religioso manteve unidas em torno delas muitas comunidades afrodescendentes, a despeito da imposição da religião católica hegemônica, o que significou a possibilidade da imposição das práticas culturais coletivas como as danças e jogos. Enfrentando violências externas, as comunidades negras organizadas em torno das mães-de-santo (as famílias-de-santo) foram capazes de resistir e de preservar seus valores. Estas mulheres, souberam, ainda, abrir espaços na cultura que lhes negava direito à diferença[...] (p.107).

A citação acima evidencia o papel das sacerdotisas dos cultos afro-brasileiros para a preservação e valorização das práticas culturais e religiosas de matrizes africanas. Assim, se o samba, os maracatus, os afoxés, as cirandas, congados e tantas outras manifestações culturais ainda estão presentes nos dias de hoje, isso se deu em decorrência da força dessas mulheres que muitas vezes encontraram nos terreiros o espaço de afirmação de sua identidade enquanto mulher negra. Afastando, desse modo, cada vez mais as marcas da escravidão e adquirindo o reconhecimento social enquanto sujeitos políticos (SCHUMAHER; VITAL BRAZIL, 2006).

Ainda em relação as mulheres de terreiro, Ruth Landes (2002) afirma que as mulheres negras, embora sofressem pela exclusão causadas por sua origem étnica e por muitas vezes por se encontrarem nas classes mais pobres da sociedade, eram economicamente ativas e independentes mesmo em uma época onde o feminismo ainda estava começando a ser discutido no Brasil. Isso se dá pelo fato das mulheres negras contarem com seu próprio trabalho para sua subsistência.

Logo no início da pós-abolição, período em que Domingues (2007) apresenta enquanto a primeira fase no movimento negro – período que vai de 1889 a 1937 –. O contexto dessa época era marcado pela marginalização da população recém liberta. Isso ocorria de forma simbólica, no que se refere a participação política de negras e negros e de forma social e psicológica no que se refere as doutrinas do racismo científico e da teoria do branqueamento (ANDREWS, 1991 *apud* DOMINGUES, 2007).

Durante esse período pós-abolição, as relações raciais e políticas existentes entre brancos e negros eram marcadas por três processos que corroboram com o que foi descrito acima.

- 1) Não houve no Brasil uma legislação de segregação étnico racial, não ocorrendo assim uma definição legal de pertença racial;
- 2) Não foi desenvolvida nenhuma política específica que integrasse os negros libertos. O que colaborou com as bases do processo histórico de desigualdades sociais existentes até hoje entre negros e brancos;
- 3) As políticas racistas eugenistas, que foram desenvolvidas na Europa no século XX, incentivaram a imigração europeia branca a fim de embranquecer a população (SILVA; ROSEMBERG, 2008).

Domingues (2007) sinaliza que como forma de reverter esse quadro de marginalização a população negra da época fundou os movimentos de mobilização racial negra no Brasil, onde foram criados, inicialmente, diversos grupos – grêmios, clube, agremiações, irmandades ou associações – em alguns estados do país, conforme quadro¹¹ abaixo.

Grupos negros no Pós-Abolição		
Nome do Grupo:	Local:	Ano de Criação:
Homem de Cor¹²	Rio de Janeiro/RJ	1833
Sociedade de Dança e Beneficência Floresta Aurora	Porto Alegre/RS	1872
Baixada Africana	Bahia/BA	1885
Pândegos da África	Bahia/BA	1886
Clube das Pás Douradas	Recife/PE	1888
Clube das Vassourinhas	Recife/PE	1889

¹¹ Este quadro foi produzido a partir dos dados coletados partir das pesquisas de Domingues (2007) e Schumacher; Vital Brazil (2006).

¹² Schumacher; Vital Brazil afirmam que esse grupo é tido como o primeiro órgão que se convencionou chamar imprensa negra brasileira (2006, p.293)

Sociedade Progresso da Raça Africana	Lages/SC	1891
Agremiação Negra Clube 28 de Setembro	São Paulo/SP	1897
Clube 13 de Maio dos Homens Pretos	São Paulo/SP	1902
Centro Literário dos Homens de Cor	São Paulo/SP	1903
Sociedade Propugnadora 13 de Maio	São Paulo/SP	1903
Centro Cultural Henrique Dias	São Paulo/SP	1908
Grupo Dramático e Recreativo Kosmos	São Paulo/SP	1908
Sociedade de Socorro Mútuos Princesa do Sul	Pelotas/RS	1908
Sociedade União Cívica dos Homens de Cor	São Paulo/SP	1915
Associação Protetora dos Brasileiros Pretos	São Paulo/SP	1917
Centro da Federação dos Homens de Cor¹³	Rio de Janeiro/RJ	Sem data
Centro da Federação dos Homens de Cor	São Paulo/SP	1914
Centro Cívico Cruz e Souza	Lages/SC	1918
Centro Cívico Palmares	São Paulo/SP	1920
Sociedade Brinco das Princesas	São Paulo/SP	1925
Frente Negra Brasileira	São Paulo/SP	1931
Clube Negro de Cultura Social	São Paulo/SP	1931
Frente Negra Socialista	São Paulo/SP	1932
Sociedade Flor do Abacate	Rio de Janeiro/RJ	1934
Legião Negra	Uberlândia/MG	1934
Movimento Brasileiro Contra o Preconceito Racial	Rio de Janeiro/RJ	1935
Sociedade Henrique Dias	Salvador/BA	1937
Associação dos Brasileiros de Cor	Campinas/SP	1938
Associação José do Patrocínio¹⁴	Minas Gerais/MG	1941

¹³ Domingues (2007), afirma que o Centro da Federação dos Homens de Cor surgiu tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo em 1914, o que levanta a suposição de que essa entidade pode ser a primeira entidade negra no país a atuar de forma interestadual. Pode ser que seja o mesmo grupo apresentado por Schumacher; Vital Brazil (2006) criado em 1833, mas como não encontrei dados suficientes para comprovar, apresentei-os de forma separadas.

União dos Homens de Cor¹⁵	Porto Alegre/RS	1943
Grêmio Literário Cruz e Souza	Minas Gerais/MG	1943
Teatro Experimental do Negro	Rio de Janeiro/RJ	1944
Comitê Democrático Afro-Brasileiro	Rio de Janeiro/RJ	1944
Associação do Negro Brasileiro	São Paulo/SP	1945
Renascença Clube¹⁶	Rio de Janeiro/RJ	1951
Associação José do Patrocínio	Minas Gerais/MG	1951
Frente Negra Trabalhista	São Paulo/SP	1954
Associação Cultural do Negro	São Paulo/SP	1954
Associação Cultural do Negro	São Paulo/SP	1956

Quadro 1 - Grupos Negros no Pós Abolição

Fonte: Elaboração da autora com base nas pesquisas de Domingues (2007) e Schumacher; Vital Brazil (2006).

Esses grupos negros eram, inicialmente, de cunho eminentemente assistencialista, recreativo e/ou cultural e conseguiam agregar um número considerável de negros. A base de formação das primeiras associações era de trabalhadores negros, tais como ferroviários, portuários, e ensacadores que acabavam por constituir uma espécie de entidade sindical (DOMINGUES, 2007).

No que se refere a esse tipo de associação, é imprescindível destacar o fato de que haviam associações que eram formadas estritamente por mulheres negras, é o caso da Sociedade de Socorro Mútuos Princesa do Sul (Pelotas) de 1908 e da Sociedade Brinco das Princesas (SP), de 1925 (Domingues, 2007).

A Imprensa Negra também surge em 1915 nesse contexto marcado pela “exclusão político-econômica e de degeneração de cidadania real” (SODRÉ, 1999, p.239). E até o advento da Nova República, caracteriza-se pela tentativa de fazer o negro integrar-se na sociedade global. Evidenciando o fato de que nessa época, predominava “a moral puritana, valorizada como meio de obtenção de respeitabilidade e equiparação aos padrões brancos” (SODRÉ, 1999, p.239). Isso posto, representava, na época, o principal veículo de integração social e cultural. Ao longo do tempo, foi se transformando em um canal de comunicação e mobilização política da população negra.

¹⁴ Essa associação foi a base para a criação do Movimento de Educação e Cultura - Mabec (SCHUMAHER; VITAL BRAZIL, 2006).

¹⁵ Segundo Domingues (2007) ela possuía representantes em pelo menos dez estados brasileiros. A saber: Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Piauí, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

¹⁶ Segundo Schumacher; Vital Brazil (2006), mais da metade dos sócios eram mulheres e um terço delas compunham a sua diretoria.

Em Pelotas, em 1892 é publicado o Jornal O Exemplo que estampava denúncias e reivindicações. Tanto Domingues (2007) quando Schumacher; Vital Brazil (2006) afirma que a participação das mulheres negras também se fazia presente na Imprensa Negra. Em 1907, também nesta mesma cidade foi lançado o periódico A Alvorada, onde as mulheres começaram a publicar suas ideias. Será apenas em 1910 que a imprensa negra vai se consolidar de fato, isso aconteceu no estado de São Paulo, onde se teve as criações dos jornais/periódicos tais como O Bandeirante (1910), O Menelick e Princeassa do Oeste (1914), A União e o Alfinete (1918), A Protetora, o Getulino e A Liberdade (1919), O Clarim, mais tarde denominado O Clarim d'Alvorada (1924) – criado a partir do Centro Cívico Palmares. O Centro Cívico Palmares acabou por também influenciar na criação da Frente Negra Brasileira em 1931 – dentre outros (SCHUMACHER; VITAL BRAZIL, 2006).

De acordo com Domingues (2007), esses jornais enfocavam as diferentes adversidades que afetavam a vida da população negra – seja na habitação, educação, saúde ou no trabalho – . Assim, as páginas desses jornais/periódicos se constituíam enquanto um lugar para se pensar soluções concretas acerca dos problemas que estavam relacionados ao racismo na sociedade brasileira. Servia também como um veículo de denúncia do regime de segregação racial presente em várias cidades brasileiras da época. E foi exatamente esse regime segregacionista que fez com que os diversos grupos exclusivos para a população negra fossem criados.

Com a criação da Frente Negra Brasileira em 1931, surge a segunda fase da imprensa negra¹⁷ brasileira. Nesse período, à educação, antes vista enquanto um meio de ascensão social, acabou ganhando um caráter político-educacional que foi incentivado pelo Governo Federal. É nesse período que a Frente Negra Brasileira (FNB) se destaca em decorrência de seu caráter político.

No que se refere a participação das mulheres negras, havia uma certa preocupação, posto que elas desempenhavam um papel importante dentre desse movimento. O curso de alfabetização intitulado de “Educação Moral e Cívica”, por exemplo, contava com a participação voluntária das professoras voluntárias. A participação dessas professoras foi imprescindível para que o curso posteriormente se tornasse em uma escola. Destaca-se também a participação de Laudelina Campos de Melo que em 1936, durante o período que denominam de período áureo da FNB criou a Associação das Empregadas Domésticas em Santos/SP. Além disso, relata-se que boa parte do suporte financeiro da FNB vinha dos bailes

¹⁷ Sodré evidencia que a classificação da Imprensa Negra foi feita por Roger Bastide, citado em A imprensa negra do estado de São Paulo, p.52-54 e está assim dividida: Primeira fase de 1915-1930, segunda fase de 1930-1937, terceira fase de 1945-1963 e por fim, pós 1970.

que eram organizados por um grupo de trinta mulheres, as Rosas Negras, sob a liderança de Benedita da Costa (SCHUMAHER; VITAL BRAZIL, 2006).

É importante destacar que a FNB também promovia o entretenimento e a educação dos seus membros, bem como criou escolas e cursos de alfabetização para crianças, jovens e adultos. Por consequência do decreto assinado por Getúlio Vargas em 1937 a FNB acabou sendo extinta neste mesmo ano. O decreto considerava todos os partidos políticos ilegais e como em 1936 a FNB tinha se tornado partido político, acabou sendo extinta um ano depois.

Destaca-se ainda, o jornal A Voz da Raça – que se apresentava como o principal veículo de comunicação da FNB – e representava “a recusa sistematizada ao ideário de branqueamento através de mecanismos de positivação da negritude” (SCHUMAHER; VITAL BRAZIL, 2006, p.295).

Outro marco importante para o movimento negro se dá em 1944 com a criação do Teatro Experimental do Negro (TEN), situado na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Schumacher; Vital Brazil (2006), o TEN é criado por Abdias do Nascimento e Maria de Lourdes Vale do Nascimento – embora quase sempre a criação do TEM seja remetida apenas a Abdias do Nascimento –. Como nos aponta Abdias do Nascimento:

[...] no Rio de Janeiro, o Teatro Experimental do Negro, ou TEN, que se propunha a resgatar, no Brasil, os valores da pessoa humana e da cultura negro-africana, degradados e negados por uma sociedade dominante que, desde os tempos da colônia, portava a bagagem mental de sua formação metropolitana européia (sic), imbuída de conceitos pseudo-científicos (sic) sobre a inferioridade da raça negra. Propunha-se o TEN a trabalhar pela valorização social do negro no Brasil, através da educação, da cultura e da arte (NASCIMENTO, 1978 apud VIEIRA 2015, p.10).

O grupo trabalhava então pela valorização social do negro na sociedade brasileira a partir da educação e do resgate da cultura e da arte afro-brasileira. Assim, além das artes cênicas, o TEN priorizava e pautava a educação, onde oferecia alfabetização para desempregados, empregadas domésticas e operários, dentre outros. E tinha também o jornal Quilombo como um mecanismo de comunicação.

Ainda no que se refere a participação de Maria Nascimento, ela foi responsável, para além de sua fundação, de inúmeras atividades que foram desenvolvidas no interior da organização. Assim, coordenou o departamento feminino e gerenciou o jornal Quilombo, onde tinha uma coluna intitulada: “Fala a Mulher” e criou, em 1950 o Conselho Nacional de Mulheres Negras. Esse conselho focalizava nas questões referentes ao feminino e a infância e contava com um departamento jurídico voltado para o preenchimento das condições básicas

de cidadania da população negra, tais como obtenção de certidão de nascimento, carteira de trabalho, entre outros (SCHUMAHER; VITAL BRAZIL, 2006).

Além disso, o TEN contava com a participação de Arinda Serafim, Marina Gonçalves e Ruth de Souza, que além de atuarem também eram lideranças políticas dentro da organização. As três, inclusive, participaram em 1946 da criação da Associação das Empregadas domésticas que teve a frente, na direção desta associação em 1950, Elza de Souza e Arinda Serafim. Posteriormente, outras mulheres, tais como Léa Garcia, Ilena Teixeira e Marietta Campos Damas deram continuidade ao protagonismo feminino do TEN (SCHUMAHER; VITAL BRAZIL, 2006).

Com o fim do período Vargas (1930-1945), período em que Domingues denomina de segunda fase do movimento negro – essa fase vai de 1945 a 1964 – a imprensa negra reaparece por meio dos jornais Alvorada (1945), Senzala (1946), O Novo Horizonte (1946), o União (1947), o Redenção (1950), Notícias de Ébano (1957), O Mutirão (1958), Níger (1960), e A Voz da Negritude (1952). Sobre o ressurgimento da imprensa negra, Sodré destaca que apesar de não existir mais:

[...] o impulso reivindicatório nem a força de mobilização numérica que caracterizavam a Frente Negra [...] existem, depois de 45 a ‘Associação de Negros Brasileiros (de escasso prestígio) e um jornalismo que, embora setorizado, preocupa-se mais com a conjuntura política do país e com a posição diferenciada do negro na sociedade brasileira (SODRÉ, 1999, p.241).

Nesse contexto, Sodré (1999) nos relembra do indigenismo de base antropológica que parece assumir o primeiro plano oficial no debate público em relação as questões de raça. É nessa época que o termo “raça” é ressignificado e “investido de um potencial de revitalização simbólica da subjetividade negra, como algo capaz de levar à superação do estigma étnico” (p.241). O que antes era considerado negativo pelos discriminadores passa a ser considerado positivo por quem era discriminado. No entanto, a valorização do termo “raça” se resumia apenas ao que estava ligado aos valores ocidentais do que era ser negro na sociedade brasileira da época. Assim sendo, as origens africanas continuaram sendo ignoradas (SODRÉ, 1999).

Já na terceira fase no movimento negro – que vai de 1978 aos anos 2000 –, motivado pelas pressões ocorridas em 1970 pelo fim da ditadura militar instaurada em 1964, o movimento negro se organiza – assim como os demais movimentos sociais – e fundou o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) no 18 de junho de 1978 em São Paulo. Posteriormente, foi renomeado e passou a se chamar Movimento Negro Unificado

(MNU) em dezembro de 1979 e conserva esse nome até os dias atuais (GOMES, 2017).

Segundo Ribeiro:

No final dos anos 70, o movimento negro, que esteve desmobilizado desde a implantação do governo militar, o governo Médici, ressurgiu no Brasil e passa a se constituir uma nova fase no processo histórico das mobilizações negras. Apesar de ser o período mais repressivo do regime militar, nele começa a retomada da luta dos negros contra o preconceito e a discriminação racial, principalmente influenciados por acontecimentos em nível nacional e internacional, como a abertura política, os movimentos de libertação dos países africanos, a radicalização da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos e a libertação de Angola (RIBEIRO, 2000, p.90).

A citação acima explicita essa retomada do movimento negro organizado na cena política do país – embora o movimento negro nunca tenha, de fato, deixado de ser atuante –. Além disso, nos é evidenciado o fato de que os movimentos negros internacionais foram de fundamental importância nesse processo.

Participaram da fundação do MNU, até então ainda MUCDR os ativistas: Flávio Carrança, Hamilton Cardoso, Vanderlei José Maria, Milton Barbosa, Rafael Pinto, Jamu Minka e Neuza Pereira (Domingues, 2007).

Assim como Ribeiro (2000), Domingues (2007) aponta que o movimento negro brasileiro dessa época se inspirou na luta a favor dos direitos civis dos negros estadunidenses, onde tinham como líderes Martin Luther King, Malcon X e organizações negras marxistas, tais como os Panteras Negras, bem como pelas lutas de libertação dos países africanos – Moçambique, Guiné Bissau e Angola –. Já Bacelar (2003 apud LIMA 2008, p.40), para além das influências já citadas pelos outros autores, também aponta a influência da constituição de blocos de índios¹⁸, o grupo Jackson Five, e o movimento Black Soul.

Sodré (1999) afirma que começaram a surgir pequenos jornais negros em toda parte do país que refletiam as linhas ideológicas do MNU, que tinha como objetivo desfazer o mito da democracia racial brasileira – ainda presente nos dias atuais – bem como criar estratégias antirracistas. Assim, o MNU representou um marco histórico no que se refere ao protesto negro do país, sobretudo porque desenvolver a proposta de unificação da luta dos grupos e organizações antirracistas a nível nacional e a estratégia era a de unir a luta da população negra com a de todos os oprimidos da sociedade (DOMINGUES, 2007).

Com o processo de reabertura política e redemocratização do país nos anos de 1980 pela Assembleia Nacional Constituinte e promulgação da Constituição Federal de 1988, outro perfil do Movimento Negro passou a se configurar, desta vez tendo ênfase na educação. Nesse

¹⁸ O termo “índios” referia-se aos moradores de bairros populares, de predominância negra. Esses blocos tinham como expressão o samba e desenvolveram temas ligados à cultura afro-brasileira (Lima 2008, p. 40).

período os ativistas negros começaram não só a ingressar na graduação, mas também nos programas de pós-graduação, iniciando assim uma trajetória acadêmico-político como intelectuais engajados e que focavam suas pesquisas em temáticas relacionadas à população afro-brasileira, questões raciais e estudos sobre o continente africano (GOMES, 2017).

Já os anos de 1990 foi marcado pela reconstrução do Estado democrático de direitos. Assim, a conjuntura Pós Marcha Zumbi dos Palmares, que aconteceu em novembro de 1995 em Brasília, a Marcha Zumbi + 10 – ocorrida dez anos depois da primeira marcha -, a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, que aconteceu de 31 de agosto a 08 de setembro de 2001 em Durban na África do Sul, são considerados marcos históricos para esse período, pois contribuíram, cada um à sua maneira, para que o Movimento Negro no século XXI conseguisse que suas demandas passassem a fazer parte da agenda política do compromisso do Estado Brasileiro.

Nos anos 2000, vemos a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), para ser mais precisa em 2003, além da adoção de diversas medidas de ações afirmativas como forma de acesso, sobretudo as cotas raciais. Em relação as cotas, torna-se necessário destacar que essas políticas já viam sendo pensadas desde os tempos da atuação política de Abdias do Nascimento em 1914 e sempre ocupou um lugar de destaque nas pautas de reivindicações do movimento negro (GOMES, 2017).

Eventos importantes na trajetória do Movimento de Mulheres Negras Brasileiras		
Nome do Evento:	Local:	Período:
Eco 92	Rio de Janeiro/RJ	1992
Conferência Direitos Humanos	Viena/Itália	1993
Conferência População e Desenvolvimento Humano	Cairo/Egito	1994
Conferência Mundial da Mulher	Beijing/China	1995
Seminário da ABI	Rio de Janeiro/RJ	1975
II Congresso da Mulher Paulista	São Paulo/SP	1980
I Encontro Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro/RJ	1983
III Encontro Feministas Latino Americano e do Caribe	Bertioga/SP	1985
I Encontro Estadual de Mulheres Negras de São	São Paulo/SP	1986

Paulo		
I Congresso das Mulheres Trabalhadoras	São Paulo/SP	1986
IX Encontro Nacional Feminista	Garanhuns/PE	1987
1ª Reunião Nacional Preparatória para org. do Encontro Nacional de Mulheres Negras	Rio de Janeiro/RJ	1987
I Encontro Nacional de Mulheres Negras	Valença/RJ	1988
II Nacional de Mulheres Negras	Salvador/BA	1991
Campanha Nacional contra a Esterilização de Mulheres Negras	Brasil	1991
I Encontro Latino Americano e do Caribe de Mulheres Negras	República Dominicana/Caribe	1992
I Seminário Nacional de Mulheres Negras	Atibaia/SP	1993
Seminário Nacional de Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras	Itapecerica da Serra/SP	1993
II Seminário Nacional de Mulheres Negras	Salvador/BA	1994
Painel Mulheres Negras Latino-americanas e Caribenhas	Mar Del Plata/Argentina	1994
Marcha Zumbi dos Palmares*	Brasília/DF	1995
XII Encontro Nacional Feminista	Salvador/BA	1996
Reunião Nacional de Mulheres Negras	Belo Horizonte/MG	1997
I Jornada Cultural Lélia Gonzalez	São Luís/MA	1997
III Encontro Nacional de Mulheres Negras	Belo Horizonte/MG	2001
III Conferência Mundial Contra o Racismo, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância	Durban/África do Sul	2001
I Fórum Social Mundial*	Porto Alegre/RS	2001
Seminário Nacional de Mulheres Negras	São Paulo/SP	2004
Marcha Zumbi+10	Brasília/DF	2005
I Virada Cultural Feminista e a I Marcha do Orgulho Crespo*	São Paulo/SP	2015
Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver*	Brasília/DF	2015

IV Encontro Nacional de Mulheres Negras	Goiânia/GO	2018
--	------------	------

Quadro 2 - Eventos que marcaram a trajetória do Movimento de Mulheres Negras.

Fonte: Elaboração da Autora.

No que diz respeito ao plano acadêmico, Gomes (2017) relembra a criação nos anos 2000 da fundação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), que é responsável pela realização do Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (Copene). Em relação ao ABPN, este ano, dentro da programação do X Copene – que aconteceu de 12 a 17 de outubro de 2018 em Uberlândia/MG – foi realizado o Encontro Área Científica Feminismos Negros proposto pelas Profs. Rosália Lemos (IFRRJ) e Zelinda Barros (UFRB). O encontro que tem como tema: “MULHERES NEGRAS IMPORTAM: UM TRIBUTO À MARIELLE FRANCO” pretende estabelecer um espaço de potencialização das vozes de mulheres negras – tanto acadêmicas quanto ativistas de movimentos sociais – que refletem sobre temas atuais e que têm influenciado diretamente a vida e as formas de enfrentamento de mulheres negras, que desempenham um papel relevante na desconstrução cotidiana do racismo e do sexismo.

A Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, que aconteceu no dia 18 de novembro de 2015 em Brasília, também faz parte dessas lutas reivindicatórias e evidencia a luta dessas mulheres negras em meados do século XXI. Nesse sentido, Jéssica Ipólito em seu blog intitulado “Gorda e Sapatão” sintetizou bem o que a Marcha representou. Para ela:

A Marcha das Mulheres Negras proporcionou a integração de mulheres negras que antes não tiveram essa chance de se organizar com mais afinco politicamente, apesar de nunca terem ficado quietas diante das atrocidades cometidas contra sua vida de quem as cerca. [...] Nosso saldo foi extremamente positivo. Sei que o sistema penal não mudou por causa de ontem; sei que as mulheres negras continuam sendo as maiores vítimas do feminicídio; sei que a juventude negra continua a padecer nas mãos do Estado. Mas eu sei que o poder reverberado em cada um presente corpo e alma naquela marcha, foi com certeza um alimento para continuarmos nos articulando em cada frente. Foi combustível para que novas ações cresçam e velhas estratégias sejam reconfiguradas para serem aplicadas. Nossos passos vêm de longe e permanecem em marcha, seja da forma que for – institucional, autônoma, sindical, estética, política, virtual – até que consigamos tudo aquilo que precisamos. (GORDA E SAPATÃO¹⁹).

A citação acima sintetiza o que se tentou apresentar durante todo o percurso feito neste tópico, onde buscou apresentar toda uma trajetória de articulação e participação política das mulheres negras que ao longo do tempo, parecem ter permanecido sempre em marcha,

¹⁹ A publicação pode ser vista na íntegra em: <<http://gordaesapatao.com.br/minhares-de-hastes-finas-que-qualquer-brisa-verga-mas-que-nenhuma-espada-corta/>>. Acessado em: 07 jul. de 2017.

criando estratégias de luta e resistências. Ribeiro (2017), ao apresentar a voz de Sojourner Truth²⁰ confirma esse pensamento ao afirmar que as mulheres negras historicamente estavam produzindo insurgências.

É em meio a esse sentimento de marcha que encerro esse tópico e preparo o caminho, no tópico seguinte, para darmos mais alguns passos a fim de chegarmos no ciberativismo das mulheres negras. Assim, em seguida será apresentado o contexto em que o movimento de feministas negras brasileiras se constituiu.

3.2 Feminismo Negro: rearticulando raça, gênero e outros marcadores sociais

No tópico anterior foi evidenciado a participação das mulheres negras dentro dos diversos movimentos que compõem o que chamamos de movimento negro. Neste tópico, pretende-se apresentar a discussão teórica acerca das discussões levantadas pelas mulheres negras que estavam no interior do movimento negro e do movimento feminista e que culminou na articulação destas mulheres para a criação de um feminismo negro que desse conta de articular raça, gênero e outros marcadores sociais.

Lemos (1997) e Santos (2002) apresentam que foi no período de 1970 que as mulheres negras começaram a questionar a sua participação no interior do movimento negro e assim, exigir uma maior participação política dentro do movimento, ocupando também cargos de lideranças e não apenas papéis subalternos relacionados às atividades domésticas a quais elas eram destinadas, na maioria das vezes, durante os encontros e eventos que eram promovidos pelo movimento.

Assim, passaram a denunciar o machismo e sexismo existente no interior do movimento negro e cobraram de seus companheiros uma participação igualitária na tomada de decisões, além de ocupação nos postos de liderança. Reivindicaram ainda, nas pautas do movimento, temas que atingiam e atingem diretamente a condição de ser mulher negra. Ao mesmo tempo, começaram a organizar, no interior do movimento negro, suas próprias atividades, o que incomodou seus companheiros de militância, que as criticavam afirmando que elas estavam tentando separar o movimento (LEMOS, 1997). É importante evidenciar que as mulheres negras, a princípio, não buscavam “dividir” o movimento, elas apenas reivindicavam participação igual dentro do movimento e que suas questões, ligadas as suas problemáticas enquanto mulher (gênero) negra (raça), também fossem pautadas dentro do

²⁰ A abolicionista afro-americana, ativista e escritora dos direitos humanos participou em 1851 de uma convenção dos Direitos da Mulher em Ohio, nos Estados Unidos e apresentou seu discurso mais conhecido denominado de: “E eu não sou uma mulher?”. O discurso pode ser lido na sua versão traduzida para o português em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acessado em: 07 jul. de 2017.

movimento. Foi mais ou menos a partir desse período que as mulheres negras começaram a se interessar pelo movimento feminista.

Isso posto, faz-se necessário afirmar que embora seja evidente a contribuição e o engajamento do movimento feminista no Brasil – já que as feministas estiveram presentes nas lutas populares e nas lutas pela democratização do país, participando ativamente das lutas pela anistia, pela descriminalização do aborto, por creches, entre outras coisas –, da mesma forma que outros movimentos sociais brasileiros, o feminismo sustentou por muito tempo uma visão eurocêntrica e universalizante, o que impossibilitou o reconhecimento das especificidades étnicas, raciais, culturais, religiosas e de classe social existente não somente no universo feminino, mas na sociedade brasileira (CARNEIRO, 2003).

Sendo assim, como enfatiza Sueli Carneiro (2003), “as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade” (p.118). Nesse sentido, Lélia Gonzalez *apud* Sueli Carneiro nos aponta dois tipos de dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras dentro do feminismo brasileiro:

1) a inclinação eurocentrista do feminismo brasileiro que se constitui enquanto mais um eixo articulador da democracia racial e do ideal do branqueamento, pois omite a centralidade da questão racial nas hierarquias de gênero e universaliza os valores de uma cultura particular – a cultura ocidental – para um conjunto de mulheres sem se quer mediá-las na base da interação entre brancos e não brancos;

2) revela um distanciamento da realidade vivida pela mulher negra quando nega toda uma história que é feita de luta e resistência, e quem essa mulher tem sido protagonista em decorrência de uma memória cultural ancestral que não tem nada a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo (GONZALEZ *apud* CARNEIRO, 2003).

No que se refere as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras no interior do feminismo, Carneiro (2003) sintetiza bem essas questões ao levantar uma série de questionamentos que explicita bem a distinção entre as categorias “mulher” e “mulher negra”, posto que mulheres brancas e negras tiveram experiências históricas distintas que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, tampouco dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e tem na identidade feminina das mulheres negras (CARNEIRO, 2003). Assim, a autora questiona:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um

contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados [...] Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca [...] Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: “Exige-se boa aparência”[...] Quando falamos que a mulher é um subproduto do homem, posto que foi feita da costela de Adão, de que mulher estamos falando? Fazemos parte de um contingente de mulheres originárias de uma cultura que não tem Adão. Originárias de uma cultura violada, folclorizada e marginalizada, tratada como coisa primitiva, coisa do diabo, esse também um alienígena para a nossa cultura. Fazemos parte de um contingente de mulheres ignoradas pelo sistema de saúde na sua especialidade, porque o mito da democracia racial presente em todas nós torna desnecessário o registro da cor dos pacientes nos formulários da rede pública, informação que seria indispensável para avaliarmos as condições de saúde das mulheres negras no Brasil, pois sabemos, por dados de outros países, que as mulheres brancas e negras apresentam diferenças significativas em termos de saúde (CARNEIRO, 2003, p.50-51).

A longa citação acima apresentada traz à tona não só as diferenças entre mulheres brancas e negras, mas retoma a ideia de universalização da categoria mulher apresentada por Gonzalez (*apud* CARNEIRO, 2003) e nos faz perceber que é necessário levar em conta outras interseccionalidades – tais como raça, classe, identidade de gênero etc. – pois só assim seremos capazes de dar conta da insuficiência teórica e prática do feminismo. Torna-se necessário então, uma perspectiva feminina na qual o gênero seja uma variável teórica. Sendo assim, Sueli Carneiro destaca que:

[...] grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso (CARNEIRO, 2003a, p.119).

Isso posto, se a questão de gênero não consegue dar conta das especificidades do que é ser mulher negra ou indígena, por exemplo, outra variável – a racial – deve ser levada em conta. Tal como aponta Carneiro (2003). A autora afirma ainda que no tocante a realidade vivida pelas mulheres negras – foco desta pesquisa –, outra variável – a racial – que deve ser levada em conta, já que:

[...] produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade estigmatizada (das mulheres negras), como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas) (CARNEIRO, 2003a, p.118).

Assim, a autora evidencia que o racismo acaba por determinar as hierarquias de gênero em nossa sociedade e exatamente por isso se faz imprescindível a existência de feminismos que busquem não só combater as mais diversas opressões – de gênero, raça, classe, etc. –, mas que também busquem pôr em ação práticas contra hegemônicas onde a diferença não seja legitimadora de desigualdades.

Isso justifica a emergência de um feminismo negro, por exemplo, que é construído no contexto de sociedades multirraciais e racistas – como é o caso da sociedade brasileira – se torna imprescindível pelo que já foi explicitado anteriormente, uma vez que tem como eixo articulador o racismo e seus impactos sobre as relações de gênero. Assim posto, um feminismo negro, preocupado com a luta contra as opressões de gênero e de raça vem apresentar novas possibilidades para a ação política feminista e antirracista. O que fortalece tanto a discussão racial como a de gênero. Para Sueli Carneiro:

Esse novo olhar feminista e anti-racista (sic), ao integrar em si tanto as tradições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirma essa nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher negra. O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelo movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro (CARNEIRO, 2003b, p.02).

Esse novo olhar feminista e antirracista tem como resultado novas organizações de mulheres negras que desde meados dos anos de 1980 estão empenhadas em assegurar, seja através dos diversos movimentos populares que fazem parte, movimentos negros e movimentos feministas, propostas que contemplem a agenda específica das mulheres negras do país. Sob esse aspecto, Gomes enfatiza que:

A partir da experiência de reprodução das desigualdades de gênero, vividas no interior do próprio movimento negro, as mulheres negras se organizaram e fundaram nos anos de 1980, o Movimento das Mulheres Negras que hoje faz parte de uma articulação latino-americana e internacional de mulheres negras. As mulheres negras, hoje, ocupam um espaço na militância política, nas ONG'S, nos projetos educacionais. Podemos dizer que a questão de gênero só passou a ser pautada como uma forte preocupação da prática e das questões do movimento negro devido à pressão das mulheres negras. Estas têm exercido uma luta contínua não só no interior da comunidade negra, mas no debate com o Estado para a implementação de políticas públicas de saúde, emprego e educação que contemplem a articulação entre raça e

gênero (2011, p.141).

A partir desse ponto, conforme a citação acima sinaliza, discutiremos sobre a organização das mulheres negras brasileiras a partir da criação do Movimento de Feministas Negras no Brasil – que surge exigindo a reelaboração do discurso e das práticas políticas dentro do movimento negro e feminista, a fim de reconhecer as diferenças e desigualdades que estão presentes no universo feminino negro –. E é isso que será apresentado no tópico seguinte deste capítulo.

3.4 - Das ONGs ao Ciberespaço

Antes de iniciarmos de fato a apresentação da construção do movimento de mulheres negras no Brasil, faz-se necessário apontar que o fim dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 foi um movimento importante para os diversos movimentos sociais – exatamente por isso este capítulo iniciou apresentando um breve panorama dos movimentos sociais brasileiros – pois possibilitou a reorganização social e a redemocratização do país – explicitado, embora brevemente, no tópico 3.2 deste capítulo –. No tópico 3.3, vimos como a intersecção entre diversos marcadores sociais, sobretudo raça e gênero construíram o alicerce sobre os quais o movimento de mulheres negras brasileira se originou.

A Constituição de 1988 desempenhou uma função fundamental no que diz respeito ao movimento de mulheres negras no Brasil, uma vez que o encaminhamento da constituição contemplou aproximadamente 80% das propostas do movimento, o que acabou modificando o status jurídico da mulher brasileira. Já em relação ao acesso ao poder, diversas campanhas trouxeram a aprovação do projeto de lei, de iniciativa da deputada Marta Suplicy, onde era reservado 20% das legendas dos partidos para as mulheres.

Destaca-se ainda, a criação dos Conselhos da Condição Feminina em 1983 em São Paulo. No que se refere a criação desses Conselhos, inicialmente ele não incluía em sua composição inicial representantes negras. Foi só depois da denúncia da radialista Marta Arruda e do Coletivo Mulheres Negras de São Paulo que as militantes Thereza Santos e Vera Lúcia foram incluídas no grupo. Além disso, só depois que outras ativistas negras foram integradas ao corpo técnico desse conselho que o combate a opressão de raça foi incorporado no seu conjunto de ações (SCHUMAHER; VITAL BRAZIL, 2006).

Essas mobilizações resultaram na criação da Comissão da Mulher Negra do CECF/SP e também na produção de publicações e referências que contribuíram para o avanço do movimento. A partir daí foi assegurado a participação das mulheres negras (SCHUMAHER; VITAL BRAZIL, 2006).

Destaca-se também, nesse período, a criação das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (Deams) e os abrigos institucionais para a proteção de mulheres em situação de violência. De forma geral, todos esses órgãos são voltados para a promoção de igualdade de gênero e combate à discriminação e violência contra a mulher (CARNEIRO, 2003). Isso posto, esse tópico busca apresentar a trajetória das mulheres negras a partir das diversas ONGs e coletivos que são criados em todo o Brasil, bem como a criação de eventos nacionais e sua participação em encontros internacionais.

De acordo com Silva (2000), o Movimento de Mulheres Negras (MMN) iniciou em 1985 na cidade de Bertioga, São Paulo em consequência do III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe²¹ e a participação das mulheres negras no evento foi importante, pois demonstrou a necessidade de se pensar em uma organização onde as especificidades das mulheres negras fossem tratadas com prioridade.

No entanto, Lemos (1997), afirma que o “palco” de separação definitivo entre feministas brancas e negras se deu no IX Encontro Nacional Feminista²² que aconteceu em 1987 em Garanhuns, Pernambuco. A autora aponta que durante esse encontro as mulheres negras acabaram por rejeitar o projeto que acabava por universalizar as demandas das mulheres e ao fazer isso, acabaram revelando as diferenças entre negras e brancas. Foi o indício de que haveriam duas vertentes feministas, uma branca e outra negra, coexistindo dentro do movimento feministas que trouxe à tona os questionamentos sobre a existência do racismo e das diferenças raciais que as feministas brancas não buscavam discutir. Lemos aponta ainda que a expressão “enegrecendo o feminismo” surgiu então, enquanto uma crítica à esse movimento feminista ocidental e universalizante (LEMOS, 1997).

Independente de qual evento e ano que culminou na criação do movimento de mulheres negras brasileira, o que se sabe é que ele se originou em meados de 1980 – 1990 e possuem estruturas específicas e similares as ONGs de forma geral. Isso ocorre porque as ONGs de mulheres negras surgiram no mesmo período que diversas outras ONGS foram criadas, em um período sócio-histórico-político-econômico em que o Brasil e a América Latina se encontrava favorável a esse tipo de organização. Nesse período, as lutas sociais criaram espaços políticos plurais, informais e descontínuos onde pode ocorrer o reconhecimento dos Outros como portadores de direitos (ALVAREZ et al, 2000). Segundo

²¹ Nesse evento houve uma polêmica em torno da permissão ou não da entrada de aproximadamente quarenta mulheres, em sua maioria negras, que pleiteavam participar do evento sem o pagamento de inscrição (SCHUMACHER; VITAL BRAZIL, 2006).

²² A partir desse encontro as mulheres negras se comprometeram de organizar um encontro que fosse exclusivo para elas (SCHUMACHER; VITAL BRAZIL, 2006).

Santos (2009), as organizações não governamentais de mulheres negras no Brasil representam importantes espaços políticos e de resistência contemporâneas no que se refere as lutas contra diversas opressões sociais.

Em 1978, por exemplo, nasce o Reunima – Reunião de Mulheres Negras Aqualtune no Rio de Janeiro. O grupo buscava refletir sobre o feminino negro e seus encontros aconteciam nas dependências do Instituto de Pesquisas da Cultura Negra (IPCN). Ainda no Rio de Janeiro, surge em 1980 o grupo Luiza Hahin, idealizado por Lélia Gonzalez e Zezé Motta – importante destacar que o grupo era considerado o braço feminino do Movimento Negro Unificado – e o grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (GMN). Isso posto, faz-se necessário evidenciar a criação de ONGs de mulheres negras que se encontram espalhadas pelo país. Irei descrever apenas algumas ONGs, grupos e coletivos, embora isso não signifique que as Ongs e grupos não descritos não sejam importantes e não tenham, cada um da sua forma contribuído na luta antirracista na sociedade brasileira. Tendo isso em mente, apresento no final, um quadro²³ com o maior número que me foi possível de ONGs, grupos e coletivos de mulheres negras. Além disso, apresento antes, um quadro²⁴ com os principais eventos que ajudaram as mulheres negras a se articularem enquanto movimento.

Em 1987 é criada a ONG Maria Mulher – Grupo de Mulheres Negras²⁵, no Rio Grande do Sul. A ONG visa a efetiva inclusão das mulheres negras em todos os setores da vida e lutam pela defesa dos direitos humanos das populações marginalizadas e excluídas, principalmente de Afrodescendentes, bem como atuam no enfrentamento às discriminações de raça, classe e gênero. É importante destacar que o Grupo Maria Mulher desde sua criação esteve presente em todos os momentos das organizações de Mulheres Negras no Brasil. Nesse mesmo ano na cidade de Garanhuns em Pernambuco, aconteceu o IX Encontro Nacional Feminista. As mulheres negras que participaram deste evento denunciaram a ausência das discussões que envolviam a questão racial.

Já em 1988, na cidade de Valença no Rio de Janeiro, ocorreu o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (I ENMN) onde foi consolidado o Movimento de Mulheres Negras. Os principais objetivos do evento eram:

Denunciar as desigualdades sexuais, sociais e raciais existentes; fazer emergir as diversas formas locais de luta e a autodeterminação face às formas de discriminação existentes; elaborar um documento para uma

²⁴ Os dados coletados para a confecção deste quadro foram retirados a partir da pesquisa de Schumacher; Vital Brazil, (2006). Os dados que estiverem marcados com um asterisco (*) foram adicionados por mim.

²⁵ Mais informações sobre a ONG Maria Mulher podem ser visualizadas em: <<http://www.mariamulher.org.br/index.php/sobre-nos>>. Acessado em 17 jul. 2018.

política alternativa de desenvolvimento; encaminhar uma perspectiva unitária de luta dentro da diversidade cultural e política das mulheres presentes ao Encontro; estabelecer grupos de trabalhos para registros e posterior retorno às participantes; realizar um diagnóstico da mulher negra; discutir as formas de organização das mulheres negras; elaborar propostas políticas que façam avançar a organização das mulheres negras, colocando para o mundo a existência do Movimento de Mulheres Negras no Brasil, de forma unitárias e diferentes vertentes políticas (SILVA,2000, p.03).

A partir desse primeiro encontro, pode-se dizer que o Movimento de Mulheres Negras Brasileira se consolidou de uma vez por todas. O encontro foi precedido por seminários estaduais preparatórios que aconteceram nas mais diversas cidades do país. Além disso, o I Encontro Nacional de Mulheres Negras contou com a participação de mais de quatrocentas mulheres que representavam dezessete estados brasileiros.

No que se refere a representação do Ceará, o estado consta como sem delegação no evento. Enquanto escrevia essa dissertação, as mulheres negras espalhadas por todas as regiões brasileiras estão se articulando para participarem do Encontro Nacional de Mulheres Negras+30 (em alusão ao I Encontro Nacional de Mulheres Negras) que acontecerá em dezembro de 2018 em Goiânia Goiás e estima a presença de mil representantes delegados a partir de cada estado brasileiro.

Em relação ao evento que aconteceu em 2018, pensando o contexto cearense, as mulheres negras cearenses se articularam através de rodas de conversas e grupos nas redes sociais para se fazerem presentes no encontro. A mobilização inicial foi feita pelo Inegra (Instituto Negra do Ceará), que desde sua origem busca promover os valores étnicos, políticos, sociais e culturais das populações negras, tendo como prioridade às mulheres negras. Tendo assim uma atuação antirracista e feminista. Dessas rodas de conversas e grupos nas redes sociais, foi tirado uma comitiva para representar as mulheres negras do Ceará. Assim, mulheres negras de diversos grupos/movimentos sociais foram nomeadas enquanto representantes do Ceará para participarem do evento e posteriormente repassar as informações sobre o encontro para as outras mulheres negras do espaço que não conseguiram ir. O fato de ter sido tirada delegadas para participarem do evento representando o Ceará se deu pelo fato de cada estado ter um número x de vagas no evento, respeitando assim a logística pensada pela organização do evento.

Posteriormente, essas mulheres negras continuaram se encontrando sistematicamente com o intuito de criarem uma rede estadual de mulheres negras. O que veio a acontecer oficialmente, com o lançamento da Rede de Mulheres Negras do Ceará. O pré-lançamento da Rede aconteceu em 25 de julho de 2019 em Fortaleza, onde na ocasião o evento foi chamado

de: Entardecer com as Pretas: nossa existência e nosso fazer político e no dia 27 de julho de 2019 a Rede de Mulheres Negras do Ceará foi oficialmente lançada no Crato-Ce, com a participação de mulheres negras de vários lugares do Estado do Ceará.

Em 1988 também é criado a Fundação do Geledés - Instituto da Mulher Negra²⁶. O instituto é uma organização política de mulheres negras que lutam contra o racismo e o sexismo, pela valorização e pela promoção das mulheres negras. Para além da questão racial e de gênero, discute-se ainda contra todas as formas de discriminação que acabam por limitar a realização da cidadania plena, tais como lesbofobia, homofobia, gordofobia, preconceitos regionais, de credo e de classe social. As áreas de prioridade do Geledés são a questão racial, de gênero e as implicações desses temas com os direitos humanos, a educação, a saúde, a comunicação, o mercado de trabalho, a pesquisa acadêmica e as políticas públicas.

No que se refere a questão racial, por exemplo, o Geledés se soma às lutas dos movimentos negros pela discriminação efetiva do racismo e da discriminação racial em suas múltiplas manifestações na sociedade brasileira, bem como defende a política de ações afirmativas nos diversos campos das políticas públicas como forma de eliminação das desigualdades raciais e promoção/valorização social da população negra.

Já em relação as questões de gênero, o instituto alinha-se à agenda feminista – sobretudo com base no feminismo negro – atuando contra a violência doméstica e sexual contra a mulher e a favor da igualdade no mercado de trabalho, bem como em defesa dos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres, pela descriminalização do aborto e contra os estereótipos e estigmas que se reproduzem acerca das mulheres nos meios de comunicação. Em relação a violência contra a mulher, desenvolveu o Aplicativo PLP 2.0²⁷, com o objetivo de socorrer mulheres em situação de violência.

O Geledés vem discutindo, ao longo dos anos, sobre a problemática da mulher negra como elemento fundamental para a temática de gênero na sociedade brasileira e impulsionando o debate sobre a necessidade de adoção de políticas públicas inclusivas para a realização do princípio de igualdade e oportunidades para todos. Nesse sentido, o Geledés tem atuado juntamente com os diversos movimentos sociais, na definição de políticas públicas que tem como objetivo a eliminação das discriminações sofridas por mulheres e negros no Brasil.

²⁶ Mais informações sobre o Instituto Geledés podem ser visualizadas em:< <http://www.geledes.org.br/o-que-e-o-geledes-instituto-da-mulher-negra/>>. Acessado em 17 jul. de 2018.

²⁷ O Aplicativo PLP 2.0 foi criado para “fortalecer a rede de proteção para mulheres em situação de violência. Assim, é um aplicativo que conecta mulheres em situação de violência com medidas preventivas expedida pela justiça, oferecendo a elas um rápido atendimento em caso de urgência” (GELEDES). Disponível em:< <https://www.geledes.org.br/o-plp-2-0-aplicativo-de-combate-violencia-contra-mulher-e-premiado-pela-oea/>>. Acessado em 17 jul. de 2018.

Em 1991, ocorreu em Salvador, Bahia o II Encontro Nacional de Mulheres Negras (II ENMN) e o que marca o evento é o reconhecimento de que a sociedade é múltipla, machista e racista e que todos são frutos dessa estrutura social e educacional. Seus objetivos estavam relacionados à importância de uma militância mais ativa. Além de incluírem em seus debates temas como a esterilização em massa.

Em 1992 surge a organização Criola²⁸, que tem como objetivo a criação e consolidação de uma organização de mulheres negras na luta pela defesa e promoção de direitos das mulheres negras em uma perspectiva integral e transversal, visando assim sua inserção enquanto agentes transformadores. E tem como missão instrumentalizar, mulheres, adolescentes e meninas negras para o enfrentamento ao racismo, sexismo, lesbofobia e transfobia e para o desenvolvimento de ações voltadas para a melhoria de vida da população negra e das mulheres negras em especial.

As ações da Criola estão voltadas para a criação e aplicação de novas tecnologias para a luta política de grupos de mulheres negras; produção de conhecimento qualificado sobre as mulheres negras; formação de lideranças negras hábeis à elaborar suas agendas de demandas por políticas públicas; mobilização e ação política sobre setores da sociedade, governo e demais instâncias públicas para a efetivação de direitos, em especial o direito à saúde, o acesso à justiça e equidade de gênero, raça e orientação sexual.

Neste mesmo ano, outro marco deve ser considerado. A criação do dia da Mulher Afro-latino-americana e afro-caribenha durante o I Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas em Santo Domingos, República Dominicana. Este dia foi então estipulado como o marco internacional da luta e da resistência da mulher negra.

Em 1993 aconteceu na cidade de Itapeverica da Serra, São Paulo, o Seminário Nacional de Políticas Públicas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras. O evento tinha como foco discutir políticas públicas para a saúde, relacionados à maternidade, sexualidade e controle da natalidade. Ocorreu também, nesse ano, na cidade de Itibaia, São Paulo, o I Seminário Nacional de Mulheres Negras. O seminário objetivava construir um espaço democrático e coletivo que possibilitasse o avanço das organizações de mulheres negras em território nacional.

Já em 1995, a nível nacional, ocorreu em Beijing, China a IV Conferência Mundial sobre a Mulher. A participação das mulheres negras neste evento possibilitou que elas ampliassem a discussão acerca da questão racial em um nível mundial, evidenciando dessa

²⁸Mais informações sobre a Organização Criola podem ser visualizadas em:< <http://criola.org.br/?onepage=quem-somos>>. Acessado em 17 jul. de 2018.

forma que o racismo se manifesta em todas as sociedades, embora se manifeste em intensidades diferentes.

No ano de 1997 aconteceu em Campinas, São Paulo, a I Reunião Nacional de Mulheres Negras, e tinha como objetivo avaliar o II Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas bem como definir a representação brasileira no evento. Nesse mesmo ano acontece a II Reunião Nacional de Mulheres Negras em Belo Horizonte, Minas Gerais. O objetivo da reunião é dar continuidade aos temas abordados na reunião anterior.

Os anos que se sucederam foram marcados por diversos eventos, como as Pré-conferências organizadas, sobretudo, pelo Instituto Geledés (SP), Criola (RJ) e Maria Mulher (RS) para deliberar a participação de representantes das organizações de Mulheres Negras do Brasil na III conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância que aconteceu em 2001 na África do Sul. Já em 2015, ocorreram em São Paulo a I Virada Cultural Feminista e a I Marcha do Orgulho Crespo e, em Brasília, a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver.

Grupos de Mulheres Negra Brasileiras		
Nome do Grupo:	Local:	Ano de Criação:
Conselho Nacional de Mulheres Negras	Rio de Janeiro/RJ	1950
Reunima- Reunião de Mulheres Negras Aqualtune	Rio de Janeiro/RJ	1978
Grupo Luiza Mahin	Rio de Janeiro/RJ	1980
Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (GMN)	Rio de Janeiro/RJ	1980
Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo	São Paulo/SP	1982
Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras	Rio de Janeiro/RJ	1983
Centro de Mulheres de Favela e Periferia do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro/RJ	1985
Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista	Santos/SP	1986
Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa	Maranhã/MA	1986
Coletivo de Mulheres Negras	Minas Gerais/MG	1986
Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras	Rio Grande do Sul/RS	1987

Geledés – Instituto da Mulher Negra	São Paulo/SP	1988
Grupo de Mulheres do Alto das Pombas de Salvador	Salvador/BA	1988
Comissão de Mulheres Negras de Campinas – SP	São Paulo/SP	1989
Casa de Cultura da Mulher Negra de Santos	São Paulo/SP	1990
Coletivo de Mulheres Negras de Salvador	Salvador/BA	1990
Coletivo de Mulheres Negras do Distrito Federal	Brasília/DF	1990
Bloco Afro Oriashé	São Paulo/SP	1991
Grupo Oduduwa	Rio Grande do Sul/RS	1992
Grupo/Organização Criola	Rio de Janeiro/RJ	1992
Centro de Documentação Coisa de Mulher (CEDOICOM)	Rio de Janeiro/RJ	1994
Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia	Piauí/PI	1994
E'léékò Gênero Desenvolvimento e Cidadania	Rio de Janeiro/RJ	1994
Associação Cultural de Mulheres Negras (ACMUN)	Rio Grande do Sul/RS	1994
Coletivo de Mulheres Negras	Mato Grosso do Sul/MS	1995
Associação de Mulheres Negras Oborin Dudu	Vitória/ES	1995
Fala Preta! Organização de Mulheres Negras	São Paulo/SP	1995
Instituto de Mulheres Negras do Amapá (IMENA)	Amapá/PA	1999
Grupo de Mulheres Negras Malunga	Goiânia/GO	1999
Bamidelê – Organização de Mulheres Negras	Paraíba/PB	2001
Grupo de Mulheres Negras Dandara do Cerrado	Goiânia/GO	2002
Instituto Negras do Ceará – CE	Fortaleza/CE	2003
Uiala Mukaji – Sociedade de Mulheres Negras	Recife/PE	2003
Grupo de Mulheres Negras Maria do Egito – OMIN	Aracajú/SE	2003
Minas de Cor	São Paulo/SP	2003
Mulheres de Kêto – Sociedade Lésbica Feminista	São Paulo/SP	2004
Instituto da Mulher Negra (IMUNE)	Amapá/PA	2005

Instituto Kuanza	São Paulo/SP	2005
Coletivo Meninas Black Power*	Rio de Janeiro/RJ	2013
Pretas Simoa	Crato/CE	2014
Rede de Ciberativistas Negras*	Nível Nacional	2017
Projeto Negritude Piauiense*	Teresina/PI	2017
Projeto Mulheres Negras Resistem*	Fortaleza/CE	2018
Rede de Mulheres Negras do Ceará	Fortaleza-Crato/CE	2019

Quadro 3 - Grupos de Mulheres Negras Brasileiras

Fonte: Elaboração da Autora.

Desses grupos descritos, destaco o Instituto da Mulher Negra – Geledés e a Organização Criola por representarem os primeiros grupos que começaram a atuar também no ciberespaço, iniciando assim um ativismo online. Destaco também o importante papel do Blogueiras Negras²⁹, que tem em sua origem a blogagem coletiva, onde o objetivo era aproximar as discussões relacionadas ao dia da Consciência Negra e o Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, esse projeto acabou revelando um número enorme de blogueiras negras que utilizam e vem atuando na rede – ciberespaço – a fim de mudar e ressignificar a lógica das representações das mídias tradicionais ou de questionar os estereótipos e as distorções que são apresentadas.

De acordo com a equipe facilitadora, o blog é uma comunidade de mulheres negras e afrodescendentes com histórias de vida e interesses distintos, unidas e comprometidas em torno das mesmas questões: a produção de conteúdos acerca da negritude e do feminismo. Importa salientar que qualquer mulher negra que participe ou não da sua comunidade de discussão e queira contribuir com a produção/publicação de conteúdo do blog pode participar.

De acordo com a descrição das mulheres negras que compõem a equipe do Blogueiras Negras, elas são:

Somos mulheres negras com estórias de vida e campos de interesse diversos; reunidas em torno das questões da negritude, do feminismo e da produção de conteúdo. Sujeitas de nossa própria estória e de nossa própria escrita, ferramenta de luta e resistência. Viemos contar nossas estórias, exercício que nos é continuamente negado numa sociedade estruturalmente discriminatória e desigual (BLOGUEIRAS NEGRAS).

Assim, O Blogueiras Negras é uma comunidade de mulheres negras comprometidas

²⁹ Mais informações podem ser obtidas em: < <http://blogueirasnegras.org/quem-somos/>> Acessado em 17 jul. 2018.

com as questões raciais e de gênero que através de seu portal na web reúne e estimula a produção para veículos de comunicação independentes.

Isso posto, Moraes (2000) afirma que a internet acabou propiciando para os movimentos sociais, e isto inclui também o movimento de mulheres negras, a partir da segunda metade dos anos de 1990 um espaço interativo, cooperativo e descentralizado. O Ciberespaço se torna, assim, uma ferramenta de mobilização e difusão das reivindicações das mulheres negras do século XXI. Isso acaba acontecendo porque a internet substitui os filtros ideológicos e as políticas editoriais da chamada grande mídia ou mídia tradicional (MORAES, 2000). O que se busca, então, no ciberespaço é promover, apoiar, criticar, sugerir ou contestar o monopólio de divulgação, permitindo que forças contra hegemônicas se expressem enquanto atores sociais empenhados em alcançar a cidadania e a justiça social de uma forma cada vez mais plena (MORAES, 2000).

É nesse cenário favorecido por processos “técnico-comunicacionais” de participação política que a Rede de Ciberativistas Negras surge. No entanto, o ciberativismo das mulheres negras já existia antes da criação da rede. Ele se dava, através de sites e plataformas digitais, tais como o Geledés, o site da ONG Criola, o Blogueiras Negras e tantos outros blogs³⁰ de mulheres negras que traziam para a rede, suas bandeiras de lutas e reivindicações, bem como suas “vozes” e escritas que enfim, podiam ecoar cada vez mais forte, alcançando assim, espaços dantes “navegados”. Segundo Sueli Carneiro:

As mulheres negras vêm atuando no sentido de não apenas mudar a lógica de representação dos meios de comunicação de massa, como também de capacitar suas lideranças para o trato com as novas tecnologias de informação, pois falta de poder dos grupos historicamente marginalizados para controlar e construir sua própria representação possibilita a crescente veiculação de estereótipo e distorções pelas mídias eletrônicas ou impressas. (2003b, p. 126)

É nesse contexto que o presente trabalho pretende abordar o ativismo e ciberativismo da Rede de Ciberativistas Negras, sobretudo com ênfase no núcleo do Ceará. O que será feito no capítulo seguinte. Neste capítulo, buscou apresentar toda a caminhada feita pelo movimento de mulheres negras, desde a chegada forçada de suas descendentes no Brasil, suas primeiras estratégias de resistência, os primeiros grupos e movimentos dos quais fizeram parte e foram de fundamental importância até a consolidação de seu próprio movimento, que a partir de meados dos anos noventa encontra no ciberespaço um mecanismo propulsor capaz

³⁰ Poderia citar outros blogs de mulheres negras que atuam na internet e que tem cunho antirracista e antissexista, tais como Blog da Noiva Negra, Central das Divas, Gorda e Sapatão, Meninas Black Power, Petra e Gorda, Preta e Nerd, Que nega é essa, dentre outros, mas citei apenas os blogs com maior visibilidade e difusão na internet.

de reverter anos de invisibilidade e silenciamento.

4 – FORMANDO REDES DE LUTA: A CRIAÇÃO DA REDE DE CIBERATIVISTAS NEGRAS

*Dandaras conectadas
nós, mulheres negras
Dandaras, Odaras
conectadas
nas redes e nas ruas articuladas
ainda marginalizadas
aprimoradas
esquecidas
desprivilegiadas
somos as carolinas que pintam
que bordam
que estão na rede
transformando a história
nossos diários são quartos de despejo
que florescem em quilombos virtuais
mas não se engane,
queremos mais!
ligar norte a sul
as lgbt, as trava, as periféricas
as mães, as minas e as manas
queremos conexão
mais ainda somos as menos conectadas
diante de tantas desigualdades
essas lutas serão enfrentadas
somos os novos malês
e as novas alfaiates
descendentes de guerreiras
tecendo redes de enfrentamento
na luta pelo empoderamento
mas não se iluda
é necessário engajamento
compartilhar histórias
atuar no desenvolvimento*

*formar redes de luta
enfrentar o sistema que nos destrói
narrativas em movimento
que uma nova história constrói
– Rede de Ciberativistas Negras³¹*

Nos capítulos anteriores, percebemos que ao longo da história, as mulheres negras vêm construindo e reconstruindo estratégias de resistências e lutas reivindicatórias, onde se faz possível afirmar e reafirmar suas identidades. Assim, as mulheres negras através do feminismo negro foram capazes tanto de enegrecer o feminismo como de promover a feminização das pautas do movimento negro (CARNEIRO, 2003a).

As movimentações políticas de mulheres e homens negros em torno da representação do negro na mídia brasileira, bem como nos debates acerca de políticas públicas antirracistas, presentes nas pautas de reivindicações e lutas do movimento negro nas últimas décadas, são de fundamental importância no processo de ressignificação da imagem da população negra na sociedade brasileira.

A Imprensa Negra, por exemplo, também surge, em 1915 num contexto marcado pela exclusão político-econômica e de degeneração de cidadania real, como elemento norteador das reivindicações específicas pela alteração da imagem do negro nas diferentes formas de representação – desde sempre marcada por estereótipos e associadas à escravidão e subalternidade – (SODRÉ, 1999).

Os estudos sobre desigualdades raciais na mídia ainda apresentam aspectos diversos e características comum, simultaneamente. Consequência da repetição do mesmo material empírico, o que faz com que a quantidade de pesquisa não seja relativa à quantidade de referências, já que muitas vezes elas se repetem (SILVA; ROSEMBERG, 2008). No que se refere à representação do negro e do branco na mídia, os autores apresentam quatro particularidades notáveis:

- a) O silêncio da mídia em relação às desigualdades raciais. A mídia atua, então, como mecanismo capaz de invisibilizar as desigualdades tanto raciais como sociais, como se existisse de fato uma homogeneidade cultural na sociedade brasileira;
- b) nos diversos meios midiáticos há uma sub-representação do negro. Sub-representação esta

³¹ Autoras: Dandara Baçã, Elen Carvalho, Lúcia Martins, Luciana Bento e Tatiana Paz.

que está inteiramente ligada ao processo de silenciamento das desigualdades raciais observadas na sociedade brasileira;

c) O branco é tratado como representante natural da espécie. E isso faz com que, além dele representar a grande maioria da população brasileira nos diversos meios midiáticos onde é representado, o público seja também considerado como majoritariamente branco;

d) negras e negros, adultos ou crianças são representados, na maioria das vezes, por personagens carregados de estereótipos.

Assim, se considerarmos que os meios de comunicação não só repassam as representações sociais sedimentadas no imaginário social, mas também se instituem como agentes que acabam por operar, construir e reconstruir no interior da sua lógica de produção os sistemas de reprodução, perceberemos que eles ocupam uma posição central na cristalização de imagens e sentidos sobre a mulher negra (CARNEIRO, 2003b).

A literatura e o cinema, por exemplo, estão carregados de personagens com estereótipos que se referem ao “Bom Crioulo”, a “Mãe Preta”, o “Preto Velho”, o “Escravo Nobre” amplamente associado com o estereótipo do “Negro vítima”. Encontram-se ainda, estereótipos relacionados ao “Negro revoltado”, o “Malandro”, “Nego pervertido”, “Mulata boa”, “Negro infantilizado”, os “moleques” ou os “pivetes de rua” dentre outros. Já em relação a Imprensa, as diversas pesquisas apontam para a permanência de estereótipos que associam os negros a profissões inferiorizadas, ocorrências policiais, violência e notícias escandalosas (SILVA; ROSEMBERG, 2008).

Na Televisão, é evidenciado através dos diversos estudos analisados pelos autores, citados anteriormente, que os estereótipos de negro associado ao futebol, carnaval e notícias policiais se repetem. Em relação as atrizes negras, os estereótipos mais comuns se referem a empregadas domésticas e assim como na literatura e no cinema, a “Mulata boa”. Dessa forma, os diversos estereótipos apresentados tanto na literatura quanto no cinema, corroboram com o ideal do branqueamento, uma vez que não representam o negro enquanto sujeito, mantendo dessa forma uma visão distanciada. (SILVA; ROSEMBERG, 2008).

Quanto à essa questão, é importante trazer para discussão a importância da auto definição das mulheres negras, posto que os estereótipos desempenham a função de controlar os grupos dominados e as imagens externamente definidas desempenham a função de desumanizar e controlar esses grupos. Collins (2016) é quem nos aponta para essa questão e afirma que:

Autodefinição (sic) envolve desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente

definidas da condição feminina afro-americana. Em contrapartida, a autoavaliação enfatiza o conteúdo específico das (sic) das mulheres negras, substituindo imagens externamente definidas com imagens autênticas de mulheres negras (COLLINS, 2016, p. 102).

Logo, quando mulheres negras se definem elas estão rejeitando e desafiando as suposições que os grupos dominados projetam com o intuito de controlar seus comportamentos. A autora afirma ainda que as feministas negras têm questionado tanto o que tem sido dito sobre as mulheres negras quanto tem questionado a própria credibilidade e intenção das pessoas que detêm o poder e buscam defini-las. Essa afirmação de Collins evidencia a importância do papel das ciberativistas negras que vêm se auto definindo, denunciando e ressignificando os estereótipos que lhes são impostos e que também são impostos à população negra. O que acontece quando essas mulheres se auto definem é a negação desses estereótipos e a validação do poder que elas têm enquanto sujeitos humanos e políticos. Essa auto avaliação vai então desafiar “(...) o conteúdo de imagens controladoras externamente definidas” (COLLINS, 2016, p. 104).

Isso posto, através da perspectiva de ativismo digital ou ciberativismo, o ciberespaço acabou se tornando um ambiente propício para a construção e divulgação da história e da cultura afro brasileira, o que fez com que a busca pela superação do racismo também reverberasse na internet, tornando necessário perceber como se dá a dinâmica das relações raciais no ciberespaço.

Nesse sentido, busca-se perceber como o ciberativismo de mulheres negras contribui (ou pode contribuir) com as mobilizações políticas do movimento negro, de forma geral, e do movimento de feministas negras, de forma específica, bem como quais são os impactos de seu ciberativismo para a luta antirracista no Brasil.

Dessa forma, é importante evidenciar o fato de que as redes de comunicação multidirecional e interativa na internet acabam por transformar o contexto no qual os chamados novos movimentos sociais se constituem. Outra questão, refere-se ao fato de que, na militância ciberativista, o uso das novas tecnologias de informação e comunicação é fundamental, contudo, apesar de sua importância faz necessário perceber que a forma como nos conectamos em rede acaba sendo multimodal, ou seja, nos conectamos através de redes sociais que são tanto on-line quanto off-line. E essas redes podem já existir ou podem ser formuladas durante as ações de movimentação (CASTELLS, 1999).

Di Felice (2013), ao tratar sobre ciberativismo afirma que esse tipo de ativismo – que é baseado na militância digital – encontrou nas tecnologias de comunicação uma ferramenta capaz de fortalecer as organizações em dois níveis: local e global. Posto que as novas

tecnologias de informação e comunicação possibilitam a formação de redes internas ao movimento, bem como outros movimentos que estão espalhados pelo mundo e com a sociedade em geral (CASTELLS, 2013).

Em se tratando das especificidades das mulheres negras, por exemplo, os meios de comunicação, ao longo do tempo, vêm se constituindo enquanto um espaço de interferência e agendamento de políticas públicas do movimento de mulheres negras, uma vez que a naturalização do racismo e do sexismo na mídia reproduz e cristaliza estereótipos e estigmas que prejudicam a afirmação de identidade racial e o valor social desse grupo (CARNEIRO, 2003b).

Desse modo, compreende-se que a busca por uma estética negra onde negras e negros sejam vistos enquanto sujeitos políticos, é produto de intelectuais negra/os, que apresentam uma literatura consciente da negritude e que afirma seu orgulho racial (SILVA; ROSEMBERG, 2008, p.88).

Diante disso, o crescimento da quantidade de sites e blogs na internet possibilitou que diversos grupos de mulheres negras espalhados pelo Brasil passassem a utilizar este espaço para atuar virtualmente – uma vez que as lutas cotidianas não são suficientes para fazer as vozes destas mulheres negras chegarem em todos os lugares como deveria – fazendo convocações para eventos relacionados à cultura afro-brasileira, preservando a memória e luta de seus ancestrais, bem como suas próprias lutas e conquistas. Segundo Sueli Carneiro:

As mulheres negras vêm atuando no sentido de não apenas mudar a lógica de representação dos meios de comunicação de massa, como também de capacitar suas lideranças para o trato com as novas tecnologias de informação, pois falta de poder dos grupos historicamente marginalizados para controlar e construir sua própria representação possibilita a crescente veiculação de estereótipo e distorções pelas mídias eletrônicas ou impressas (CARNEIRO, 2003b, p. 126).

Face ao explicitado, o que se percebe é que a internet vem possibilitando que práticas feministas e negras sejam construídas e fortalecidas, possibilitando assim que ciberativistas negras possam construir resistências dentro e fora do ciberespaço. Isso vem acontecendo através de Hashtags³² e campanhas virtuais, Grupos e páginas nas redes sociais exclusivo para o público em questão, campanhas e mobilizações, desenvolvimento de programas e/ ou plataformas digitais e desenvolvimento de mecanismos virtuais de denúncia, dentre outras

³² É uma expressão comumente utilizada pelos usuários das redes sociais na internet. Basicamente, usa-se o símbolo # – que no Brasil é conhecido como “jogo da velha” – antes de uma palavra-chave associada ao assunto ou as discussões que o usuário da rede social pretende indexar nas redes sociais. Assim, quando a hashtag é publicada ela se transforma em um hiperlink que redireciona para uma outra página com outras publicações que contêm a mesma hashtag, ou seja, o mesmo tempo.

coisas.

No que se refere ao ciberativismo de mulheres negras através de hashtags, temos o exemplo do uso da hashtag “Eu empregada doméstica” (#euempregadadomestica) iniciada por Preta Rara – nome artístico da rapper, arte educadora e ciberativista negra Joyce Fernandes – onde ela começou a relatar, em uma página criada na rede social Facebook e que recebe o mesmo nome da hashtag, os casos de desigualdades e destrato que ela sofria enquanto empregada doméstica. Conforme informação presente na imagem abaixo, a página Eu, empregada doméstica foi criada em dezenove de julho de 2016 e tinha o intuito de relatar apenas os casos que aconteciam com a autora da página. Posteriormente, com a ampla divulgação e visibilidade de suas histórias, outras mulheres que trabalhavam ou que tinham parentes que trabalhavam enquanto empregadas domésticas começaram a utilizar a hashtag para relatar os destratos que sofriam.



Figura 1 - Página Eu, Empregada Doméstica.

A próxima imagem apresenta uma das primeiras postagens da página e que deu início a #euempregadadoméstica, assim como revela a relação que ela enquanto empregada doméstica tinha com a Patroa Jussara, que sequer queria que a mesma se alimentasse com a comida que tinha cozinhado e que sequer podia utilizar os utensílios domésticos da casa, demonstrando assim a relação de subalternização que a Patroa fazia questão de manter.



Joyce Fernandes

19 de jul às 4:11pm • Santos •

"Joyce, você foi contratada pra cozinhar pra minha família e não pra vc.
Por favor, traga marmita e um par de talheres e se possível coma antes de nós na mesa da cozinha;
Não é por nada tá filha, só pra gente manter a ordem da casa"

(Patroa Jussara, em Santos 2009 - meu último emprego como doméstica)

Figura 2 - Relato Joyce Fernandes - Preta Rara

Não é à toa que Preta Rara afirma que “a senzala moderna é o quartinho de empregada”³³, posto que a relação que é estabelecida entre patroa e empregada doméstica reflete exatamente essa relação de servidão, desumanização e demonstra o quanto o pensamento colonialista ainda está presente na mente da população branca elitista da sociedade brasileira.

Ainda em relação a hashtags, temos a #quemandoumatarmariellefranco que busca tencionar a busca pelos verdadeiros assassinos de Marielle Franco, vereadora, lésbica e ativista negra da favela do Rio de Janeiro que foi executada, junto com seu motorista Anderson Gomes, no dia quatorze de março de 2018.

Antes de seu assassinato, Marielle denunciou o assassinato de três jovens negros que foram assassinados nas favelas do Acari, Manguinhos e Jacarezinho, no Rio de Janeiro. Foram executados 14 disparos contra o carro em que Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes se encontravam. Marielle acabou atingida por quatro disparos e Anderson por três. As outras nove capsulas foram encontradas no carro. Assim, revelou-se que as armas do crime se tratavam de uma submetralhadora HK-MP5, empunhada pelo atirador de elite e ex-integrante do grupo de operações especiais (BOPE), tropa de Elite da Polícia Militar.

Até agora, dois suspeitos de matar a Vereadora e seu motorista foram presos. Os detidos são Ronnie Lessa, policial reformado de 48 anos de idade e o ex-policial militar Élcio Vieira de Queiroz, de 46 anos de idade. Esse ano, em uma ação denominada de “Os intocáveis” que prendeu milicianos que operavam no Rio de Janeiro, o ex capitão da Polícia Militar Adriano Magalhães da Nóbrega que vinha sendo investigado pela morte de Marielle

³³ A frase é subtítulo do livro de Preta Rara em pré-lançamento e que tem como título: Eu, Empregada Doméstica: a senzala moderna é o quartinho de empregada. O livro está sendo publicado pela Editora Letramento.

Franco e Anderson Gomes foi alvo dessa operação.

Importante então evidenciar que a mãe e esposa de Adriano Magalhães da Nóbrega já trabalharam no gabinete de Flávio Bolsonaro – filho de Jair Bolsonaro, atual Presidente da República –, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) e que Flávio Bolsonaro também já o homenageou com a Medalha Tiradentes, uma das maiores honrarias que é concedida pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Várias vezes a família Bolsonaro demonstrou de forma pública sua ligação com Adriano Magalhães da Nóbrega. Isso se deu por meio de homenagens, títulos públicos, cargos de assessoria, como explicitados anteriormente. Além disso, Ronnie Lessa mora no mesmo bairro que a família Bolsonaro. Diante disso, tudo, após um ano de execução da ativista e vereadora negra a #quemmandoumatarmariellefranco continua sem resposta.³⁴



Figura 3 - #quemmandoumatarmariellefranco

No que se refere as campanhas, temos o exemplo da Campanha “Ah, branco, dá um tempo!”³⁵, que tem como uma das organizadoras da campanha Lorena Monique dos Santos em 2015 e que é conhecida enquanto Youtuber e influenciadora negra enquanto Neggata. A

³⁴ Fontes consultadas: <<http://soscorpo.org/quem-mandou-metralhar-marielle/>>. Acessado em 11 de jun. de 2019. Mais informações sobre o caso Marielle Franco podem estar disponíveis em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/pms-sao-presos-suspeitos-da-morte-de-marielle-franco/>>.

³⁵ Mais informações sobre a campanha estão disponíveis em: <<https://ahbrancodaumtempo.tumblr.com/>>. Acessado em 11 de jun. de 2019.

então estudante da Universidade de Brasília além da campanha fotográfica, também produziu um minidocumentário³⁶ olhe os estudantes da universidade falaram sobre como é ser um estudante negro em um espaço que se apresenta enquanto elitista e racista.

A campanha foi inspirada no Tumblr³⁷: “I, Too, Am Harvard³⁸” dos alunos negros da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. O intuito dos organizadores da campanha fotográfica era demonstrar como opera o racismo dentro e fora da universidade. Assim, pediu-se que os estudantes negros escrevessem em placas as frases que eles estavam cansados de ouvir e que aos olhos de quem pratica essa ação racista é apenas uma “brincadeira”. A seguir, apresento duas imagens que foram retiradas da página no Tumblr da campanha. O desenvolvimento da campanha se deu a partir do convite de algumas pessoas para participar do ensaio e da escolha de pessoas aleatórias que aceitaram participar da campanha. Assim as fotografias foram tiradas em locais no campus da Universidade.

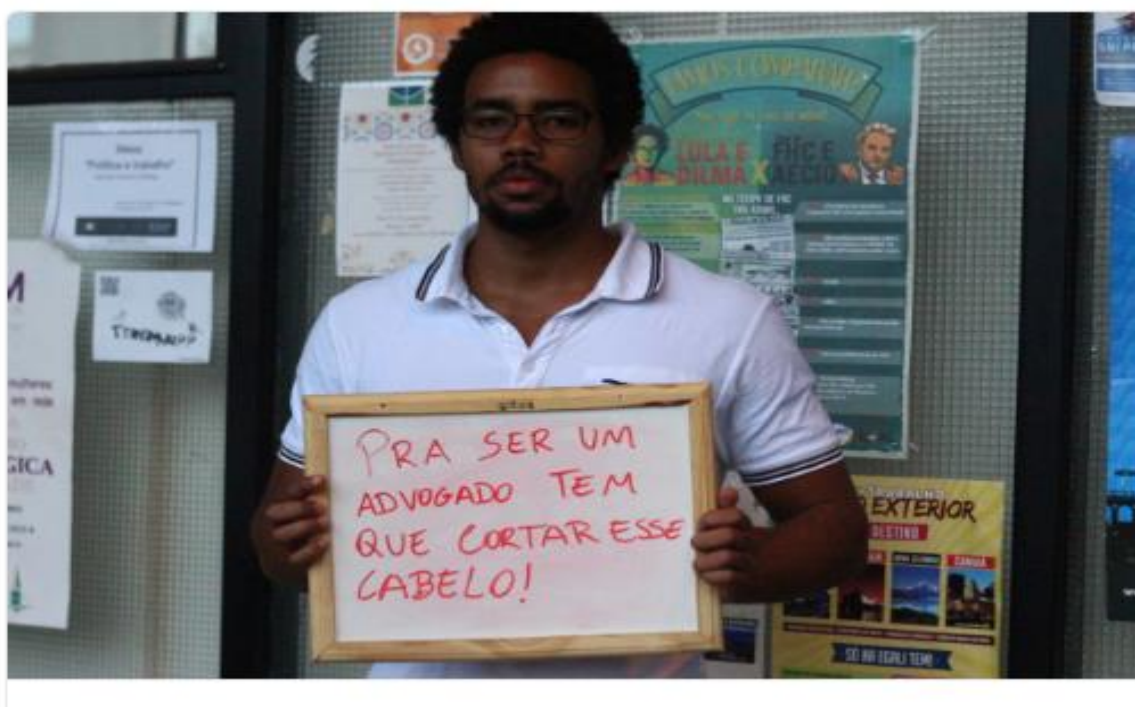


Figura 4 - Campanha: Ah, branco, dá um tempo! Ex.1.

³⁶ O documentário pode ser acessado através da plataforma de vídeos You Tube em:< <https://www.youtube.com/watch?v=CykGVISzDbk> >. Acessado em 11 de jun. de 2019.

³⁷ Tumblr é uma plataforma de blog onde os usuários publicam e podem interagir e compartilhar as publicações de seus seguidores em diversos formatos, tais como texto, citação, vídeos, áudios, gifs e etc.

³⁸ A página que inspirou a campanha dos estudantes negros pode ser visualizada em:< <https://itooamharvard.tumblr.com/> > Acesso em 11 de jun. de 2019.



Figura 5 - Campanha: Ah, branco, dá um tempo! Ex.2.

As duas imagens acima revelam o teor dos comentários racistas que os jovens estudantes da Universidade de Brasília e de tantas outras universidades estão cansados de ouvir por meio de comentários, piadas e brincadeiras racistas que tal como afirma (MOREIRA, 2019) comumente são destinadas a entreter pessoas brancas. As imagens também revelam o pensamento das pessoas racistas sobre os corpos das pessoas negras e dos lugares onde eles acreditam que negros devem estar ou não.

A frase: “Pra ser um advogado tem que cortar esse cabelo” evidencia que para racistas, os traços negros tais como cabelo crespo e cor da pele são uma espécie de “impedimento”. Logo, quando o que estão tentando dizer é que negros não podem ser advogados. Já a frase “Sempre quis saber como é uma negra na cama”, nos remete a objetificação e hipersexualização do corpo da mulher negra e que como a ideia de que ela está sempre disponível sexualmente ainda é recorrente.

Já no que se refere ao desenvolvimento de programas e/ ou plataformas digitais e desenvolvimento de mecanismos virtuais de denúncia, temos o exemplo da plataforma Alyne – Em defesa das Mulheres Negras. A plataforma recebe esse nome em homenagem a Alyne da Silva Pimentel Teixeira, jovem negra que morava na baixada fluminense, Rio de Janeiro, e que morreu em onze de setembro de 2002 e morreu após sofrer um aborto e a casa de saúde onde Alyne buscou atendimento acabou por não oferecer o atendimento adequado. A família buscou reparação por muito tempo e só em 2011 foi emitido um parecer condenando o Brasil e o Estado do Rio de Janeiro a uma série de medidas de reparação à família e de alterações

nas políticas públicas para que o direito à saúde das mulheres, especialmente as negras, fossem respeitados.³⁹

Importante evidenciar o fato de que a plataforma Alyne é um espaço virtual administrado pela ONG Criola e pela Rede de Ciberativistas Negras tanto para a adesão quanto para a inclusão de petições públicas em defesa dos direitos das mulheres negras. As páginas que compõem a Plataforma Alyne e que a subdivide por temas e objetivos são as seguintes:

- 1) Início: Esta seção como o nome sugere redireciona o blog para a página inicial;
- 2) Por quê Alyne: apresenta o porquê do nome da plataforma levar o nome Alyne;
- 3) Por sua Causa: voltada para a prevenção de desfechos desfavoráveis em casos de ameaça ou violação de direitos e de racismo institucional. A seção depende da mobilização das mulheres negras para o envio de informações e é destinada especialmente a mobilizações diante de dificuldades de acesso a serviços públicos e/ou da necessidade de melhor qualidade dos serviços prestados, ancoradas em demandas individuais, grupais ou comunitárias. No horizonte de estratégias de mobilização no ciberespaço, estão: materiais de divulgação, online e impressos, distribuição de conteúdo através de mailmarketing⁴⁰, materiais instrucionais, participação em rodas de diálogo e/ou outras atividades que permitam a troca de informações e a mobilização de pessoas capazes de interagir organicamente com a Plataforma;
- 4) Nunca Mais: seção para arquivamento e exposição permanente de casos emblemáticos de violação de direitos de meninas, jovens e mulheres negras e de racismo institucional, feita com propósitos educativos. Com essa perspectiva, a seção abriga análises, informações e alternativas de ação para que tais casos e situações não se repitam;
- 5) Campanhas: seção destinada a produzir mobilizações e ações através de abaixo assinados e cartas endereçadas a agentes públicos - gestores, parlamentares, agentes do poder Judiciário - de modo a produzir alterações imediatas em políticas públicas e mecanismos de garantia de direitos em favor das necessidades e interesses de meninas, jovens e mulheres;
- 6) Glossário: apresenta um dicionário com o significado de algumas palavras que podem ajudar as mulheres que buscam a plataforma para algum tipo de denúncia ou mobilização;
- 7) Rede de Ciberativistas Negras: esta seção abriga notícias que chegam diretamente das ciberativistas. A publicação será feita pelas ciberativistas, conforme as instruções a seguir.

³⁹ As informações sobre o caso Alyne e sobre a plataforma Alyne podem ser visualizadas de forma mais detalhadas em: < <https://alyne.org.br/>>. Acessado em 11 de jun. de 2019.

⁴⁰ De forma sintética, seria a utilização de e-mails como ferramenta direta de marketing.

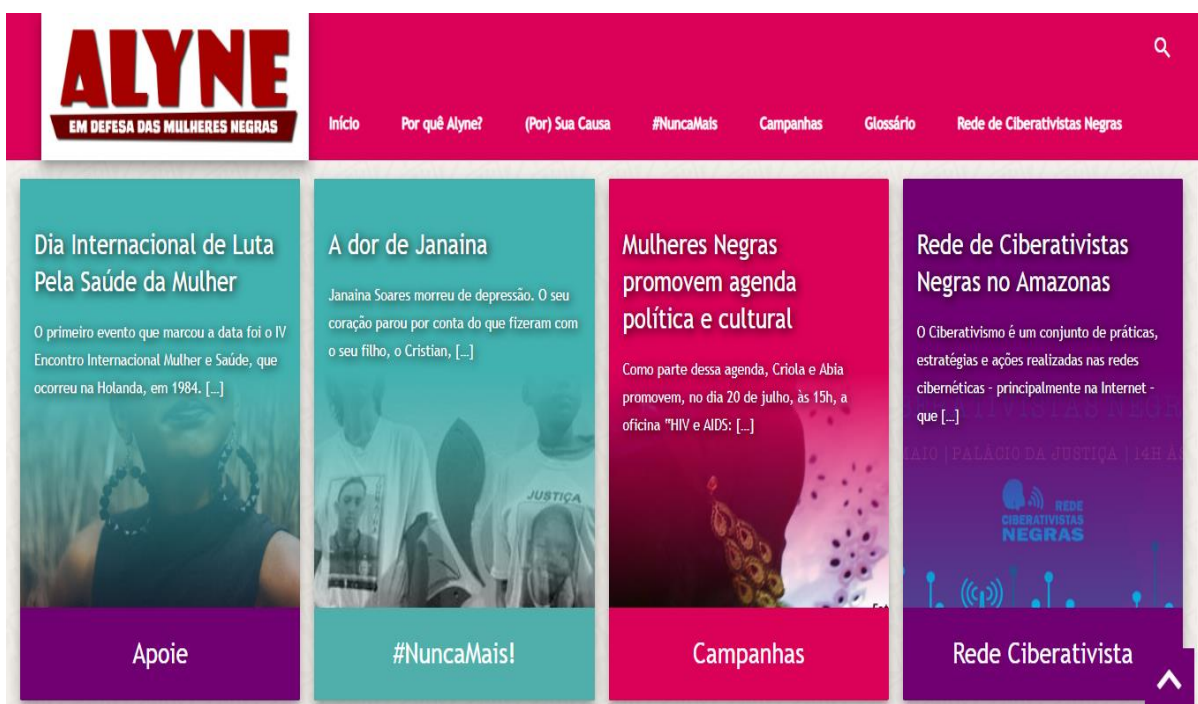


Figura 6 - Página inicial Plataforma Alyne

A imagem a seguir apresenta a página (Por) sua causa da Plataforma Alyne e como se faz denúncias através do formulário que é disponibilizado, para que os usuários que desejam fazer mobilizações ou denúncia preencham.

Figura 7 - Plataforma Alyne - Seção: (Por) sua causa.

Pode-se verificar também, no lado direito da página, uma barra lateral. Na primeira seção da barra lateral, temos um redirecionamento para a página “Por quê Alyne”. Logo abaixo temos o “Links e serviços”, seção adicionada a pedido das ciberativistas negras. Ela

abriga uma relação de serviços, governamentais e não-governamentais, que podem ser acessados em caso de violação de direitos ou pedido de orientações para a garantia de direitos. A seção é alimentada numa planilha eletrônica do Google Drive onde todas que participam da Rede podem inserir os serviços disponíveis na sua cidade.

Ainda estão disponíveis na barra lateral seções “Apoie”, que redireciona os usuários da plataforma para alguns links de publicações; “Campanhas”, que também vai redirecionar o usuário para a página “Campanhas”, já explicado anteriormente; e “Fique por dentro” que disponibiliza que o usuário se cadastre e receba notificações sempre que algo novo por publicado dentro da plataforma. Importante enfatizar que assim como a barra superior, as seções da plataforma localizadas na barra lateral ficam visível em todas as páginas da plataforma. A próxima imagem apresenta o formulário disponível na página (Por) sua causa da Plataforma Alyne e que é utilizado para o recolhimento de denúncias.

(Por) sua causa

O que você deseja para defender os seus direitos? Qual é o seu prazo? Do que você precisa para que as autoridades deem respostas rápidas e efetivas para a violação de direitos que você sofreu?

Preencha esse formulário! Vamos te ajudar a fazer uma mobilização (Por) sua Causa.

Seu nome (obrigatório)

Seu e-mail (obrigatório)

Tipo de denúncia

Violência Física
Violência Física
Violência Verbal
Outros

Sua mensagem

Pode falar.

Enviar

Figura 8 - Formulário da Seção (Por) sua causa

Estes exemplos de forma de ativismos e mobilizações apresentados são importantes para nos ajudar a perceber na prática como o ciberativismo de mulheres negras vem sendo feito por meio da internet. É nesse contexto que o presente trabalho pretende abordar o ativismo e ciberativismo da Rede de Ciberativistas Negras, sobretudo com ênfase no núcleo do Ceará. No tópico seguinte, apresento o surgimento da Rede de Ciberativistas Negras e seu comprometimento em reverter não só a lógica dos meios de comunicação de massa, mas também como estratégia de articulação, mobilização, capacitação e potencialização de suas lideranças, principalmente a partir da utilização das novas tecnologias de informação.

4.1 Surgimento da Rede de Ciberativistas Negras

A Rede de Ciberativistas Negras surgiu a partir do projeto “Mulheres Negras Fortalecidas na Luta contra o Racismo e Sexismo”, organizado pela ONG Criola, Oxfam e seus parceiros: Ação Educativa, FASE, IBASE, INESC e Instituto Pólis, apoiados pela embaixada Britânica. A Rede tem a representação de mulheres negras de praticamente todas as regiões brasileiras, através de grupos, coletivos e representantes individuais que desenvolvam ações, projetos, estudos e pesquisas sobre temas que estejam relacionados com a vida das mulheres negras.

Segundos as informações que constam na cartilha explicativa da Rede e que constam também no site da ONG Criola, o projeto atua no fortalecimento e empoderamento de grupos de mulheres jovens negras para enfrentar e combater as violações dos seus direitos humanos por meio de capacitação, da articulação de espaços de co-criação e da Plataforma Digital Alyne – Em Defesa das Mulheres Negras.

Conforme explicitado na cartilha: “ O projeto é desenvolvido num momento político delicado, com sérias ameaças aos direitos humanos em face da crise econômica e política e do aumento de manifestações racistas” (p.04). Na época da criação do projeto, ele tinha como resultados esperados:

- a) Capacitação de grupos e redes de mulheres jovens negras e fortalecimento de sua participação política em quatro grandes cidades brasileiras;
- b) Criação de uma rede nacional de mulheres negras ciberativistas capaz de desencadear ações rápidas em defesa da vida e dos direitos das mulheres negras.

Dessa forma, a Rede nasce a partir da reunião que aconteceu nos dias 27, 28 e 29 de janeiro de 2017, no Rio de Janeiro e que tinha como objetivo pensar estratégias sobre o uso de ferramentas online para o fortalecimento de ações em defesa dos direitos humanos das mulheres negras e em consequente, construir uma rede nacional de mulheres negras ciberativistas em defesa da vida e dos direitos das mulheres negras.

A Rede surgiu, então, para atuar em defesa dos direitos das mulheres negras, buscando desencadear ações que fossem rápidas. Isso se daria através do ciberativismo. Outro objetivo que se esperava da Rede era o de potencializar as estratégias de comunicação que já são desenvolvidas por mulheres negras que contestem narrativas racistas e sexistas tanto no âmbito online quanto no âmbito offline”. Com isso, a rede tem como objetivo:

- a) Atuar em defesa dos direitos das mulheres negras no âmbito virtual e não virtual;
- b) Acolher e visibilizar denúncias de violação de direito das mulheres negras para enfrentamento do racismo e sexismo, considerando suas especificidades; e

- c) Difundir narrativas que valorizem práticas, experiências, conhecimentos, lutas e conquistas das mulheres negras.

Já em relação aos princípios da Rede, a cartilha apresenta cinco princípios:

- a) Rede de mulheres negras, formada por mulheres negras e para mulheres negras;
- b) A Rede reconhece as multiplicidades das vivências das mulheres negras na sociedade brasileira;
- c) A Rede se compromete a difundir narrativas que valorizem práticas, experiências, conhecimentos, lutas e conquistas das mulheres negras;
- d) A Rede defende a vida, a democracia, os direitos humanos e sociais, os direitos reprodutivos e sexuais, o protagonismo das mulheres negras; o direito ao bem-viver; e
- e) A Rede combate: O racismo e todas as formas de opressão/exploração das mulheres negras; a intolerância religiosa, o genocídio da população negra em todo território nacional.

Norteadas pelos objetivos e princípios destacadas, a Rede oferecia um curso online sobre ciberativismo Feminista e Antirracista para as mulheres negras que passavam a compor a Rede. A proposta de oferecer o curso era interessante porque nem todas as mulheres que compõem a Rede de Ciberativistas Negras iniciaram como ciberativistas negras. Algumas, atuavam em coletivos, movimentos sociais diversos e/ou em movimentos de mulheres negras.

Para ter acesso ao curso, era necessário acessar o site da ONG Criola, clicar no link disponível na barra lateral direita intitulada Multidiversidade, contudo os links não estão mais redirecionando os usuários que acessam o site da ONG para a plataforma onde fazia-se a solicitação para participar do curso. Após solicitação, recebia-se um e-mail de confirmação de aceitação no curso e era só clicar no link e pronto. Já podia começar a ter acesso aos conteúdos do Curso.



Figura 9 - Página Criola. Acesso ao antigo Curso EAD Mulheres e Ciberativismo

Para receber um certificado de conclusão era necessário concluir o curso no período estipulado e apresentar um projeto final que deveria ser desenvolvido no âmbito do ciberativismo feminino e negro. O qual poderia ser desenvolvido de forma coletiva, juntamente com outras mulheres negras da sua região que também estavam matriculadas no curso.

No que se refere as preocupações da Rede, as ciberativistas negras preocupam-se com sua segurança na rede, com o uso de plataformas e ferramentas seguras e como o uso de perfis coletivos. Os canais utilizados pela Rede para comunicação são os aplicativos de mensagens WhatsApp e Telegram, bem como e-mail. Também utilizam a rede social Facebook, uma das mais utilizadas pelas ciberativistas negras que compõem a Rede.

Em relação a utilização dos aplicativos de mensagens, o que se percebe é que na maioria das vezes as informações acabam sendo perdidas, tendo em vista a quantidade de mensagens que são enviadas durante um dia. Isso ocorre porque a utilização desses aplicativos são ne dar apenas para mensagens onde precisa-se de respostas urgentes. Assim, muitas vezes temos diversas mensagens desconexas sendo enviadas e nem sempre, as

respostas acabam sendo feitas, posto que assuntos mais relevantes são sempre retomados e algumas mensagens acabam por caírem no esquecimento ou sequer serem lidas.

No que se refere as dificuldades percebidas em relação a Rede de Ciberativistas Negras de forma geral, mesmo com dificuldades, isso se dar também pelo pouco tempo que a Rede tem, os núcleos, de forma geral, estão desenvolvendo ações. Contudo, essas ações necessitariam de mais visibilidade.

4.2 Rede de Ciberativistas Negras – Ceará

Antes de falar sobre o núcleo da Rede de Ciberativistas Negras do Ceará, faz-se necessário apresentar, embora brevemente, uma discussão sobre o processo de negação no que diz respeito a presença de negras e negros no Ceará. Santos e Cunha Junior (2010), apresentam algumas questões que nos ajudam a entender esse processo de negação. Os autores afirmam que o que sustentava a essa negação era o fato de que no Ceará não havia produção açucareira e que o estado teria abolido o escravismo quatro anos dantes do restante do país, o que teria feito com que a população negra que habitava essa região fosse para outros lugares. Contudo, os autores afirmam que associar a produção açucareira com a presença da população negra na região do Ceará é um erro conceitual histórico. Além disso, os autores apontam que em muitos estados brasileiros a atividade econômica escravista não estava necessariamente relacionada com a cana de açúcar, mas com a pesca, a navegação, mineração e atividades urbanas (SANTOS; CUNHA JUNIOR, 2010).

No que se refere a questão da abolição quatro anos antes da data do restante do país, Ratts (2016), também ressalta a ênfase que se dá para a libertação no Ceará em 1884, enquanto processo que veio antes mesmo da antecipação nacional.

Outro erro apontado por Santos e Cunha Junior (2010) refere-se ao não associamento da cultura do boi e do gado com as culturas africanas, o que equivocadamente faz com que essas culturas sejam associadas a Portugal. Os autores afirmam que tanto essas culturas “como os trabalhos em couro e curtume foram transportados da África do Norte e Ocidental para o Brasil” (SANTOS; CUNHA JUNIOR, 2010, p.03). Isso posto, afirma-se que um dos problemas que gera essa negação da presença da população negra no Ceará está relacionada com o fato de não se ter conhecimento sobre o continente africano, sua história e cultura.

Além dos erros já apontados, é evidenciado ainda o fato de que comumente se pensa as culturas brasileiras enquanto culturas particulares, com ênfase na cultura indígena e cabocla e não se percebe que em outros países, tais como Uruguai, Cuba Guiana e Venezuela o mesmo fato se repete (SANTOS; CUNHA JUNIOR, 2010).

E por fim, os autores apresentam também outro erro conceitual que é persistente no que se refere a abordagem de negação da presença negra no Ceará. Assim, as limitações em relação das ideias de raça enquanto biológica e cultural, posto que negros e brancos acabam por serem considerados a partir de fenótipos fixos. Assim, a miscigenação é compreendida como dissolução do negro na sociedade, o que geraria o seu total apagamento. Pode-se pensar também esse apagamento o relacionando com o preconceito que ainda hoje se tem acerca das marcas de africanidades presentes em terreiros de Umbanda e Candomblé (ANJOS, 2006 *apud* SANTOS; CUNHA JUNIOR, 2010). Ratts (2016) também aponta o discurso sobre a miscigenação como uma das consequências da negação do negro no Ceará. O autor afirma que é esse discurso que nega a participação negra na formação étnico-racial da região.

Interessante perceber que assim como afirma Ratts (2016), uma simples caminhada pela cidade de Fortaleza nos possibilita perceber marcas simbólicas tanto da presença negra quanto da presença indígena. Essas marcas aparecem em nomes de ruas, praças e nas histórias que os monumentos das cidades ainda guardam. Ratts (2016), aponta que a igreja de Nossa Senhora do Rosário era sede de uma irmandade negra dos séculos XVIII e XIX, o Passeio Público (antiga Praça dos Mártires) foi o local onde em 1939 os escravizados do barco de Laura II foram chicoteados e/ou executados. O autor segue evidenciando que a concepção predominante era a de se forjar uma identidade nacional para o país, o que excluiria as diferenças e pluralidades étnico-raciais.

Apesar disso, esses locais acabaram por receber outras histórias. É o caso do Passeio Público, onde o baobá plantado em 1910 vem sendo ressignificado em decorrência do evento “Memórias de Baobá”, organizado pelo Núcleo de Africanidades Cearenses da Universidade Federal do Ceará (NACE/UFC), desde 2010. Isso fez com que a área passasse a ser utilizada por lideranças e praticantes de religiões de matriz africana (RATTS, 2016).

O autor ainda apresenta alguns dados importantes no que diz respeito a presença negra no Ceará. Assim, afirma que “o sul do Ceará, particularmente o Cariri é uma área de concentração negra, com antigos engenhos, canaviais e com a atual presença de reisados, quilombos, grupos do movimento negro e terreiros de religiões de matriz africana”.

Isso posto, é nesse cenário de negação e ao mesmo tempo resistência negra que o Núcleo da Rede de Ciberativistas Negras do Ceará pretendia atuar e exatamente por reconhecer a importância e as influências negras presentes no Cariri que o Núcleo do Ceará se dividiu em dois polos. Um na capital do Estado, em Fortaleza e outro em Milagres, no Cariri.



Figura 10 - Convite Lançamento Rede de Ciberativistas Negras CE - Fortaleza.

No que se refere ao lançamento do núcleo do Ceará da Rede de Ciberativistas Negras, ele aconteceu em duas datas. No dia 24 de fevereiro de 2018 em Fortaleza, no Iracema Porto das Artes, iniciando o encontro/lançamento às 08:30h. Estiveram presentes 25 mulheres negras que representavam coletivos ou que se apresentaram enquanto mulheres negras que não faziam parte de nenhum grupo, ONG ou coletivo, mas que tinham visto a chamada convidando para o lançamento da Rede e se sentiram motivadas a participar.



Figura 11 - Convite Lançamento Rede Ciberativistas Negras Cariri

Já o lançamento da Rede de Ciberativistas Negras que aconteceu no dia 03 de março de 2018 em Cariri, mais de 100 mulheres se fizeram presentes, o que novamente, comprova a

força e a presença negra nesta região. O encontro no Cariri também aconteceu no horário das 08:300 ao meio dia, finalizando com um grande almoço regado por músicas.

No encontro de lançamento que aconteceu em Fortaleza, no qual estive presente, primeiramente foi feita uma dinâmica de apresentação, para que pudéssemos nos conhecer um pouco. Interessante perceber e evidenciar que o grupo, embora pequeno se levamos em consideração o lançamento que aconteceu em Milagres, era bastante heterogêneo. Diversas mulheres negras de diferentes lugares da cidade, profissões, áreas de estudos e faixa etárias estavam presentes.



Figura 12 - Foto tirada no Final do Lançamento da Rede de Ciberativistas Negras em Fortaleza.

Fonte: Rede de Ciberativistas Negras CE.

Após a dinâmica de apresentação, Tatiana Paz – representante nacional do núcleo Ceará na Rede de Ciberativistas Negras – apresentou a rede e a proposta da mesma. De forma geral, a rede estrutura-se em núcleos – (1) comunicação, (2) educação, (3) formação, (4) incidência política e (5) captação de recursos. Alguns Polos, a depender de cada região, podem possuir outros núcleos, a partir de suas demandas. Quanto a apresentação da rede, Tatiana Paz enfatizou o fato da Rede ser de mulheres negras e para mulheres negras, marcando assim que a Rede, assim como o nome sugere, é para Mulheres Negras, não para homens negros ou brancos, tampouco para mulheres brancas.

Parece repetitivo e desnecessário ter que afirma e reafirmar isso, mas faz-se necessário para entendermos o recorte raça/gênero existente na Rede. Importante também evidenciar que

isso não significa que homens e mulheres para além desse recorte não possam colaborar com a mesma. Até podem, mas a proposta é que apenas mulheres negras tenham protagonismo. Como foi dito por uma das mulheres presentes, “chegou a hora de darmos voz – enquanto mulheres negras – as nossas próprias narrativas”.

Outro ponto percebido e que se faz necessário trazer à tona, posto que me ajuda a pensar na estrutura e no funcionamento da rede, refere-se ao fato da Rede ser concedida e entendida enquanto uma rede de articulação de coletivos já existente onde mulheres negras atuam. Sendo assim, a rede de Ciberativistas Negras não se propõe a ser mais um coletivo, mas se propõe a ser um espaço onde mulheres negras que já fazem parte de outros coletivos – ligados ou não a temática racial – ou mulheres que não estão inseridas em nenhum coletivo ou movimento social, mas que tenham interesse se somem na luta antirracista e antissexista, bem como articulem ações concretas em prol do direito da vida das mulheres negras.

Outra questão abordada no encontro se refere as temáticas que seriam abordadas no ano de 2018 pelo núcleo Ceará, assim em conjunto com as mulheres que estavam presentes no lançamento e que se propuseram a construir junto essa caminhada, as seguintes temáticas foram definidas: Mulher Negra em situação de cárcere; Mulher Negra e violação obstétrica; Mulher negra e saúde psicológica; Mulher Negra empreendedora; Aprendendo Pretitude – Relações raciais na infância e O Terreiro e o bem viver.

Assim, o grupo de mulheres negras presentes no encontro de Lançamento da Rede em Fortaleza optaram por ter encontros quinzenais, que acontecem, a priori, no Porto Iracema das Artes, podendo ter alterações ao decorrer do ano, a depender das demandas solicitadas pelo grupo. Além disso, alguns encontros acabam por acontecer virtualmente, através de videoconferências. De todo modo, os encontros costumam acontecer sempre aos sábados pela manhã.

O lançamento encerrou-se por volta das 12:30, onde deu-se início a feijoada das Pretas, um espaço de muitas conversas calorosas e cheias de motivação e entusiasmo. Eu, enquanto mulher negra, periférica e acadêmica – assim como tantas mulheres negras que se fizeram presentes – sai daquele encontro contagiada pelo protagonista e força daquelas mulheres que ousavam dar um passo a mais na luta antirracista, dessa vez, apostando cada vez mais em um ativismo, ou melhor, em um ciberativismo que fosse capaz de ecoar suas vozes em espaços que ainda não tinham sido capazes de chegar.

Pude perceber, nos olhares e em cada fala – repleta de entusiasmo e empolgação pela iniciativa da criação de uma rede de ciberativistas negras no Ceará, em especial em Fortaleza, onde ainda se apresenta um cenário contraditório, na medida em que se a presença negra

cearense, ao passo que se valoriza e comumente se pode perceber a presença de elementos negros em todos os lugares por onde se passa (RATTS,2016)– a alegria de estarem participando daquele momento e a vontade de contribuir com a história ainda invisibilizada da presença negra no estado do Ceará.

Os encontros seguintes aconteceram tanto presencialmente, quando de forma on-line, através de videoconferências feitas pelo Hangouts⁴¹ do Google. O grupo acabou percebendo a necessidade de aproveitar os encontros que aconteciam de forma off-line para também se fortalecerem e potencializarem seus conhecimentos. Assim, alguns encontros foram planejados nesse sentido. Além disso, a Rede de Ciberativistas Negras passou a ter uma participação sistemática no programa de Rádio Fala Negra⁴², onde falavam com experiências relacionadas a luta feminista negra, bem como outros temas relacionados as mulheres negras.

Pensava-se em articulações que fossem capazes de ajudar o núcleo cearense a se manter. Pensou-se então na criação de perfis para a Rede de Ciberativistas Negras CE nas redes sociais, tais como Instagram e Facebook. A escolha por estas redes sociais se deu pelo fato todas reconhecerem que atualmente são as redes sociais mais utilizadas, contudo a criação desses perfis não chegou a acontecer.

O Polo de Fortaleza também pensou em realizar eventos onde se pudessem fazer bazar e vender comidas como forma de arrecadar dinheiros para ajudar a Rede a se manter no sentido de ter recursos disponíveis para eventuais necessidades com xerox e passagens de ônibus. Na época, a Rede disponha de uma pequena quantia que tinha sido repassada pela Rede de Ciberativistas Negra a nível Nacional, contudo era uma quantia insignificante no que diz respeito a permanência dos Polos Cearenses ao longo do tempo.

Os primeiros encontros então serviram para que as mulheres negras começassem a pensar em formas de articulação, em como agregarem mais mulheres negras que já participavam da militância feminina e negra e que tinham vontade de se somarem a Rede de Ciberativistas Negras. Evidenciava-se assim, a necessidade que essas mulheres davam para a conexão de não só deveriam, mas que elas planejavam reforçar com outras mulheres negras

⁴¹ É uma plataforma de comunicação, desenvolvida pela Google, que inclui mensagens instantâneas, chat de vídeo, SMS que pode ser utilizada tanto no celular como em computadores.

⁴² O programa Fala Negra é um programa produzido nos estudos da Rádio Classista na FATRACE – Federação dos Trabalhadores, Empregados e Empregadas no Comércio e Serviços do Estado do Ceará. O programa tem transmissão via Web pela Rádio Classista sempre nos horários das 09h às 11h da manhã nos dias de sábado.

do Ceará. Isso se dava pelo fato de perceberem a importância de mulheres negras permanecerem unidas, para assim, avançarem em suas lutas tanto de forma individual como coletivamente.

Contudo, com o decorrer dos encontros que aconteciam on-line e off-line, aos poucos o grupo foi ficando parado, a chegar ao ponto de não acontecerem mais nenhum encontro. Manteve-se então apenas as articulações via WhatsApp. Espaço até hoje utilizado em caso de mensagens, informações sobre eventos, oportunidades de trabalhos que envolvam a temática feminina e negra e convites para eventos e mesas.

Manteve-se também a página do Núcleo de Ciberativistas Negras do Ceará, mas aos poucos, as postagens e publicações na página também foram reduzindo.

Isso posto, em menos de um ano, o Núcleo do Ceará acabou estagnando. Contudo, torna-se imprescindível refletir sobre o que pode ter provocado isso e não necessariamente focar no foco da Rede, aqui no Ceará não estar funcionando. Até porque não acredito que isso esteja acontecendo, posto que desde sua criação o intuito da Rede de Ciberativistas Negras era de potencializar os ativismos e ciberativismo femininos e negros já existentes. Dessa forma, a Rede em si nunca pretendeu ser mais um movimento para essas mulheres participarem. Seu objetivo sempre foi conectar essas mulheres em prol de ações mais sistemáticas em busca de soluções mais rápidas no que se refere a garantia de direitos das mulheres negras.

Outro motivo que não me faz fazer uma leitura do núcleo Cearense da Rede como um núcleo que não funciona refere-se ao fato de que as mulheres negras que participam da Rede não deixaram de serem ativistas pelo fato da Rede não estar funcionando como se havia pensado. Assim, no seu cotidiano – a partir dos papéis que elas desenvolvem e dos lugares em que ocupam e estão – elas continuam desenvolvendo ações. Essas mulheres também continuam desenvolvendo ciberativismos feminino e negro em seus perfis pessoais nas diversas redes sociais e plataformas digitais. Tanto através do facebook, twitter, instagram, como através de blogs e canais no You Tube. Assim, a partir de suas formações, seus pontos de vistas e lugares de fala, continuam não só pautando questões na internet como desenvolvendo ações nos espaços em que frequentam no seu dia-a-dia

Corroboro, dessa forma com Collins (2016) quando a autora afirma que

(...) se as mulheres negras usarem todos os recursos disponíveis – seus papéis como mães, sua participação nas Igrejas, seu apoio mútuo no seio de redes de mulheres negras, sua expressão criativa – para serem auto definidas e auto avaliadas e para encorajarem outras a rejeitarem a objetificação, seu comportamento cotidiano será uma forma de ativismo. Pessoas que se veem como plenamente humanas, como sujeitos, se tornam ativistas, não importa quão limitada seja a esfera de seu ativismo. Ao devolverem a subjetividade

às mulheres negras, as feministas negras lhe devolvem também o ativismo.

Essa colocação de Collins é interessante porque nos ajudar a refletir e pensar sobre as dimensões do que pode ser considerado ativismo. Assim, se pensarmos também nos corpos dessas mulheres negras, somos também levadas a acreditar que cotidianamente, mesmo de forma silenciosa, quando essas mulheres passam a ocupar espaços que antes não podiam acessar, quando influenciam, mesmo que minimamente seus parentes, amigos, as pessoas do seu bairro e quando pelo simples fato de se auto definirem enquanto mulheres negras, elas já estão desenvolvendo ativismo.

Refletindo sobre aquele dia e também sobre outros encontros da Rede que aconteceram de forma presencial e online, sou tomada pela ideia de que as mulheres negras sempre estiveram em rede, embora hoje essa rede tenha outros significados e alcance outros níveis. Além de estar cada vez mais articulada. Além disso, penso que seja necessário pensar na Rede de ciberativistas também enquanto um espaço de formação, de potencialização das ações já desenvolvidas (online e off-line), como o surgimento da rede contribui/pode contribuir com o surgimento de novas lideranças feministas negras no Ceará e como a Rede é também um espaço de ancestralidade para mulheres negras.

O núcleo cearense da Rede de Ciberativistas Negras, embora com pouco tempo de criação e existência, se apresenta enquanto um grupo de mobilização política que por si só funciona como um mecanismo capaz de desnaturalizar a ideia de que não existe negro no Ceará. A simples existência de dois polos da rede no estado representa que não só existem negras e negros no estado, como representa também que essa população, – sobretudo as mulheres negras cearenses – se encontram articuladas, movimentando assim, as pautas que se fazem necessárias sobre a população afro-cearense, articulando e rearticulando dessa forma, redes de contatos, solidariedade e luta na busca por um território cearense cada vez menos racista, onde a presença negra não seja vista apenas enquanto pertencente a um passado distante.

As articulações e conexões que a Rede de Ciberativista de Mulheres Negras criou continua ativa e reverberando em outras conexões. Não é à toa que um ano depois, estas mulheres e tantas outras lançaram uma Rede Cearense de Mulheres Negras, unindo assim mulheres negras do Ceará na luta antirracista e antissexista. O fato de muitas das ciberativistas negras comporem também essa rede cearense evidencia o fato de que mulheres negras sempre estiveram e continuam pensando e atuando em redes. Seja em redes de afetos, de colaboração, de ativismos, de ciberativismo, essas mulheres nunca caminharam sozinhas, posto que suas lutas são coletivas.

Em relação a Rede de Ciberativistas Negras a nível nacional, percebe-se que embora ainda problemas logísticos e de articulação, a Rede tem funcionado e seu papel continua sendo importante. As ciberativistas negras – enquanto Rede – estão, aos poucos, criando mecanismos capazes de fortalecer essa rede de mulheres.

Quanto a utilização dos aplicativos de mensagens, o que se percebe é que na maioria das vezes as informações acabam sendo perdidas, tendo em vista a quantidade de mensagens que são enviadas durante um dia. Isso ocorre porque a utilização desses aplicativos são se dar apenas para mensagens onde precisa-se de respostas urgentes. Assim, temos diversas mensagens desconexas sendo enviadas e nem sempre, as respostas acabam sendo feitas, posto que assuntos mais relevantes são sempre retomados e algumas mensagens acabam por cair no esquecimento ou sequer são visualizadas.

No que se refere as dificuldades percebidas em relação a Rede de Ciberativistas Negras de forma geral, mesmo com dificuldades, isso se dar também pelo pouco tempo que a Rede tem. Os núcleos, de forma geral, estão desenvolvendo ações. Contudo, essas ações necessitariam de mais visibilidade a nível nacional. Quanto ao núcleo do Ceará, sua última ação aconteceu em alusão a um ano do assassinato de Marielle Franco, onde as ciberativistas negras do Ceará, assim como de outras regiões utilizaram as redes sociais para relembrar essa questão e perguntar *#quemmandoumatarmariellefranco*.

Quanto ao diálogo com os núcleos de cada região, o diálogo parece fragilizado. Embora existam os grupos no WhatsApp e Telegram onde todas as ciberativistas negras que compõem a Rede podem participar se assim desejarem, por se tratar de muitas mulheres, a comunicação através desse tipo de ferramenta não parece ser suficiente para que os núcleos mantenham um diálogo mais direcionado para as questões mais pontuais acerca do desenvolvimento da Rede. Acredito que esses espaços sirvam e sejam necessários, sobretudo para trocas de informações mais gerais e compartilhamentos de eventos e links com matérias para estudo. Pelo menos, é assim que esse espaço parece estar se configurando.

De forma geral, a luta travada pelas mulheres negras que compõem a Rede de Ciberativistas Negras acontece tanto de forma virtual, como presencial, até porque como já foi dito anteriormente, a maioria destas mulheres já desempenhavam ativismos. Cada uma em um contexto diferente, tendo como base suas áreas de atuação e seus engajamentos políticos. A Rede surge então, como uma ferramenta de mobilização e ação rápida contra denúncias racistas e sexistas, por exemplo, e serve também como potencialização das estratégias de enfrentamento as diversas formas de violência que afetam a vida das mulheres negras na sociedade brasileira. Assim, sempre que necessário, estas mulheres articulam a Rede, seja

para conseguir apoio e divulgação de ações que estão desenvolvendo em seus estados, seja para a troca de ferramentas de enfrentamento. Nesse sentido, a Rede não só vem demonstrando sua importância, como cumpre com seu objetivo.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos esta dissertação falando de mulheres negras norte americanas conhecidas e não tão conhecidas assim que foram fundamentais para a construção do pensamento feminista negra. Assim, resgatamos nomes como Sojourner Truth, Ida B. Wells Barnett, Harriet Tubman, Frances E. Harper, Mary Church Terrel, Maria W. Stewart, dentre outras que já no século XIX destacavam a importância de se pensar a partir de uma perspectiva interseccional, posto que “os paradigmas interseccionais nos lembram que a opressão não é redutível a um tipo de fundamental, e que as formas de opressão agem conjuntamente na produção da injustiça” (COLLINS, 2019, p.57). Apresentou-se o legado de luta das mulheres afro-americanas, que encontraram estratégias diversas de combater as opressões que a população negra estado-unidense era submetida.

Destacamos também a importante contribuição do Coletivo Combahee a partir da Declaração Feminista Negra de 1982. Para as mulheres negras que faziam parte do Coletivo, era necessário também pensar o lesbianismo negro. Elas também teceram críticas importantes quanto a teoria de Karl Marx e apontaram o feminismo negro enquanto resultado da luta de várias gerações de mulheres negras.

Essa trajetória se fez necessária para evidenciar a conexão entre as teorias dessas intelectuais e o pensamento de intelectuais negras brasileiras, influenciadas por suas práticas e teorias, posto que enquanto mulheres negras, possuem conexões no que diz respeito a forma que vivenciam certas opressões. Vilma Piedade (2017) apresenta o conceito de “dororidade” que pode nos ajudar a pensar nesta questão. Para a autora, a cumplicidade que une as mulheres negras é a “dororidade”, posto o conceito de “sororidade” não chega nestas mulheres que para além do machismo, também precisam lidar com o racismo e tantas outras formas de opressão.

Posteriormente, apresentou a longa caminhada das mulheres negras brasileiras que desde a imigração forçada veem criando estratégias coletivas e individuais de resistência a fim de melhores condições de sobrevivência para a população negra no contexto da sociedade brasileira. Apresentou-se então, trajetórias e resistências de mulheres negras desde o período pré-abolição, tais como estratégias de fuga, envenenamentos, criação de quilombos, preservação de seus nomes de origem e de aspectos culturais da cultura africana que posteriormente foram incorporados na cultura nacional.

Evidenciou a busca das mulheres negras por um espaço onde suas pautas e reivindicações não só pudessem ser ouvidas, mas onde elas também pudessem, enquanto

sujeitas políticas, ocupar cargos e lugares de destaque. Assim, foi delineada a trajetória dessas mulheres dentro do movimento negro e dentro do movimento feministas brasileiro, até a criação do movimento feminista negro.

Evidenciou-se também a participação dessas mulheres em diversos eventos que buscavam pensar políticas públicas antirracistas e antissexistas, bem como evidenciou-se os diversos grupos de mulheres negras que foram criados ao longo dos tempos. Acompanhamos a trajetória dessas mulheres negras chegarem no ciberespaço, onde blogueiras negras e plataformas como Geledés, Criola e o blog Blogueiras Negras destacam-se pelo pioneirismo.

A partir da segunda metade dos anos 1990 a internet acabou por propiciar um espaço interativo e descentralizado para os movimentos sociais, o que permitiu que mulheres negras no século XXI utilizassem o ciberespaço como uma ferramenta de mobilização e difusão de suas reivindicações, bem como passagem a atuar enquanto ciberativistas nestes espaços. Assim, buscaram apoiar, promover e contestar o monopólio de divulgação das mídias tradicionais.

A cibercultura intensificou o saber compartilhado e a distribuição e apropriação dos bens simbólicos. Assim, os saberes que antes eram restritos apenas as pessoas de certa classe social privilegiada, podem ser acessados com mais facilidade. Obviamente que nesta discussão, entra em questão o fato de que a população pobre e preta ainda hoje tem dificuldades quanto ao acesso à internet, contudo mesmo nesse cenário a internet tem facilitado o acesso e ampliado discussões que anteriormente não chegariam tão facilmente assim a qualquer pessoa.

O ciberativismo é desenvolvido também cenário. As ciberativistas negras, por exemplo, desempenham um papel fundamental quanto à essa questão. Elas atuam enquanto multiplicadoras dos conhecimentos adquiridos na academia, nos grupos de estudos e em formações que participam enquanto membros de grupos, coletivos e/ou organizações não governamentais que tratam de questões de cunho racial, de gênero, dentre outros, bem como vêm atuando na rede a fim de mudar e ressignificar a lógica das representações das mídias tradicionais ou de questionar os estereótipos e as distorções que são apresentadas tanto nas mídias tradicionais como na internet, posto que as diferenças raciais também reverberam na internet. Tanto que inúmeros casos racistas contra atrizes, cantoras e apresentadoras negras são divulgados na internet. Daí também a necessidade de se ter um ciberativismo negro na internet.

Além disso, o ciberespaço possibilitou que os processos de mobilizações e de lutas fossem ampliados, fazendo com que as redes dessas mulheres se expandissem a nível nacional

e até mesmo internacional. O Ciberespaço possibilitou, então que estratégias contra hegemônicas fossem desenvolvidas. Foi nesse cenário favorecido por processos técnico-comunicacionais de participação política que a Rede de Ciberativistas surgiu.

Embora com pouco tempo de criação, a Rede de Ciberativista Negras desenvolve um importante trabalho na luta antirracista e antissexista, posto é que capaz de ampliar as ações que já vem sendo desenvolvidas de modo off-line, mobilizar ações com muito mais facilidade e a nível nacional e internacional. Isso pode ser feito de diversas formas, através de blogagens coletivas, com o uso de hashtags, convocações para atos e eventos, exposição de casos racistas, criação de plataformas, tais como Plataforma Alyne que auxilia mulheres negras no que diz respeito às denúncias contra violências. De certo que a plataforma ainda está longe de ser perfeita, mas o fato de ter sido criada e estar para melhor atender e ajudar essas mulheres já é meio caminho.

A existência da Rede de Ciberativistas Negras também incita o fato de que ainda é preciso democratizar a internet e o acesso às tecnologias digitais. Se formos apenas em questão de influenciadores negras e negros, por exemplo, sabemos que a grande maioria recebe menos que influenciadores brancos, mesmo quando atuam no mesmo nicho. Normalmente, estes influenciadores são convidados para participar de pequenas campanhas e mesmo quando participam de grandes campanhas junto com influenciadores brancos, acabam recebendo um valor menor.

A Rede de Ciberativistas Negras também surge como uma possibilidade para que mulheres negras possam utilizar a tecnologia a seu favor, com o intuito de por exemplo, processar dados disponíveis na internet e analisa-los com o intuito de alterar a realidade da vida das mulheres negras. Um exemplo disso pode ser a Plataforma Alyne, que através de seu formulário reúne dados sobre a violação de direitos das mulheres negras.

De forma geral, o ciberespaço possibilita que as ciberativistas negras possam mudar a forma com que as mulheres negras são representadas e sub-representação tanto nas mídias tradicionais quanto na internet, além de possibilitar que elas ampliem seus espaços de mobilização.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte-MG: Justificando, 2018.
- ALONSO, Angela. Teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Em: **Lua Nova**, São Paulo, 76: 49-86, 2009.
- BARROS, Zelinda (2009). Feminismo negro na internet: ciberfeminismo ou ativismo digital? Disponível em: < https://www.academia.edu/1497162/Feminismo_negro_na_Internet>.
- BISPO, Silvana Santos. Mulheres Negras: Ativismo e paradoxos na luta antirracista e antissexista na Bahia. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10**, Florianópolis, 2013.
- BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Cadernos Pagu (26), janeiro-junho de 2006: pq2. 329-376.
- CASTELLS, Manuel; **A sociedade em Rede**. A era da Informação: economia, sociedade e cultura; vol.01. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. **Redes de Indignação e Esperança** - Movimentos Sociais na era da Internet, 2013.
- CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, São Paulo, n. 49. 2003a.
- _____. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2003b.
- _____. A mulher negra na sociedade brasileira: o papel do movimento feminista na luta anti-racista. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **História do Negro no Brasil**. O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição. vol.1 Brasília. CNPQ, 2004. p. 287-336.
- COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.
- _____. **Aprendendo com a outsider within**: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Sociedade e Estado, v. 31, n.1, 2016.
- DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____, **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Adriana. O universo neonazista na internet: breve relato de uma experiência etnográfica. In: FERIANI, Daniela Moreno; CUNHA, Flávia Melo; DULLEY, Iracema (organizadoras), **Etnografia, etnografias**. Ensaio sobre a diversidade do fazer antropológico. São Paulo: Anablume, 2011. (p.23-42).

DI FELICE, Massimo. Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. **Revista Matrizes**. São Paulo, n. 2, p. 49-71. 2013.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro**: alguns apontamentos históricos. Revista Tempo, Universidade Federal Fluminense, v.23, 2007.

ESCOBAR, Arturo; ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina. Introdução: o cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p.15-57.

_____. Welcome to Cyberia: notes on the anthropology of cyberculture. **Current Anthropology**, [S.l.], v. 35, n. 3, 1994.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. Em: **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008.

EVANS-PRITCHARD, E. E. [1976 Versão Resumida de Eva Gilles] **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. Apêndice IV – Algumas reminiscências e reflexões sobre o trabalho de campo. p. 243-255, 2005.

HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher**. Mulheres negras e feminismo. 1ª edição 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro, 2014.

GOLDMAN, Marcio. Introdução: Políticas e Subjetividades nos novos movimentos culturais. Em: Dossiê: Políticas e Subjetividades nos Novos Movimentos Culturais. **Revista Ilha**, vol. 9, n. 1 e 2, Jan a Jul/Ago a Dez de 2009. pp. 8-22.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, Rj: Vozes, 2017.

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira. In: Luz, M. (Org.). **Lugar da Mulher**: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

JABARDO, Mercedes. **Feminismos negros**: uma antologia. Traficantes de Sueños, 2012.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOZINETTS, Robert. V. Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

LANDES, Ruth. **A Cidade das Mulheres**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

LEITÃO, Débora K; GOMES, Laura Graziela. **Estar e não estar lá, eis a questão**: pesquisa etnográfica no Second Life. Cronos, v.12, n.2, 2011.

LE MOS, Rosalia O. **Feminismo negro em construção**: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro, 1997. Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LIMA, I.C. Pedagogia Interétnica em Salvador: Trajetória, História e Identidade Negra. In: GOMES, Ana Beatriz Sousa; CUNHA JÚNIOR, Henrique. (Org.). **Educação e Afrodescendência no Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 2008.p .33-53.

MARCUS, George. Multi-sited Ethnography: Five or Six Things I Know About It Now. In: Problems and Possibilities in Multi-sited Ethnography workshop, 27-28 June 2005, University of Sussex.

MÁXIMO, Maria Elisa. “Sociabilidade no “ciberespaço”: uma análise da dinâmica de interação na lista eletrônica de discussão Ciber cultura”. Antropologia em Primeira Mão, PPGAS/UFSC, Florianópolis, 2003.

_____. **O eu em cena, o eu em rede. Cotidiano, performance e sociabilidade nas redes sócio-técnicas**, Tese (Doutorado em Antropologia Social), Programa de Pósgraduação em Antropologia Social, UFSC, Florianópolis, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. PETRÓPOLIS. VOZES, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Minayo, M. C. De S. (org.). 32ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MORAES, D. **Comunicação virtual e cidadania**: movimentos sociais e políticos na internet. revista brasileira de ciências da comunicação, v. xxiii, n. 2, p. 144, dez. 2000.

MOREIRA, Adilson. **Racismo Recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

PARREIRAS, Carolina. “Não leve o virtual tão a sério?” – Uma breve reflexão sobre métodos e convenções na realização de uma etnografia do e no on-line. In: FERIANI, Daniela Moreno; CUNHA, Flávia Melo; DULLEY, Iracema (organizadoras), **Etnografia, etnografias**. Ensaio sobre a diversidade do fazer antropológico. São Paulo: Anablume, 2011. (p.43-58).

PEIRANO, Mariza. **Etnografia, ou a teoria vivida**. Ponto Urbe, v.2, p1-11, 2008.

PEREIRA, Stefania; GOMES, Letícia Simões. **Manifesto do Coletivo Combahee River**. Trad. Plural, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 26.1, 2019.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

RATTS, Alex. **A diferença negra indígena no território**: observações acerca de Fortaleza e do Ceará. Geosaberes, Fortaleza, v.7, n.12, 2016.

RIBEIRO, Cristiane Maria. **Anti-racismo e educação**: o projeto político pedagógico das lideranças negras de Uberlândia. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, 2000, p.1-19.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento; Justificando, 2017.

SANTOS, Eliane dos. Aparência e auto-estima: um estudo de caso do grupo crioula. Rio de Janeiro, 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia E Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SANTOS, Marlene Pereira dos; CUNHA JÚNIOR, Henrique. **A cultura negra no Ceará**.

Revista África e Africanidade- Ano-3 n.11 novembro 2010- ISSN-1983-2354. Disponível em http://www.africaeffricanidades.com.br/documentos/01112010_01.pdf. Acessado em 14 de jun. 2010.

SEBASTIÃO, Ana Angélica. **Feminismo Negro e suas práticas no campo da cultura**. Revista da ABPN, vol. 1, n. 1, mar-jun 2010.

SEGATA, Jean. Dos cibernautas às redes. **In**. Políticas etnográficas no campo da cibercultura. Brasília: ABA publicações, 2016.

SHUMAHHER, Schuma; BRASIL, Érico Vital (orgs). **Mulheres negras do Brasil**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2006.

SILVA, Eliana Borges. **Tecendo o fio, aparando as arestas**: o movimento de mulheres negras e a construção do pensamento feminista. In: I Simpósio Internacional O Desafio da diferença: articulando gênero, raça e classe, 2000, Salvador.

SILVA, M.L. **Blogueiras negras**: vozes feministas na rede como estratégia de resistência, empoderamento e luta antirracista. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades). Instituto de Humanidades/Unilab, 2016.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista; ROSEMBERG, Fúlvia. Brasil: lugares de negros e brancos na mídia. In: DIJK, Teun A. Van (Org.). **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

UGARTE, David de. **O poder das redes**: manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2008.

VIEIRA, Regilene Alves. **Lei 10.639**: estudo de caso em uma escola da cidade de Mulungu-CE. (monografia de fim de graduação) Instituto de Humanidades e Letras/Unilab. 2015.